

RENATA RASTRELO E SILVA

PROPRIETÁRIOS RURAIS DO DISTRITO DE MARTINÉSIA
(UBERLÂNDIA-MG): VIVER E PERMANECER NO CAMPO –
1964-2005

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Dilma Andrade de Paula.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Janeiro/2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RENATA RASTRELO E SILVA

PROPRIETÁRIOS RURAIS DO DISTRITO DE MARTINÉSIA
(UBERLÂNDIA-MG): VIVER E PERMANECER NO CAMPO –
1964-2005

Prof^ª. Dr^ª. Dilma Andrade de Paula. (Orientadora / UFU)

Prof^ª. Dr^ª Heloísa Helena Pacheco Cardoso (UFU)

Prof^ª. Dr^ª Sônia Regina de Mendonça (UFF)

Uberlândia, ____/____/____

Resultado: _____

S586p Silva, Renata Rastrello e, 1982-
Proprietários rurais do Distrito de Martinésia (Uberlândia-MG) : viver e permanecer no campo – 1964-2005 / Renata Rastrello e Silva. - 2006. 148 f. : il.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. *1. História social - Teses. 2. Uberlândia (MG) - História - Teses. I. Paula, Dilma Andrade de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.*

CDU: 930.2:316

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Dedico esse trabalho a Hélio Carlos,
companheiro leal nesses seis
anos de convivência.

AGRADECIMENTOS

Agradecer àqueles que colaboraram na realização desse trabalho é tarefa difícil, pois são muitas as pessoas que, de forma direta ou indireta, deram a sua contribuição para que ele se concretizasse. Por isso, agradeço a todas elas.

De forma muito especial agradeço a todos aqueles que dialogaram comigo sobre suas experiências de viver no campo, sejam os proprietários rurais, suas esposas, seus filhos, enfim, a todos que prontamente me receberam em seus lares para uma entrevista, que foi, sem dúvida alguma, um dos momentos mais ricos desse trabalho. Além do mais, foram horas muito agradáveis, regadas a café, leite, queijo e regidas pelos cantos de pássaros, pelo barulho de cursos d'água, latidos de cachorro etc.

Agradeço à minha orientadora, professora Dilma, que sempre demonstrou uma confiança muito grande nesse trabalho e que me permitiu caminhar acreditando no meu crescimento pessoal e intelectual, mediante meus erros e acertos. Obrigada por sua dedicação e por seus ensinamentos.

Às professoras Heloísa e Beatriz agradeço as contribuições enriquecedoras dadas a esse trabalho por ocasião do Exame de Qualificação.

À professora Sônia Regina de Mendonça agradeço a disponibilidade em participar da defesa dessa dissertação.

Agradeço ao professor Paulo Almeida com quem aprendi muito sobre o papel do historiador e também sobre a necessidade de questionar o sentido dos trabalhos que realizamos, sempre nos instigando com sua tradicional pergunta: “*o que você quer com isso?*”

Aos meus colegas de linha de pesquisa – Janaína, Paulo Roberto e Gisélia –, com quem, durante os nossos almoços discuti Thompson, Williams, Porteli etc., refleti sobre os nossos trabalhos e compartilhei medos e dúvidas.

Às minhas amigas Sheille e Geovanna agradeço nossas longas conversas sobre o ofício do historiador e sobre os nossos trabalhos, pois nesses momentos de diálogo pude crescer como pessoa e como profissional.

Agradeço aos meus pais pelo apoio ao longo desses muitos anos de estudo, pois mesmo muitas vezes não entendendo o que eu estava fazendo, eles souberam me compreender. Agradeço ainda pela ajuda que me deram na realização das entrevistas, acompanhando até as fazendas.

Ao meu companheiro, Hélio Carlos, agradeço toda compreensão, todas as conversas que tivemos sobre esse trabalho, todas as críticas, às vezes muito duras, mas, sem dúvida, necessárias para o contínuo repensar do meu caminho de pesquisa. Agradeço também por

seu auxílio “técnico”, me salvando do meu desconhecimento sobre informática; fotografando as reportagens de jornal e também me acompanhando em algumas entrevistas.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela ajuda financeira na realização desse trabalho.

“Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão”

(**Cio da terra**, Milton Nascimento e Chico Buarque)

RESUMO

A partir da instauração do regime militar no Brasil, em 1964, o campo passou a ser alvo de políticas modernizadoras, ou seja, o Estado incentivou a aquisição de novas tecnologias, o uso de fertilizantes, adubos, sementes selecionadas, enfim, procurou transformar a base técnica da atividade agrícola e pecuária no país via crédito rural, política de preços mínimos, dentre outros instrumentos. No entanto, segundo alguns estudiosos dessa temática, essa “modernização” foi “conservadora”, “desigual” e “dolorosa”, tendo em vista que privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos e gerou graves custos sociais como, por exemplo, a migração campo-cidade. Assim, muitos foram os pequenos proprietários que deixaram o campo porque viver nele se tornou algo extremamente difícil, além de tantos outros que perderam suas terras devido a dívidas contraídas em bancos. Entretanto, vários proprietários permaneceram e procuro analisar justamente as estratégias, as alternativas encontradas por eles para, até hoje, conseguirem persistir no campo. Para compreender esse processo, problematizo as experiências de proprietários rurais do distrito de Martinésia (Uberlândia-MG), buscando analisar as reelaborações nos seus modos de viver, trabalhar, se relacionar, se divertir, a fim de permanecerem no campo, (re)inventando a cada dia suas vidas, lutando para conservar suas propriedades e, assim, uma forma de viver que tem um significado que vai além da possibilidade de gerar lucros, na medida em que a terra tem, para muitos deles, o valor de um viver. Nesse sentido, referências como Thompson e Williams foram fundamentais para auxiliar nessa reflexão sobre como as pessoas vivenciam e interpretam as transformações em suas vidas e, para discutir tais questões utilizo como fontes o *Jornal Correio*, entrevistas orais, *Atas do Conselho Comunitário Rural de Martinésia*, dados estatísticos, dentre outras.

Palavras-chave: modos de vida, campo, cidade

ABSTRACT

Since the establishment of the military regime in Brazil in 1964, the countryside has become the target of modernizing policies, that is, among other things the State stimulated the acquisition of new technologies, the use of fertilizers and selected seeds. It tried to transform the technical basis of the activities of agriculture and cattle farming in Brazil by means of several instruments such as rural credit and minimum price policies. However, according to some scholars, such “modernization” was “conservative”, “unequal”, and “painful” as it favored the large producers to the detriment of the small ones, generating serious social costs such as the migration from countryside to city. Thus, several small land owners left the countryside because living there became something extremely hard and many others lost their lands due to debts owed to banks. In spite of this, several owners stayed in the countryside and my purpose here is exactly to analyze the strategies, the alternatives that made it possible for them to remain there until today. To understand such process I make a study of the rural land owners’ experiences in the area of the Martinésia district, municipality of Uberlândia, State of Minas Gerais, trying to analyze the reelaborations identified in their ways of living, working, having fun and relating to each other in order to stay in the countryside, (re)inventing their lives each day, struggling to keep their properties and to guarantee a way of living whose meaning transcends the mere possibility of making profits, as for many of them the land has the same value of life itself. In the present study, references such as Thompson and Williams were fundamental to the reflections on how people experience and interpret the transformations in their lives. In order to discuss such questions the main sources are the *Jornal Correio*, oral interviews, *Atas do Conselho Comunitário Rural de Martinésia*, statistical data, among others.

Keywords: ways of life – countryside – city

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1 - Transformações no campo brasileiro: políticas e vivências	28
CAPÍTULO 2 - “Eu vivi fazendo aquilo que eu gosto” – Produtores rurais vivenciando o campo	71
CAPÍTULO 3 - Campo e cidade: uma experiência de interação	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
FONTES	139
REFERÊNCIAS	142

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relação passado/presente/futuro é trabalhada pelo historiador quando este realiza suas pesquisas, suas investigações, sendo que a busca pelo passado se dá em virtude de questões que o historiador se coloca mediante a sua vivência do presente¹. E esse refletir o passado à luz de questões do presente deve ter um significado maior, o qual é político, na medida que problematizar o passado só tem sentido se for para “*reprojetarmos o futuro*”², como salienta Josep Fontana.

Walter Benjamin afirma que na narrativa está impressa [...]“*a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.*”³. Da mesma maneira que o oleiro é que dá forma ao vaso, é o historiador que, a partir da sua realidade, das questões que faz ao presente, dos seus valores, concepções, sentimentos, idéias, expectativas, bem como da sua concepção do que é história e de qual é o seu papel na sociedade, escolhe o tema de pesquisa e traça um caminho teórico-metodológico, selecionando suas fontes, seus recortes, seus referenciais, enfim, dá forma e constrói o seu trabalho.

As minhas inquietações do presente e minha experiência pessoal me moveram a propor um trabalho de pesquisa sobre os proprietários rurais do distrito de Martinésia, que pertence ao município de Uberlândia-MG (Ver Figura 01). Meu interesse pelo estudo desse distrito começou ainda durante a graduação, quando me propus a analisar, na monografia de conclusão de curso, as festas religiosas de São João e Santos Reis que acontecem nesse local.

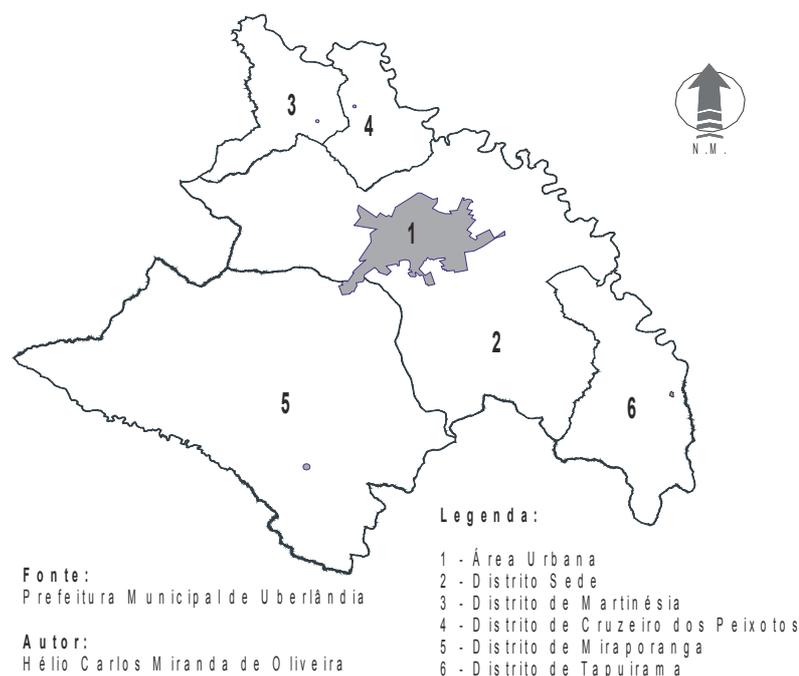
Minha mãe nasceu numa propriedade rural de Martinésia e viveu lá cerca de 15 anos, até vir para a cidade de Uberlândia. Como seus pais continuaram a viver na propriedade rural que eles possuíam, ela sempre ia visitá-los e, desse modo, eu passei a minha infância e adolescência indo, nos finais de semana, para esse sítio. Além desses passeios, minha família mantinha uma relação muito estreita com o distrito de Martinésia, participando das festas religiosas de São João e Santos Reis e também dos campeonatos rurais de futebol disputados nos distritos e comunidades rurais do município de Uberlândia.

¹ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p.12.

² FONTANA, Josep. Repensar a história para reprojetar o futuro. In: _____. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p.251-266.

³ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 67.

Figura 01: Município de Uberlândia e seus distritos (2005).



Fonte: Oliveira, Silva e Paula, 2006, p. 78.

Nesse sentido, sempre ouvi falar da importância da agricultura e da pecuária no Brasil, mais especificamente na região do Triângulo Mineiro, e, recentemente, do agronegócio como fundamental para o país. No entanto, isso me inquietava, pois a referência que eu tinha de campo era aquela do distrito de Martinésia, ou seja, o sítio da minha família e de alguns vizinhos dele. O fato é que eu não enxergava nesse lugar aquele modelo de campo propagado pela mídia – um campo “moderno”, coberto por plantações para exportação, equipado com alta tecnologia –, mas sim, algumas plantações, pequenos rebanhos bovinos, poucos animais como galinhas, porcos, enfim, um campo diferente em muitos aspectos daquele vendido pela mídia.

Foi a partir daí que me coloquei uma questão inicial: como é o meio rural do distrito de Martinésia? Partindo dessa indagação é que foi se delineando a minha problemática de análise. Nesse caminho, as leituras realizadas nas disciplinas *Tecnologia, Trabalho e Relações Sociais* e *Trabalho e Representações*, bem como as discussões de *Seminário de Pesquisa em Trabalho e Movimentos Sociais*, contribuíram para que a problemática fosse se tornando mais clara, na medida em que fui passando a entender que o campo é um espaço construído socialmente pelos sujeitos, mediante as contradições, as tensões, as disputas que nele são vivenciadas.

Ao problematizar o viver no campo, meu objetivo é compreender as transformações e as permanências nos modos de trabalhar, se divertir, se relacionar com a cidade de

Uberlândia, com a vizinhança, com a família, enfim, os modos de viver dos proprietários rurais do distrito de Martinésia. Então, não estudo o campo por meio do tamanho das propriedades, dos dados de produtividade e produção, da quantidade de máquinas ou do dinheiro empregado nas lavouras e rebanhos, mas sim, a partir das pessoas, dos sujeitos que vivem no/o campo, transformando-o e também se transformando.

Tomo como ponto de partida para a análise a instauração do regime militar no Brasil, em 1964, pois a partir daí o campo passou a ser alvo de políticas “modernizadoras”. O próprio termo “modernização”, que é um conceito, carrega uma interpretação daquelas mudanças, que se pauta em uma visão hegemônica desse processo de transformação, na medida em que, para muitos, longe de ter significado de fato “modernização”, esse processo implicou na exclusão, na pauperização, no aumento contínuo de dificuldades na produção agrícola e pecuária.

“Modernizar” o campo significava, naquele momento, inserir novas tecnologias, tais como tratores e colheitadeiras, incentivar o uso de adubos, fertilizantes, corretivos de solo, sementes selecionadas etc. No entanto, essa modernização foi “desigual”, “conservadora”, “dolorosa” - segundo autores que trabalham essa temática como, por exemplo, José Graziano da Silva, Wenceslau Gonçalves Neto - ou seja, apenas alguns poucos se beneficiaram com o farto crédito rural, com o acesso a essas novas tecnologias. Mediante esse processo, muitos deixaram o campo e foram para a cidade em busca de uma vida melhor, mas existem aqueles que resistiram à expulsão e permaneceram em suas terras. Assim, se houve “progresso”, não foi para todos, pois trata-se de uma sociedade de classes, o que pressupõe desigualdade entre elas, logo, houve “modernização” para alguns, não para a maioria.

I. Wallerstein lembra que as conquistas trazidas pelo sistema capitalista são sempre relativas, pois dependem do referencial, uma vez que os avanços produzidos por esse sistema ficam, na maioria das vezes, restritos a determinados grupos da sociedade, pois a distribuição desses benefícios é altamente desigual⁴. Esse autor enfatiza, então, a necessidade de estar atento ao fato de que “*Um dos problemas para analisar o progresso é que todas as mediações são sempre unilaterais.*”⁵. Nesse sentido, analisar as conquistas, os avanços trazidos para a atividade agrícola e pecuária brasileira, principalmente a partir da década de 1960, significa analisar um processo marcado por desigualdades, mas que é, muitas vezes, apresentado como se tivesse gerado ganhos universais, mediante uma visão hegemônica desse processo.

⁴ WALLERSTEIN, I. Sobre progressos e transições. Um balanço. In: _____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.83-119.

⁵ WALLERSTEIN, op. cit., p.84.

Todavia, o fato de uma visão ser hegemônica não significa que não existam outras formas de ler e de viver o mesmo processo. Logo, se existiram produtores que se “modernizaram”, essa não foi uma possibilidade aberta a todos. Como salienta Raymond Williams: “*A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva*”.⁶

Assim, essas mudanças eram colocadas como o único caminho possível a ser trilhado pelos produtores, que não teriam outras alternativas frente às transformações nas atividades agrícola e pecuária. Isso não significa que todos eles aderiram, sem exceção, a essas transformações, muitos por serem conservadores, temerem mudanças e outros por terem sido impedidos, uma vez que os incentivos foram direcionados, em sua maioria, para grandes produtores.

Desse modo, as décadas de 1960 a 1980 foram um momento de forte intervenção estatal no campo, na medida em que o Estado brasileiro é que conduziu esse projeto “modernizador”. No entanto, a partir da década de 1990, o Estado passou a não ter mais essa política tão intervencionista, o que não significa que ele se ausentou da condução de uma política para o campo. Pelo contrário, a sua presença é muito forte, por exemplo, no estabelecimento de novos mecanismos de política agrícola, embora venha incentivando, cada vez mais, a interferência do setor privado⁷. O mito do Estado não interventor é, então, problematizado, uma vez que o governo brasileiro interfere sim, e no meio rural isso não é diferente. Assim, procuro analisar como, diante dessa conjuntura política e econômica diferente, esses proprietários rurais continuam lutando para permanecer no campo, mesmo com as dificuldades cada vez maiores de produção, tendo em vista o privilégio do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, e como eles encontram alternativas para manter suas terras.

Aqui, torna-se fundamental dizer o que entendo por Estado, na medida em que esse teve um papel importante nas transformações que ocorreram no campo. O Estado, como salienta Sônia Regina de Mendonça, [...]“*constitui-se, ele mesmo, uma relação, não podendo ser encarado como ente que ‘paira’ acima da sociedade.*”⁸ Ou seja, existem grupos e interesses diferentes que compõem essa relação, pois o Estado não cria nada que não esteja, de certa forma, latente na sociedade, nada que não seja interesse de um ou de vários grupos existentes na sociedade civil.

⁶ WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.116.

⁷ COELHO, Carlos Naylor. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Ano X, nº03, Jul-Ago-Set/2001, p.01-56.

⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.12.

Como afirma Mendonça, muitos trabalhos que lidam com a questão do Estado ainda hoje têm uma concepção dele enquanto *sujeito*, o que significa dizer que ele é uma entidade que [...]“*paira’ acima da sociedade e dos homens, dotada de vontade própria, de iniciativa própria, como se não correspondesse a grupos sociais distintos e, por isso mesmo, com total poder de (co)mando sobre a sociedade.*”⁹ Segundo Mendonça¹⁰, essa maneira de entender o Estado como sujeito é tributária de uma concepção que teve origem no século XVIII, a *jusnaturalista*, na qual o estudo do Estado derivava do estudo do Direito, que pertencia ao domínio da Natureza, e o ponto de partida dessa concepção era o *contrato social*, ou seja, seria a partir dele que o Estado seria fundado, uma vez que os homens abririam mão de seus direitos individuais em favor da superação do estado de natureza. Os jusnaturalistas buscavam o estabelecimento de leis universais como nas ciências exatas e, desse modo, a autora afirma que um dos grandes problemas dessa concepção de Estado [...]“*residia em seu caráter a-histórico, estando, assim, a um passo da naturalização da própria noção de Estado.*”¹¹

Antônio Gramsci foi um estudioso que propôs uma outra maneira de entender o Estado, em que este é uma *relação social*, não sendo, portanto, nem sujeito nem objeto. A concepção de Estado gramsciana leva em conta os conflitos existentes na sociedade, isto é, nas palavras de Mendonça, nessa concepção, da qual ela comunga: [...]“*o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na formação social.*”¹² A noção de Gramsci é a de um *Estado ampliado*, ou seja, que leva em conta a sociedade civil e a sociedade política.

Assim, a concepção gramsciana me possibilita pensar que as ações do Estado com relação ao campo devem ser entendidas como um espaço de disputas, de conflitos de setores de classes, e me permite entender que, se existe uma maneira que se pretende hegemônica de vivenciar o campo utilizando máquinas e todo tipo de insumos modernos, também existem outras maneiras de vivenciá-lo. As lutas dos proprietários rurais para permanecerem no campo, mesmo com as todas as dificuldades, evidencia essa disputa, que também se torna clara nas lutas dos movimentos sociais pela justa distribuição da terra e na reivindicação de políticas públicas. Assim, se o Estado, em suas políticas, beneficia os grandes produtores, ele também estabelece políticas compensatórias que procuram dar conta dos interesses conflitantes no que diz respeito ao campo, por

⁹ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. (org) **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p.17.

¹⁰ Ibidem, p.14-19.

¹¹ Ibidem, p.15.

¹² Ibidem, p.20.

exemplo, criando programas de eletrificação rural, promovendo o assentamento de algumas famílias, criando mecanismos específicos de crédito, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) etc.

O tipo de concepção de campo proposto da década de 1960 para cá, a fim de buscar a hegemonia na sociedade, ou seja, para tornar-se a forma como os produtores deveriam lidar com suas terras, buscou aquilo que Gramsci chama de *consenso*, isto é, fazer com que as pessoas aceitassem aquelas idéias. Desse modo, a extensão rural foi um mecanismo fundamental para estabelecer esse *consenso* pois, ao disseminar as necessidades desse tipo de produção mecanizada, altamente capitalizada, divulgando seus ganhos e avanços, buscava legitimar esse projeto de campo e de sociedade que se pretendia hegemônico. Como o próprio Gramsci afirma “*Tôda relação de ‘hegemonia’ é uma relação pedagógica*”[...]¹³, ou seja, é preciso buscar o convencimento das pessoas a fim de que elas abracem essas idéias tornando-as hegemônicas, o que não significa, como antes mencionado, que elas sejam únicas. Conforme busco refletir na minha pesquisa, existiram e existem outras maneiras de vivenciar o campo que não essa que é hegemônica. Se existe o campo do agronegócio, das grandes plantações, dos grandes rebanhos, também existe um campo com pequenas plantações, pequenas produções que se mantém apesar dos grandes problemas que enfrenta, visto que, como lembra Gramsci: [...]“*não existe de fato, historicamente, uma maneira de conceber e de agir igual para todos os homens*”[...]¹⁴.

No início da pesquisa, eu acreditava que encontraria uma uniformidade, ou seja, um campo totalmente desprovido de máquinas e de crédito, mas não foi isso que encontrei e acabei descobrindo que a existência desses fatores não diz tudo sobre a vida e a atividade agrícola e pecuária dos proprietários rurais. Acredito que o fato de um produtor conseguir comprar um trator, uma colheitadeira, ou mesmo obter crédito rural não significa que ele tenha se “modernizado”, que ele produza segundo os padrões da agroindústria, dos complexos agroindustriais.

Não encontrei um campo totalmente desprovido de grandes rebanhos, plantações e novas tecnologias. Alguns tiveram acesso a máquinas, implementos agrícolas e crédito rural, porém, outros continuaram produzindo sem essas tecnologias, sem financiamentos, obtendo uma renda que, na maioria das vezes, não é satisfatória. Em Martinésia, existem produtores que têm no campo o lugar da renda, valorizam-no como propriedade e não como o que ele proporciona em termos de modos de vida, enquanto que outros valorizam

¹³ GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.37.

¹⁴ GRAMSCI, op. cit., p.39.

justamente esse aspecto. Assim, a contradição existe e o grupo de proprietários rurais entrevistados trouxe para o meu trabalho essas experiências diferenciadas.

Nesse sentido, o distrito de Martinésia não é uma “comunidade”¹⁵, pois nem todos compartilham dos mesmos ideais, dos mesmos referenciais e valores, logo, não há uma homogeneidade nas formas de vivenciar esses processos, uma vez que se trata de uma sociedade de classes, na qual existem conflitos e posicionamentos diferentes.

Dos vinte e um entrevistados, três são pessoas que saíram do campo (sendo que uma dessas entrevistas foi realizada por ocasião da escrita da monografia de conclusão do curso de graduação). Achei pertinente entrevistá-las para que eu pudesse ter uma visão mais ampla ao analisar aqueles que permaneceram, ouvindo também os que saíram, seus motivos, suas razões, suas intenções, percebendo que a história é um processo que se faz de diferentes movimentos. Entrevistei também uma senhora e seu esposo que viveram suas vidas no campo, mas que há quatro anos deixaram sua propriedade e foram viver na vila do distrito de Martinésia por questão de saúde e também devido à idade avançada. Também foi entrevistada uma ex-presidente do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia, que é esposa de um proprietário rural desse distrito. Entrevistei ainda a esposa de outro proprietário rural, que é professora no distrito de Martinésia e um produtor que vive na propriedade do sogro. Também foram entrevistadas duas jovens que são filhas de produtores rurais. Os outros 11 entrevistados são proprietários rurais e todos eles têm ou tiveram a terra como fonte de renda.

A opção foi por trabalhar com proprietários e não com arrendatários ou assalariados, pois a segunda alternativa escaparia ao meu objetivo, que é analisar como esses proprietários organizaram e organizam sua produção a fim de conseguirem permanecer no campo, mantendo sua terra, tendo em vista que, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, muitos proprietários perderam-na devido à contração de dívidas e às dificuldades de produção.

A escolha dos entrevistados partiu da indicação de minha própria família, em particular, de minha mãe, uma vez que ela nasceu nesse distrito e, desta forma, foi quem me levou até as pessoas entrevistadas. Eu disse a ela que precisava de pessoas que estivessem vivendo no distrito há pelo menos 25 anos e, como ela saiu do distrito por volta do ano de 1975, ou seja, há 31 anos atrás, me levou até aquelas pessoas que ela se lembrava que moravam na zona rural quando ainda vivia no distrito, ou seja, valorizando a sua experiência e as relações de convivência nesse lugar é que eu cheguei aos meus entrevistados.

¹⁵ SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, nº19, set89/fev90, p.228.

A intenção inicial era trabalhar com pequenos proprietários, mas como não sabíamos a extensão das propriedades, resolvi ir até as pessoas e entrevistá-las, mesmo que não fossem consideradas pequenos proprietários, até porque essa é para mim uma definição problemática. Como salienta Luciana Lílian de Miranda, ao analisar o processo de modernização do campo no município de Uberlândia-MG, os critérios utilizados pelo IGBE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980 e 1985 definem que [...] “os pequenos teriam até 100 hectares, os médios até 1000 e os grandes acima de 1000 ha.”¹⁶ Ariovaldo Umbelino de Oliveira lembra a existência de uma lei criada para regulamentar os dispositivos que se referem à reforma agrária que estão presentes na Constituição de 1988. Trata-se da lei nº8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que no artigo 4º define a pequena propriedade como aquela que possui área entre 1 e 4 módulos fiscais; a média como aquela que tem área superior a 4 até 15 módulos; e a grande como a que tem área superior a 15 módulos fiscais¹⁷. Como esse autor salienta, os módulos fiscais variam entre as regiões, sendo que existem módulo de 5 até 110 hectares. Logo, o que seria uma pequena, média e grande propriedade também varia.

Assim, acredito que a classificação da terra vai mais além do que simplesmente a sua extensão, dependendo também das atividades exercidas nela, da função dessa propriedade para o próprio dono, dos sentidos que ela tem para ele, enfim, de um conjunto de fatores. Assim, essa classificação é aqui tomada como um problema de análise¹⁸.

No universo da pesquisa, a maioria é constituída por “pequenos proprietários”, ou seja, eles não possuem grandes extensões de terra¹⁹, e muitos consideram essas propriedades como lugares que lhes proporcionam um modo de viver, mais que simplesmente a obtenção de lucros. Além de serem pequenos proprietários, acredito que podem também ser considerados pequenos produtores porque a maioria não relata que

¹⁶ MIRANDA, Luciana Lílian de. **Adeus ao “Jeca Tatu”**: proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985. 147f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003, p.11.

¹⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo**. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS Júnior, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.60.

¹⁸ Definir o que seja uma pequena propriedade é ainda mais complicado se for levado em conta que uma propriedade pode ter, por exemplo, 80 hectares, ou seja, é considerada pequena, no caso do município de Uberlândia, no entanto o seu proprietário pode ter uma visão empresarial dela, ser altamente capitalizado, ter sua produção inserida em cadeias agroindustriais, enquanto uma que tem 120 hectares, pode estar vivendo uma situação extremamente delicada, mediante a falta de dinheiro, aos altos custos de produção. Assim, falar em pequenos proprietários significa falar de certa heterogeneidade, ou seja, existem diferentes formas de viver a propriedade.

¹⁹ Aqui vale lembrar que 1 alqueirão (mineiro) equivale a 4,84ha, e 1hectare equivale a 10.000m². No município de Uberlândia um módulo fiscal corresponde a 20 hectares.

exista em suas propriedades uma produção em grande escala. Ter uma pequena propriedade pode não significar, necessariamente, ter uma pequena produção, na medida em que, com as tecnologias atuais que exigem altos investimentos financeiros, é possível obter grandes produções em pequenas extensões de terra, o que nem sempre é possível para grande parte dos pequenos proprietários.

As atividades agrícolas e pecuárias são as mais importantes no distrito de Martinésia, principalmente a produção de hortifrutigranjeiros e a pecuária leiteira. E aqui está um ponto importante a ser destacado: a maioria dos proprietários rurais entrevistados não possui empregados fixos. Quando utilizam mão-de-obra, é apenas para trabalhos esporádicos e os trabalhadores, nesses casos, são os chamados diaristas. Os que têm algum empregado reclamam do alto custo para mantê-lo. Assim, a vida daqueles moradores da sede distrital de Martinésia que têm no campo seu lugar de trabalho é difícil, uma vez que eles não têm uma renda mensal fixa e nem segurança no caso de uma doença, o que torna suas vidas muito instáveis. Esse distrito não conta com muitas opções de emprego, pois possui apenas uma fábrica de foices e canivetes que gera alguns empregos. Além disso, no distrito vizinho de Cruzeiro dos Peixotos, existe um frigorífico que emprega algumas pessoas de Martinésia.

Para discutir essas questões, alguns trabalhos foram fundamentais, como o de Vera Lúcia Salazar Pessôa²⁰, que analisa o processo de modernização do campo no município de Uberlândia, salientando como ele significou muito mais desenvolvimento econômico que desenvolvimento rural. A partir de dados obtidos na EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Ceasa, IBGE e CEPES – UFU (Centro de Documentação e Pesquisa Sócio-Econômica) ela chegou à conclusão que, nesse município, a modernização foi excludente, ou seja, chegou apenas para os grandes produtores rurais.

O trabalho de Luciana Lílian de Miranda²¹ também contribuiu para a reflexão dos processos de transformação do campo no âmbito do município de Uberlândia. A autora, utilizando dados dos Censos Agropecuários, entrevistas com produtores rurais e também a imprensa, analisa o quanto esse processo foi marcado por contradições.

Outra referência importante foi o trabalho de Sheille Soares de Freitas Batista²². A autora, ao trabalhar com migrantes rurais que buscaram a cidade de Uberlândia, analisa os sonhos, as expectativas que moveram inúmeras pessoas a buscarem uma vida melhor na

²⁰ PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 164f. (Dissertação) Mestrado em Geografia, UNESP/Rio Claro, 1982.

²¹ MIRANDA, op. cit.

²² BATISTA, Sheille Soares de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade**. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003.

cidade em virtude da difícil situação que viviam no campo. Nesse sentido, esse trabalho me possibilita refletir sobre a complexidade do “processo modernizador” do campo, que se gerou alguns benefícios para o homem do campo, o fez causando sérios problemas sociais.

Uma referência fundamental foi E. P. Thompson no sentido de que, ao trabalhar a formação da classe operária na Inglaterra, evidencia o processo histórico, ou seja, como as transformações vão acontecendo, não de forma automática, como se a fábrica tivesse criado a classe operária, pois essa *se faz* nas disputas, nos embates, nos conflitos, enfim, no processo de transformação social:

*[...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.*²³

Thompson e o seu conceito de *experiência*²⁴ me permitem analisar os processos de transformação do campo, percebendo o que as mudanças e as permanências significam na vida das pessoas, o sentido que para elas tem viver nesse lugar. Experiência é, então, compreender como as pessoas vivenciam e interpretam o processo de transformação social e como isso pode me ajudar na reflexão da sociedade.

Essa concepção de experiência permite, pois, ir além dos padrões de produção, de crédito, de mecanização, na medida em que o que me interessa é como as pessoas produzem, como elas agem frente às dificuldades de acesso a crédito e a mecanização, encontrando suas próprias estratégias que lhes permitem permanecer no campo. Isso implica em não tratar os produtores rurais apenas como vítimas de uma política excludente, mas abordar a forma como eles agem, lutam e reinventam seus valores nesse processo de transformação da sociedade, uma vez que os sujeitos buscam soluções para seus problemas, alternativas para suas dificuldades.

Desse modo, as categorias *experiência* e *cultura* são fundamentais, esta entendida como prática social, o que implica em colocá-la no plural, isto é, entender culturas como modos de ser e viver, que se constituem nos embates, nas tensões, nas disputas que se dão no social e significa, então, trabalhar com as diferenças, com a diversidade, com a pluralidade.²⁵ Lidar com culturas, ou seja, com todas as dimensões da vida dos sujeitos

²³ THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.9-10.

²⁴ THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.180-201; THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.179-224.

²⁵ CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto. **Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, Memórias e Produção Historiográfica**. In: CARDOSO, Heloísa Helena

históricos, significa, nesta pesquisa, ir além da compreensão das relações de trabalho no campo e trazer para a discussão os valores, os sentimentos, os hábitos, os sonhos, as expectativas, os costumes.

A transformação da sociedade, então, deve ser captada na sua complexidade, na medida em que não só os aspectos “técnicos” do campo se transformam, mas também a vida diária das pessoas. A grande maioria dos proprietários rurais entrevistados percebe o distanciamento que ocorreu entre os vizinhos, a fragilização das relações entre eles. E essa não é uma mudança que ocorre só em Martinésia, pois a sociedade atual tem vivenciado esse processo no qual as pessoas se fecham cada vez mais em si mesmas, se individualizando. Nesse sentido é que é fundamental estar atento às várias dimensões da vida dos sujeitos sociais.

Para analisar a complexidade do social e para compreendê-la por meio da minha pesquisa, uma das fontes com as quais trabalho é o *Jornal Correio*²⁶. Essa escolha deve-se ao fato de que esse é o único periódico local que perfaz todo o momento por mim analisado, pois é o único que sobrevive nos dias de hoje. Foi fundado em 1938 e até 1991, era denominado *Jornal Correio de Uberlândia*, quando passou a ser *Jornal Correio do Triângulo* e, em agosto de 1995, se tornou *Jornal Correio*. Desde a década de 1950, o jornal está nas mãos da família Garcia e, em 1986, o seu controle acionário passou a ser do Grupo Algar (a família Alexandrino Garcia é detentora desse grupo).

Para se ter uma idéia do papel que esse jornal exerce na cidade, basta ver as empresas que compõem esse grupo que detém o seu controle: CTBC (Companhia Telefônica do Brasil Central) que atua na área de telefonia fixa, celular, redes multimídia, internet, TV por assinatura e data center; ACS, Contact Center; ABC INCO, processamento de soja; ABC A&P, plantio de grãos; Rio Quente, turismo e hotelaria; ENGESET, serviços de engenharia; SABE, listas telefônicas e jornal; SPACE, segurança patrimonial; ABC Táxi Aéreo; e COMTEC, administração de terminais urbanos e centros comerciais²⁷. Esse jornal tem, na cidade de Uberlândia, uma grande força, pois do contrário não estaria presente na cidade desde 1938, e ele tem um compromisso claro com as elites locais.

Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). **História:** narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.15-16.

²⁶ Esse jornal se encontra no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. É pertinente aqui dizer que as condições de conservação do material não são boas, principalmente os números mais antigos, o que acaba dificultando o manuseio. Isso evidencia bem o descaso que a sociedade tem como os acervos, pois além da desatenção do poder público, os próprios pesquisadores que freqüentam o Arquivo contribuem para a deterioração desse material de pesquisa por meio do uso incorreto do mesmo.

²⁷ NOSSOS NEGÓCIOS. Disponível em: www.algar.com.br. Acessado em: 16/04/2006.

Todo jornal, sendo uma empresa, visa, como afirma Batista²⁸, além da obtenção de lucros, a sua manutenção no mercado. Ele é feito com determinadas intenções e produz interpretações e versões sobre a realidade social. Nesse sentido, está a necessidade que Martín-Barbero chama a atenção, de [...] “*articular a investigação sobre o discurso à das condições de produção, de circulação e de consumo.*”²⁹

Ao lidar com essa fonte, o conceito de “*estético-ideológico*” trabalhado por Beatriz Sarlo³⁰ auxilia no sentido de entender que o que está no jornal é como os grupos dominantes, mediante seus interesses, apresentam as coisas, logo, por trás do estético existem idéias, concepções, valores. Esse jornal traz, então, uma forma de ver o campo, aquele das grandes plantações, dos grandes rebanhos, da tecnologia moderna, enquanto a pequena produção aparece de forma secundária. Esta, porém, jamais estaria no centro, pois reclamar isso é fazer uma “*reivindicação piedosa*”³¹, ou seja, cobrar do jornal algo que ele não tem a menor intenção de dizer, porque ele é escrito para determinadas pessoas, é direcionado para um grupo, logo, a escolha das temáticas e de como elas irão aparecer é política.

Esse jornal traz uma imagem de *campo* moderno, lucrativo e bem sucedido, no entanto, mesmo sem ser essa a intenção, ele acaba trazendo, às vezes de forma esparsa e compartimentada, as tensões vivenciadas no social, por isso a importância de usar tal fonte nesta pesquisa, a fim de perceber essas memórias em disputa.

A fonte oral é de fundamental importância ao lidar com as experiências desses sujeitos históricos. Alessandro Portelli³² fala da importância dela não como solução para todos os males do historiador, nem como suporte para a escrita, mas como uma fonte diferente, a qual não é a verdade inquestionável, mas sim, uma forma de interpretar a realidade vivida. Como salienta Alistair Thomson: “*A memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas’*”[...]³³.

Portelli afirma que as pessoas não guardam os fatos tal qual aconteceram, uma vez que a memória é uma construção, é a leitura, a reelaboração da vivência que o sujeito faz

²⁸ Batista, op. cit, p.19.

²⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ideologia: os meios como discursos do poder. In: _____. **Ofício de cartógrafo**. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Edições Loyola, p.67.

³⁰ SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo: EDUSP, 1997, p.55-64.

³¹ Ibidem, p.59.

³² PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**. São Paulo: EDUC, n.14, fev. 1997, p.26

³³ THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, nº15, abr.1997, p.57.

a partir do presente; assim, o que o historiador busca é como as pessoas viveram e interpretam essa vivência:

[...] o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas [...].³⁴

A fonte oral é importante, uma vez que meu objetivo é refletir sobre a experiência, os modos de vida dos proprietários do distrito de Martinésia. Essa fonte [...]“*conta menos sobre eventos que sobre significados*”³⁵, sendo assim, ela é importante, na medida em que minha intenção não é entender a “modernização”, a transformação do meio rural brasileiro em si, mas como as pessoas experimentaram esses processos.

Na realização de minhas entrevistas, encontrei pessoas que, ao falarem de suas vidas, dialogaram comigo sobre as transformações que ocorreram e têm ocorrido na sociedade e as perdas acarretadas por essas transformações, trazidas no momento da entrevista por meio do choro, da palavra engasgada, do olhar melancólico ou mesmo da ironia.

Trabalhar com a fonte oral foi um desafio, uma vez que o trabalho com ela é difícil e delicado, mas também muito prazeroso. O momento da entrevista foi de grande aprendizado e as pessoas com quem conversei demonstraram muita satisfação em poder compartilhar comigo as suas histórias. Dona Carmem, por exemplo, me recebeu muito bem em sua casa e, quando eu disse a ela o motivo da minha visita, me convidou para irmos até uma área nos fundos de sua casa, onde se encontrava o seu esposo, para que nós três pudéssemos dialogar sobre suas experiências de vida.. Já o Seu João demonstrou, por meio de lágrimas que rolaram em seu rosto durante todo o momento das duas entrevistas que realizei com ele, a satisfação em narrar a sua vida no campo, algo que para ele tem grande valor: [...]“*pra mim é uma honra muito grande, de vim, além do cês tem muito mais gente que já veio fazer entrevista comigo e tudo*”[...]³⁶. Além disso, ele se dispôs a me receber em sua casa quantas vezes eu achasse necessário para conversar sobre seus viveres no campo.

O que os produtores rurais do distrito de Martinésia me disseram, as mudanças nas suas formas de trabalhar, de ser e de viver, não têm a ver somente com a vida deles, ou

³⁴ PORTELLI, op. cit., p. 33.

³⁵ Ibidem, p.31

³⁶ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

seja, têm uma dimensão maior que me permite analisar não a história de vida desses sujeitos, mas a própria sociedade em transformação. E não só nos aspectos econômicos de reordenamento da produção, na mudança da agricultura para pecuária, na busca de trabalho na cidade, mas também nos valores, nos gostos, nos sonhos, nas expectativas, as quais, na maioria das vezes, não são muito promissoras para a maioria dos pequenos produtores rurais.

A transcrição é um dos momentos que compõem o trabalho com a fonte oral e Portelli lembra que ela [...]“*transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretações.*”³⁷ Assim, ao transcrever as entrevistas, não reproduzi literalmente as falas, mas fiz alguns cortes e correções, a fim de facilitar a sua compreensão.

As narrativas orais colocam em questão as explicações construídas sobre os processos sociais e, assim, nos auxiliam na problematização do vivido. Elas fizeram com que eu tivesse que buscar outras fontes, pois os entrevistados trouxeram alguns elementos aos quais eu não tinha dado tanta importância ou que não tinha me atentado para eles. Um exemplo foi a questão do PRONAF: quando eu perguntei a alguns a respeito de crédito, eles me falaram desse programa, sobre o qual eu não tinha conhecimento mais aprofundado, logo, foi necessário acessar a página do próprio programa na internet e procurar conhecê-lo. Foi nessa busca que encontrei alguns textos que falam do programa, suas intenções e realizações e que foram utilizados como fonte.

Outro exemplo são os dados estatísticos, que por mais que sejam problemáticos, acredito que eles aqui são pertinentes, mas não suficientes. Uma coisa é tomá-los como verdade absoluta, no entanto, se o campo não se faz só de números, mas sim de pessoas, estes são importantes, na medida em que me possibilitaram falar, por exemplo, desse processo de expulsão do homem do campo que aconteceu no Brasil. Por meio das estatísticas, eu pude visualizar um pouco esse processo, mas foi necessário ir além delas, na trilha da interpretação da *Venda das Esposas*, ocorrida na Inglaterra do século XIX, feita por Thompson. Esse autor evidencia a necessidade de questionar as estatísticas sobre os processos sociais, discutindo qual é o significado, na vida das pessoas, daquilo que se quantifica por meio desses dados³⁸.

As *Atas do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia* foram um outro conjunto de fontes utilizadas, objetivando analisar a forma como os moradores desse distrito se organizam a fim de reivindicarem melhorias para suas vidas. Acredito em

³⁷ PORTELLI, op. cit. p.27.

³⁸ THOMPSON, E. P. A venda de esposas. In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.305-352.

sua importância, pois ao discutirem melhorias para o distrito, eles estão falando de suas vidas, de seus desejos, de suas aspirações. No entanto, o trabalho com essa fonte ficou um pouco prejudicado, uma vez que o Conselho existe desde 1982 e possuía três livros de ata, o primeiro de 1982 até 1989, o segundo de 1990 a 2001 e o terceiro de 2002 em diante, porém, o segundo livro desapareceu. Logo, a pesquisa ficou com uma lacuna.

Enfim, as fontes aqui utilizadas foram escolhidas a fim de responder às questões levantadas e problematizar o viver dos proprietários rurais do distrito de Martinésia.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, discuto a construção de uma visão hegemônica sobre o campo brasileiro como absolutamente “moderno”. No entanto, o processo de transformação desse campo carrega inúmeras contradições, as quais procuro discutir nesse capítulo, tais como o êxodo rural; o farto crédito rural, porém direcionado para grandes produtores; a inserção de novas tecnologias, mas restrita a determinados grupos de produtores. Entretanto, aqueles produtores que não são do grupo dos “grandes” encontraram suas alternativas para agir diante dessa situação.

Contrariamente ao que muitas vezes se afirma com relação ao *pequeno produtor* (que ele não se arrisca), percebo que alguns desses proprietários de Martinésia buscaram crédito rural, no entanto, sua produção não foi bem sucedida, o que gerou o medo, muito recorrente na fala desses produtores, devido aos aspectos naturais que imprimem à atividade agrícola grande incerteza. Além disso, a maior parte do crédito rural se destina aos médios e grandes produtores, restando aos pequenos apenas uma parcela, o que não impede que eles continuem lutando.

Discuto ainda o papel do Estado brasileiro que, de formas diferentes, ao longo dessas quatro décadas, intervém, estabelecendo políticas e mecanismos de atuação no campo, tendo em vista a importância que a agricultura e a pecuária têm na pauta de exportações brasileiras.

Enfim, analiso como as pessoas encontram suas próprias alternativas para permanecerem no campo, uns buscando o trabalho em outras propriedades, outros na cidade, outros reorganizando sua produção deixando de lado a agricultura e partindo para a pecuária, dentre outras estratégias.

Nesse capítulo, utilizo dados estatísticos para problematizar aspectos importantes, tais como a saída do homem do campo; o jornal como veículo de construção e divulgação da visão hegemônica de campo; as *Atas do Conselho Comunitário*, com o objetivo de investigar as formas individuais e coletivas de reivindicação e de solução dos problemas do homem do campo; e a fonte oral, pois é por meio dela que eu trabalho as vivências e as experiências dos proprietários rurais.

No segundo capítulo, parto da discussão da importância da terra para as pessoas, o significado que ela tem em suas vidas, buscando perceber os seus diferentes valores. Nesse capítulo, investigo as formas como os proprietários rurais de Martinésia organizam suas vidas, seja no trabalho, nas relações de vizinhança, enfim, em tudo o que compõe a vida desses sujeitos. A relação dessas pessoas com o tempo é uma questão trabalhada, na medida em que as pessoas percebem um aceleração dele na atualidade, o que leva a uma discussão sobre a própria relação com o trabalho, nas jornadas estafantes, possibilitando discutir essa visão do campo como lugar do idílico, da tranquilidade, do tempo da natureza, algo que não faz mais sentido.

Analiso as transformações, as permanências nos seus modos de vida, a importância e os valores atribuídos à religiosidade. Outro ponto abordado é a relação de vizinhança, que tem sido cada vez mais fragilizada, permitindo discutir algo que tem ocorrido na sociedade que é uma crise de valores e uma exacerbação do individualismo. Por fim, analiso as expectativas desses produtores em relação ao futuro da terra, os seus sonhos, os seus projetos de vida. As fontes utilizadas neste capítulo são a oral e o jornal, além de alguns dados estatísticos.

No terceiro capítulo, aprofundo a discussão da relação campo-cidade, analisando como determinados valores, problemas e vivências, ora tidos como tipicamente urbanos, passaram a ser vivenciados pelo homem do campo, por exemplo, alguns hábitos alimentares e o uso de eletroeletrônicos. A aquisição desses novos hábitos e valores significa a busca de benefícios, por essas pessoas, o que faz parte de uma luta por pertencer ao lugar em que vivem, usufruindo de coisas que facilitam suas vidas.

A relação dos proprietários rurais de Martinésia com Uberlândia é aqui analisada, na medida em que essa cidade, a qual está submetida administrativamente o distrito, está muito próxima dele e com o acesso facilitado, tendo em vista a rodovia que liga o distrito à cidade em bom estado de conservação e também a existência de uma linha de ônibus urbana entre Martinésia e Uberlândia. Assim, é nessa cidade que esses produtores encontram produtos agropecuários e veterinários, é nela que são feitas as compras para a casa e, para alguns, ela é o lugar do trabalho, do lazer ou do estudo.

Por fim, problematizo a leitura que a cidade faz do campo por meio do *Jornal Correio*, uma vez que há uma vasta quantidade de matérias publicadas nesse jornal sobre o meio rural. Sendo assim, acredito ser pertinente perguntar o porquê disso, qual a imagem de campo que esse jornal traz, tendo em vista a presença marcante de ruralistas locais, os quais, muitas vezes, também são políticos de grande influência no cenário nacional.

Aliado a isso, discuto o tratamento dado por esse jornal aos distritos de Uberlândia, pois, se existe uma concepção de campo “moderno”, nesse mesmo jornal, os distritos, os quais estão na área rural do município, são tratados como “reliquias”, coisas do passado, ou seja, são folclorizados. Assim, o tratamento dado a “esse campo” é outro.

Desta forma, o objetivo do capítulo é analisar como se dá essa relação campo-cidade entre os proprietários rurais do distrito de Martinésia e a cidade de Uberlândia. Para isso utilizo fontes orais, *Atas do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia* e também o *Jornal Correio*.

Enfim, ao longo desses três capítulos, procuro problematizar o viver dos proprietários rurais do distrito de Martinésia, buscando compreender as transformações e as permanências nos seus viveres, nos seus modos de trabalhar e quais as alternativas e estratégias que encontram para permanecer no campo.

CAPÍTULO 1 - TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: POLÍTICAS E VIVÊNCIAS

Em 1964, foi instaurada no Brasil uma ditadura militar³⁹, justificada pelo perigo comunista que estaria rondando o país, uma vez que o governo de João Goulart se aproximava de algumas demandas sociais, o que amedrontava e causava verdadeiro pavor nos setores conservadores da sociedade brasileira, mesmo não sendo esse, de fato, um governo comunista. Mas, foi com a justificativa de afastar do país a ameaça do comunismo que o presidente João Goulart foi deposto e os militares tomaram o poder.

A instauração do regime militar, no Brasil, significou a tentativa de silenciar várias reivindicações da sociedade brasileira, entre elas a reforma agrária. Havia vários movimentos de luta pela terra e, sendo o campo um setor importante da economia, era necessário conter esse processo reivindicatório.

O período em que o Brasil foi comandado por governos militares foi um momento de grande intervenção estatal no meio rural, objetivando a transformação das atividades agrícola e pecuária, tornando-as altamente produtivas e rentáveis, o que se fez às custas da concentração fundiária e da expulsão de milhares de trabalhadores rurais do campo, por meio de uma política agrícola excludente que beneficiou determinados grupos de produtores.

A tônica da ação governamental no que diz respeito ao campo passou a ser a necessidade de modernizá-lo, de transformá-lo⁴⁰ e, assim, o intuito não era fazer reforma agrária, mas sim, modificar as bases técnicas da produção agrícola e pecuária e, assim, aumentar a produção e a produtividade.

É nesse sentido que a “modernização” do campo brasileiro é qualificada como “dolorosa” e “conservadora” por alguns estudiosos do tema, na medida em que o interesse era transformar a base técnica da atividade agrícola e pecuária mantendo intocada a estrutura fundiária⁴¹. Modernizar o campo significava, então, aumentar a produção e a

³⁹ Sobre esse período da história brasileira Cf., por exemplo, BARROS, Edgar Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1998, 125p; REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, 84p; MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992**. 4ªed. São Paulo: Editora Ática, 1996, 110p.

⁴⁰ O Jornal Correio de Uberlândia traz uma série de reportagens sobre o meio rural brasileiro e a necessidade que se colocava, naquele momento, de modificá-lo. Nesse sentido, cf., por exemplo, Problemas agrários. **Jornal Correio de Uberlândia**, 22-23/11/1968, p.03; estímulos à produção agrícola, **Jornal Correio de Uberlândia**, 14/08/1969, p.06; Desenvolvimento agrícola vai integrar população brasileira. **Jornal Correio de Uberlândia**, 15/01/1970, p.04; Efeitos da ajuda racionalizada. **Jornal Correio de Uberlândia**, 26/04/1970, p.04; Govêrno oferece à lavoura mais de 20 tipos de empréstimos. **Jornal Correio de Uberlândia**, 27/08/1970, p.04; A revolução no campo. **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/10/1970, p.03.

⁴¹ GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica**. 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997, p.174-175.

produtividade mediante a inserção de novas tecnologias, tais como tratores e colheitadeiras, e ainda a utilização de adubos, sementes selecionadas, fertilizantes, corretivos de solo etc., inserindo o campo num modelo de sociedade moderna e dinâmica que estava sendo proposto naquele momento.⁴²

Ao Estado cabia conduzir a economia e permitir a inserção cada vez maior do capital no campo e é aí que tem lugar a política agrícola implementada pelos governos autoritários, via crédito rural, política de preços mínimos, incentivo à pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

*O plano que dá prioridade à defesa da agricultura em nosso país; está praticamente acionando os nossos técnicos no assunto, para que este gigantesco plano de ação tenha sua esperada eficiência no setor agrícola. Bem sabemos que a posição da agricultura é sustentada pela estatística que aponta como contribuidora de 50% para a formação da Renda do nosso País. Ainda há pouco o governo houve por bem anunciar, através do setor da Agricultura do Ministério do Planejamento, que dará prioridade incondicional à assistência na zona rural.*⁴³(grifos meus).

Desta forma, é propagado pelos governos militares o incentivo à atividade agrícola, devido à importância que ela tinha, naquele momento, como setor fundamental para o desenvolvimento econômico do país: “Bem sabemos que a posição da agricultura é sustentada pela estatística que aponta como contribuidora de 50% para a formação da Renda do nosso País.”

O Estado teve, então, um papel importante na transformação do meio rural brasileiro, sendo o seu grande incentivador, levando ao homem do campo esse novo conceito de campo que precisava surgir: moderno, capaz de gerar lucros e fazer o país crescer. Desse modo, foi grande o número de propagandas difundidas pelos governos autoritários a fim de disseminar esse ideal progressista e transformador do meio rural brasileiro.

ALIMENTE ESTE PAÍS E ENGORDE O SEU BOLSO.

PREÇOS MÍNIMOS PARA A REGIÃO CENTRO-SUL

PRODUTO	70/71	71/72	ACRÉSCIMO %
ALGODÃO Caroco (15 Kg)	10,30	15,00	42,8
Algodão Piuma (15 Kg)	30,80	44,00	42,8
AMENDOIM (25 Kg)	9,07	13,00	30,4
ARROZ N. G. Sul (50 Kg)	18,52	22,50	21,5
Arroz Goiás (50 Kg)	18,28	22,50	23,2
FEIJÃO Preto (50 Kg)	37,03	45,00	13,0
Feijão Branco e cores (50 Kg)	31,21	40,00	28,2
GRASSOL (40 Kg)	-	13,05	-
MAMONA (50 Kg)	20,27	22,30	10,0
MANDIOCA Raiz (150 Kg)	1,75	3,15	80,0
Mandioca Farinha (150 Kg)	7,30	13,00	78,1
MILHO (50 Kg)	11,00	13,50	22,7
SOJA (50 Kg)	17,11	23,00	46,1
SORGO (50 Kg)	-	10,60	-

Obs. - Esta tabela de preços mínimos aprovada pelo Conselho Monetário Nacional sofre ligeiras variações regionais. Informe-se nas agências do Banco do Brasil.

Na ABCAR, você recebe toda orientação que precisa, do plantio à colheita, e não paga nada por isso. É se o problema for o preço baixo que oferecem por sua safra, não venda. Conheça os preços mínimos do Governo para algodão, milho, feijão, arroz, soja, amendoim, trigo, farinha de mandioca e mamona. O Governo está fazendo tudo isto pra você encher o bolso. Pra você alimentar no Brasil mais de 90 milhões de bocas. Ou até mandar seus produtos para o resto do mundo.

PLANTE QUE O GOVERNO GARANTE

⁴² Ibidem, p.78.

⁴³ Assistência na zona rural. *Jornal Correio de Uberlândia*, 7-8/11/1967, p.3

Plante mais. Melhore a produtividade de sua lavoura comprando mais adubo e mais fertilizantes, corretivos de solo, implementos agrícolas, máquinas. Contrate mais mão-de-obra, construa. Se o seu problema é dinheiro peça financiamento ao Banco do Brasil e aos bancos particulares. Use o seu crédito. Você paga a longo prazo, com juros baixos. Plante melhor.

Figura 02: Alimente este país e engorde o seu bolso, **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/08/1971, p.03.*

* *“Plante mais.*

Melhore a produtividade de sua lavoura, comprando mais adubo, sementes, fertilizantes, corretivos de solo, implementos agrícolas, máquinas. Contrate mais mão-de-obra, construa.

Se o seu problema é dinheiro peça financiamento ao Banco do Brasil e aos brancos particulares.

Use o seu crédito. Você paga a longo prazo, com juros baixos.

Plante melhor.

Na ABCAR, você recebe toda orientação que precisa, do plantio à colheita, e não paga nada por isso.

E se o problema for o preço baixo que oferecem por sua safra, não venda.

Conheça os preços mínimos do Governo para algodão, milho, feijão, arroz, soja, amendoim, trigo, farinha de mandioca e mamona.

Se você tiver recebido proposta melhor que do Governo, ótimo. Mas nunca deixe por menos.

O Governo está fazendo tudo isto pra você encher o bolso.

Pra você alimentar no Brasil mais de 90 milhões de bocas.

Ou até mandar seus produtos para o resto do mundo.”

Analisando essa propaganda, acredito que seja importante partir da frase que vem no canto direito ao final do anúncio: *Plante que o governo garante*.⁴⁴ Essa frase indica a atuação do governo na atividade agrícola e mostra onde está essa atuação: no financiamento a juros baixos, na assistência técnica e na garantia de preços mínimos. Ou seja, na propaganda estão presentes os principais mecanismos utilizados pelos governos militares para empreender a transformação do meio rural brasileiro. O governo estaria, então, fazendo a sua parte, pois ele *“está fazendo tudo isto pra você encher o bolso”*, ele estaria cumprindo a sua obrigação e o produtor deveria cumprir a sua. Aí está um outro

⁴⁴ Essa frase está presente também em outras propagandas: Homem forte do governo. **Jornal Correio da Uberlândia**, 08/08/1971, p.07; Use este adubo. **Jornal Correio da Uberlândia**, 15/08/1971, p.07.

dado importante a ser levantado, que é o modo verbal empregado no texto da propaganda, o imperativo: plante, melhore, contrate, use, conheça, ou seja, o governo estaria proporcionando os meios para que o produtor se enriquecesse e cabia a ele atender ao chamado do governo.

Os objetivos da atuação dos governos militares, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, ficam, desta forma, muito claros, ou seja, a intenção era promover uma:

[...] verdadeira revolução da economia agrária, abrangendo a modernização dos métodos de exploração do solo, a ampliação das áreas de cultura, a diversificação dos tipos de lavoura e o fomento dos vários ramos da pecuária, o que se conseguirá mediante o desenvolvimento das atividades de simples subsistência para abrir oportunidade para o advento de uma agropecuária de caráter empresarial, capaz de produzir em alta escala e atender permanentemente às solicitações do mercado interno e externo.⁴⁵ (grifos meus)

Nesse fragmento de uma coluna do *Jornal Correio de Uberlândia*, intitulada *Uma Gota de Política*, é possível perceber os pilares da ação intervencionista do Estado brasileiro no campo. Primeiramente, a própria noção de *revolução*, uma idéia que carrega uma concepção da necessidade de se modificar radicalmente uma situação. Que situação é essa? É a da utilização de métodos atrasados de exploração do solo, da pequena área plantada, enfim, uma situação que deveria, segundo essa concepção de revolução, ser transformada. A receita para isso está na seqüência do texto: “o desenvolvimento das atividades de simples subsistência para abrir oportunidade para o advento de uma agropecuária de caráter empresarial”, ou seja, substituir uma economia que predominava no campo brasileiro, a da subsistência, na qual os produtores cultivavam o que necessitavam, desde o arroz e o feijão, até o leite e a carne. Mas, na concepção de campo como empresa, esse tipo de economia era incompatível, pois o que deveria imperar eram as grandes culturas destinadas ao mercado.

Essa concepção da necessidade de transformar o campo foi amplamente disseminada na sociedade brasileira e um dos meios utilizados para isso foi o jornal. Nesse sentido, o jornal pesquisado, *Jornal Correio*, contribuiu muito na divulgação desse ideal de campo que estava sendo proposto pelos governos militares, sendo grande o número de reportagens que fazem a defesa da necessidade de transformação do campo. Considero emblemática uma dessas reportagens:

A fazenda deve ser levada a efeito como se fôsse um empreendimento econômico como outro qualquer, isto é, visar lucro. Um número elevado de propriedades rurais está ainda em fase de subsistência, ou melhor, sendo explorada com a finalidade exclusiva de alimentar os moradores da propriedade. Dai surge o baixo padrão de vida de uma porcentagem elevada de famílias rurais. Era comum, ou ainda se ouve de certos homens dizer que no “seu tempo” sua

⁴⁵ Maior produção rural. *Jornal Correio de Uberlândia*, 05/04/1974, p.02.

fazenda produzia de tudo, somente entrando na propriedade sal e querozene. De fato havia êste orgulho e uma certa razão para os argumentos dêstes homens, pois naquele tempo a propriedade teria que produzir de tudo, enquanto era mais difícil os meios de comunicação e as distâncias eram grandes para a comercialização. Hoje, com o passar dos tempos, as coisas mudaram...O homem rural não precisa produzir de tudo. As explorações tendem a ser mais reduzidas em número e mais específicas. As áreas rurais tendem a ser exploradas de uma maneira mais especializada, isto é, abrangendo um número menor de empreendimentos. Não importa que um fazendeiro venha comprar produtos agrícolas de outros lugares. O importante é que ele venha obter uma renda maior com certa exploração e que esta renda venha a ser tal que dê para a compra dos outros produtos com maior lucro para o proprietário. Então, uma propriedade rural deve ser encarada não como uma exploração de subsistência, e sim de auto suficiência, isto é, como um empreendimento lucrativo.”⁴⁶(grifos meus)

O autor desse texto enfatiza aquilo que estava sendo colocado no momento, ou seja, que a propriedade agrícola precisava ser transformada, pois, caso contrário, as pessoas teriam baixa qualidade de vida, já que, segundo ele, as pessoas são pobres porque não aderiram ao projeto governamental e não transformaram sua propriedade num empreendimento lucrativo e, assim, têm um baixo padrão de vida. Logo, a propriedade que produz para a subsistência está no passado, “*naquele tempo*”, e deveria ser transformada num “*empreendimento lucrativo*”, o que requer a especialização e não a produção de tudo o que o homem do campo necessita.

Desse modo, o discurso difundido naquele momento era que a pequena produção agrícola era atrasada, improdutiva e mal conseguia se manter, logo, ela foi qualificada como negativa, pois não era capaz de atender aos objetivos do desenvolvimento econômico que se colocava naquele momento.⁴⁷

Nesse sentido, ganhou força uma visão dicotômica da realidade brasileira: atraso/modernidade. Era necessário superar o atraso em que viviam inúmeras propriedades rurais, imbuindo-as do sentido e da busca da modernidade:

*A situação rural brasileira é bastante precária sob vários pontos de vista. As condições de vida da maioria das famílias deixam muito a desejar sob os pontos de vista de educação e saúde: grande porcentagem de analfabetos, grande índice de mortalidade infantil, baixa média de vida. Com tudo isso seria humanamente impossível que o nosso agricultor produzisse mais do que produz. Necessário seria um trabalho educacional de base. Um homem com melhores noções das dificuldades que o cercam procura vencê-la com técnica e dinamismo de acôrdo com as ferramentas colocadas em sua mão.*⁴⁸

⁴⁶ A propriedade rural no Brasil. **Jornal Correio de Uberlândia**, 27-28/03/1966, p.4.

⁴⁷ GONÇALVES, Múcio Tosta. Espaço rural em transformação: um lugar de (qual) memória? **História e Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, nº29 e 30, jul-dez/2003, jan-jun/2004, p.35.

⁴⁸ Educação da juventude rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 30-31/1/1966, p.11.

Esse texto foi escrito por um engenheiro agrônomo que, na época, era supervisor da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), a qual teve um papel fundamental na “transformação do atraso rural brasileiro”, na medida em que, como o engenheiro salienta, era preciso educar o homem do campo, dando-lhe as ferramentas para que a sua vida pudesse ser modificada, tais como a assistência técnica, a mecanização e o crédito rural. Rita Maria Ribeiro de Carvalho, ao tratar de projetos de extensão rural implantados entre os anos de 1965 e fins da década de 1970, numa região de pequenos produtores no município de Passos-MG, afirma que: [...]“*atuando junto ao produtor rural, a extensão rural objetiva uma mudança nas relações capital/trabalho que conduza a uma exploração mais rentável da terra, do tempo e da força de trabalho da agricultor.*”⁴⁹

A extensão rural foi, dessa forma, um pilar importante na difusão de novas e modernas formas de plantar, de técnicas mais avançadas, de tecnologias aplicadas à atividade agrícola, além de ter sido uma estratégia de *hegemonia*, uma vez que a necessidade dessas mudanças era apresentada como a solução para os problemas do produtor e do país. Segundo Maria Sibeles Brasiliense Portilho, Minas Gerais foi o estado brasileiro pioneiro na implantação de um sistema de extensão rural, que foi criado em dezembro de 1948. Diante de uma conjuntura de crise que o estado atravessava, tanto na agricultura quanto no setor industrial e em outros setores da economia, fez-se necessária uma intervenção do então governador do estado, Milton Campos, que governou Minas entre 1947 e 1951, a fim de promover a recuperação da economia mineira.⁵⁰

O modelo de extensão rural implantado em Minas foi baseado no modelo estadunidense, uma vez que a ACAR surgiu de um convênio entre a AIA (American International Association for Economic and Social Development) e o governo de Minas Gerais.⁵¹

No início, a extensão rural ficou limitada ao crédito supervisionado e só na década de 1950 isso começou a mudar, com a ampliação do sentido da sua atuação para a propriedade rural como um todo, atentando, inclusive, para a família do produtor rural⁵², pois não bastava dar crédito, era preciso mudar os hábitos das pessoas.

⁴⁹ CARVALHO, Rita Maria Ribeiro de. **O pão cotidiano contra a grandeza da nação**: um estudo da produção e da disciplina entre pequenos produtores rurais. 306 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2001, p.14.

⁵⁰ PORTILHO, Maria Sibeles Brasiliense. **Extensão Rural**: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFU/Uberlândia, 1998, p.37.

⁵¹ Cf. Uma herança de Rockefeller: ACAR – 20 anos de progresso. **Jornal Correio de Uberlândia**, 17/06/1969, p.03.

⁵² PORTILHO, op. cit., p.39.

O modelo de extensão rural surgido em Minas ampliou-se para o Brasil e, em 1956, foi criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), que tinha como objetivo unificar o sistema de extensão rural no Brasil, sendo o órgão gerenciador dela e o responsável pela captação de recursos para financiar as atividades de extensão rural.⁵³

Conforme Portilho, em maio de 1966, por meio do decreto nº58.382, foram reordenadas as atividades da ABCAR e assim, a atuação dela foi estendida para o grande produtor rural (até então, o foco era o pequeno e o médio produtor) e foi colocada em foco a modernização da agricultura brasileira. O foco deixou de ser o pequeno produtor por uma razão muito clara: ele não era capaz de dar respostas satisfatórias ao objetivo de modernização do meio rural brasileiro.⁵⁴

Em novembro de 1975, a ACAR foi transformada na EMATER e a coordenação do sistema de extensão rural ficou a cargo da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).⁵⁵

Seja ACAR ou EMATER, o sentido da extensão rural no Brasil está muito claro. Ela teve um papel educativo na tentativa de transformar a mentalidade do homem do campo, inculcando-lhe novos valores, que são a racionalidade técnica, o aumento da produção e da produtividade e a necessidade de revolucionar a base técnica das atividades agrícola e pecuária.

Esse papel da extensão rural brasileira foi amplamente difundido. No *Jornal Correio*, é grande a quantidade de matérias falando da extensão rural⁵⁶, do seu papel, e também existia nesse jornal, na década de 1960, uma coluna intitulada *Coluna Agrícola*, na qual técnicos extensionistas da ACAR escreviam e davam sugestões ao homem do campo sobre como trabalhar a terra, como cuidar dos filhos, da casa, entre outros temas⁵⁷. Pela apreciação dos temas tratados nessa coluna, já se tem uma idéia que a atuação da

⁵³ Ibidem, p.02.

⁵⁴ Ibidem, p.57-58.

⁵⁵ A EMBRATER foi extinta em 1991 e a partir daí a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) assumiu a coordenação da extensão rural que, posteriormente foi transferida para o Ministério da Agricultura. Pelo decreto nº4.739, de 13 de junho de 2003, essas atividades passaram a cargo do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁵⁶ Cf. O que se espera da extensão rural. *Jornal Correio de Uberlândia*, 20-21/10/1964, p.04; A ACAR, o que é e como trabalha. *Jornal Correio de Uberlândia*, 26-27/04/1968, p.03.

⁵⁷ Cf. A horta doméstica enriquece e barateia a alimentação. *Jornal Correio de Uberlândia*, 13-14/02/1966; “Alimentação natural” e “Menores lucros com milho mal armazenado”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 01-02/05/1966; “Não deixe a água carregar a sua terra”, “Fertilidade já é pouca” e “No mundo da criança”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 24-25/05/1966; Cuidados especiais para assegurar-lhe uma boa saúde. *Jornal Correio de Uberlândia*, 05-06/06/1966; “Causas da pequena produção agrícola” e “Conselhos aos pais sobre a educação das crianças”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 16/06/1966; “Evite prejuízos da seca com capineira” e “Cuide melhor da higiene de seu quarto e tenha melhor saúde”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 28-29/06/1966.

extensão rural vai além da esfera produtiva do meio rural, pois existia uma interferência na vida privada dos sujeitos. Tal atuação se dava também por meio da assistência técnica, do crédito rural e do bem-estar social e aí reside e se justifica a intervenção na vida da família rural.

O papel que a extensão rural teve no Brasil – e acredito que ainda tem, embora hoje a situação e os objetivos possam ser outros – é muito claro:

De um modo bem genérico, podemos dizer aos amigos que a Extensão Rural é um trabalho educativo que visa principalmente o desenvolvimento, através de reuniões demonstrativas, cursos, excursões, visita e palestras. A extensão rural preocupa-se principalmente com a realização de um trabalho sócio-econômico de caráter educativo e global. Procura orientar os ruralistas de modo a aumentar o grau de inspiração da família rural, elevando o nível social e educativo da família, através do melhor aproveitamento dos recursos da propriedade rural, com a introdução da tecnologia moderna, que é sem dúvida fator da maior produtividade. Assim a família que teve sua renda aumentada, através do aumento de produção e produtividade, tem possibilidade de atingir um melhor nível social quer seja nas condições de conforto do lar, quer seja nos aspectos, saúde, educação e alimentação.⁵⁸(grifos meus)

Eustáquio Ferreira dos Santos, engenheiro agrônomo da ACAR-MG, é o autor dessas palavras que definem o papel da extensão rural, ou seja, um trabalho educativo, embora informal, que objetivava aumentar o “*nível social e educativo da família*”, aproveitando de forma mais adequada os recursos que a propriedade rural oferecia e introduzindo a “*tecnologia moderna*”, o que aumentaria a renda familiar. Observando atentamente a seqüência como as coisas são colocadas no texto, é possível inferir que a atuação da extensão rural está em perfeita sintonia com aqueles que são os objetivos da “modernização” da agricultura como um projeto governamental, pois o fim último é a obtenção de lucros, o aumento da renda, via aumento da produção e da produtividade. O autor argumenta que, com o aumento da renda, seria possível obter maior conforto para a família, mas, como lembra Portilho, o [...]“*bem-estar social, está vinculado apenas à melhoria das condições materiais de vida do homem do campo.*”⁵⁹ Nesse sentido, assim como afirma essa autora, o [...]“*bem-estar social não é encarado como processo possível e conquistado, que propicia efetiva autonomia, emancipação socioeconômica e política do homem do campo.*”⁶⁰

Segundo Protinho⁶¹, o processo de difusão das idéias modernizadoras pela extensão rural no Brasil centra-se na necessidade de aplicação de novas tecnologias no campo para melhorar a renda e, conseqüentemente, promover o bem-estar das famílias e, assim, não

⁵⁸ Extensão rural e crédito educativo. **Jornal Correio de Uberlândia**, 19/09/1969, p.04.

⁵⁹ PORTILHO, op. cit., p.118.

⁶⁰ Ibidem, p.119.

⁶¹ Ibidem, p.01.

se tocar na estrutura fundiária, pois não seria necessário, dentro dessa ótica, já que a vida do homem do campo estaria melhorando. Logo, para que fazer reforma agrária?

Portilho aponta como a atuação da extensão rural no Brasil traz em seu bojo uma:

[...] visão da própria instituição como apolítica e democrática, serve para construir a representação social de que ela estaria pairando acima dos conflitos sociais. A instituição seria neutra, portanto, não estaria atendendo a outros interesses que não fossem os do homem do campo. Tal postura facilitaria a penetração e aceitação da ação extensionista como democrática e apenas de caráter orientador, mascarando a interferência e a possibilidade de controle social.⁶²

O discurso proferido pelos técnicos da extensão rural se coloca como autorizado⁶³, aquele que pode falar sobre o campo e sobre as necessárias transformações nele, pois estas se fazem em nome dos benefícios que traz ao homem do campo. Além disso, esses técnicos teriam competência e formação profissional, uma vez que, seja a ACAR ou a EMATER, tem em seu quadro de funcionários engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, médicos veterinários, ou seja, profissionais com autoridade para falar sobre o campo porque o conhece e sua intenção é melhorar a vida das famílias rurais.

No entanto, a forma como esse saber competente é colocado promove a desqualificação do saber da experiência, imprime ao pequeno produtor rótulos pejorativos e se constrói em torno dele uma representação social que o denomina como carente: [...]"de informações, de nutrição, de saúde, de solidariedade."⁶⁴

A fim de educar o homem do campo nos valores modernos, uma das estratégias utilizadas foi a atuação junto à juventude rural, concretizada nos CLUBE-4S⁶⁵:

O serviço de Extensão Rural, como sendo um trabalho educacional não pode deixar de lado a juventude. Em todos os municípios onde atua, a ACAR procura formar clubes 4-S. A cada dia surge um novo recordista. Executando o seu projeto individual o jovem pode se tornar um campeão regional ou nacional a qualquer momento. O mais importante é que o jovem acaba influenciando o pai e os vizinhos levando-os a adotarem práticas racionais de cultura e criação. O clube 4-S tem uma Diretoria própria, eleita pelos seus membros. Através dela os jovens tornam-se aptos para dirigirem reuniões, formarem grupos, estudaram e resolverem problemas da comunidade e outras coisas de real importância.⁶⁶

Os CLUBE-4S⁶⁷ eram formados por jovens entre 15 e 24 anos e, como se pode perceber pelo fragmento acima, escrito por um engenheiro agrônomo da ACAR-RJ, o

⁶² Ibidem, p.55-56.

⁶³ Ibidem, p.20.

⁶⁴ FONSECA, apud PORTILHO, op. cit. p.49.

⁶⁵ Hino Clube-4S: "Clubes 4-S do Brasil, / Jovens com vontade de SERVIR, / Nossa bandeira é o trevo da sorte, / Emblema do nosso SENTIR! / SAÚDE e trabalho com muito SABER, / Cabeça erguida e olhando pra frente, / Faremos o Brasil crescer."

⁶⁶ Educação da juventude rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 30-31/01/1966, p.11.

⁶⁷ Cf. Nasce mais um Clube 4-S em Uberlândia. **Jornal Correio de Uberlândia**, 08-09/05/1966, p.5. A reportagem fala do surgimento do Clube 4-S no distrito de Martinésia.

objetivo de atuar junto à juventude é no sentido de que ela está mais aberta à mudança, a novas experiências, idéias e valores e, assim, constrói um rótulo, mais especificamente para os pequenos produtores, como aqueles que são conservadores e que não estão dispostos a mudar.

A extensão rural, para além de sua carga de valores ideológicos e da disseminação de idéias relativas à produção agrícola, teve e ainda tem um papel importante junto aos produtores rurais, já que a assistência dada aos produtores tem grande valor, principalmente para os pequenos que não precisam pagar por ela. Nesse sentido, as falas desses produtores têm muito a dizer sobre essa importância, pois, além do significado que a presença do técnico tem na execução da atividade rural dos produtores, orientando no plantio, no trato com as culturas e na colheita, eles ainda estabelecem com esses uma relação de amizade, de confiança, expressa por meio das falas desses produtores.

A Emater?

A Emater dá assistência, é.

Assistência técnica?

É, é, tem o técnico agrícola, então ele acompanha, isso aí é só chamar. Não é todos que ele visita não, alguns que tem financiamento, alguma coisa assim, então eles tá constante, né, mais a gente que não tem o financiamento, é só chamar vem.

Eles não cobram pela assistência?

Não, não cobra não.⁶⁸

Seu Duarte, 51 anos, produtor rural do distrito de Martinésia que vive na propriedade de seu sogro, com 48 alqueires, há 26 anos, coloca algumas questões para serem discutidas com relação à assistência prestada pela EMATER. Segundo ele, a EMATER atende bem os produtores rurais, pois, mesmo aqueles que não têm financiamento são assistidos por ela e com uma grande vantagem: o atendimento não é cobrado.

Estabelece-se entre os técnicos extensionistas e os produtores rurais uma relação de confiança e, às vezes, até mesmo de amizade, que acredito ser em função do próprio tipo de atuação que a extensão rural exerce, agindo tanto no que diz respeito à produção agrícola, quanto em outras questões, como orientações sobre a vida no campo, em casa, além da organização de festas e cursos, na busca de melhorias para o distrito de Martinésia, por exemplo.⁶⁹

Seu Argentino Gomes de Melo, 72 anos, natural de Estrela do Sul, proprietário de 10 alqueires em Martinésia desde o início da década de 1970, traz em sua fala esse traço marcante da relação de amizade que se dá entre os técnicos e os produtores rurais:

⁶⁸ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

⁶⁹ Cf. ACAR faz trabalho em Martinésia. **Jornal Correio de Uberlândia**, 12/10/1970, p.5.

E a EMATER, o senhor já pediu assistência técnica?

Não, uai, nesse tempo que eu tô de falando que eu tocava lavoura eles é que fazia os projeto, lá na EMATER, turma lá tudo amigão meu, lá na EMATER.

O senhor acha que eles atendem bem?

Nossa, dos mió, é gente fina todo tanto, só que a maior parte lá já aposentou tudo, os conhecido mesmo, mais ali é gente boa demais, ichi.⁷⁰

Seu Argentino, com certeza, não é o único produtor rural a estabelecer essas relações de amizade com os técnicos extensionistas, uma vez que o papel que esses técnicos exercem na vida desses produtores é de fundamental importância para que eles continuem produzindo. No caso do Seu Argentino, esses laços de amizade se desfizeram em virtude de que aqueles com quem ele se relacionava na época em que plantava já não estão mais lá e, também, hoje ele não planta mais, o que dificulta a construção de novos laços de amizade com os atuais técnicos, já que ele recorre pouco ao sistema de extensão rural.

A extensão rural no Brasil, ao final da década de 1970, voltou a ter como foco o pequeno produtor rural. Na prática, o que acontece hoje é que o público alvo da extensão rural são os pequenos proprietários que têm assistência gratuita, no entanto, os médios e grandes produtores também são atendidos por esse sistema, mas como a diferença de que, para eles, ela é cobrada.

O sistema de extensão rural é fundamental para os pequenos produtores rurais, pois ela é a forma, talvez mais eficaz, que eles têm para receber orientações sobre plantio, colheita, pragas, defensivos, fertilizantes, enfim, sobre tudo aquilo que diz respeito à atividade agrícola e com a vantagem de não ter que pagar por essa assistência.

Hoje, se coloca uma nova dimensão à ação da extensão rural, a qual está estampada num cartaz no escritório local de Uberlândia: “*Promover o Desenvolvimento Sustentável, através da Assistência Técnica e Extensão Rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira.*” (grifos meus)

Uma das questões fundamentais que se colocaria à extensão rural, hoje, seria o desenvolvimento sustentável, entretanto, é preciso lembrar que o discurso da necessidade de preservação ambiental foi sendo paulatinamente incorporado e apropriado pelo sistema capitalista. Logo, o desenvolvimento sustentável deve ser feito dentro da lógica desse sistema, ou seja, mantendo os lucros e favorecendo determinados grupos sociais e, assim, não se toca na estrutura desigual desse sistema e nem se promove o desenvolvimento social.

⁷⁰ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

Elder Andrade de Paula, ao tratar de estratégias de desenvolvimento no estado do Acre, colocando em questão a “sustentabilidade” dessas intervenções, mostra como o que fica evidente

*[...] na construção do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ adotado pelo Banco Mundial – definido sinteticamente como ‘aquele que dura’ – é a passagem das preocupações relativas à conservação da natureza para aquelas voltadas para assegurar o crescimento.*⁷¹

Assim, é o aspecto econômico que acaba prevalecendo em muitas das experiências de desenvolvimento sustentável executadas, logo, esse autor chama a atenção para o fato de que [...]“*tal como a ‘democracia’, o ‘desenvolvimento sustentável’ acabou constituindo-se numa unanimidade, contra a qual ninguém se posiciona.*”⁷² e também que há [...]“*diferentes formas de materialização concreta.*”⁷³ Dessa forma, torna-se necessário tomar cuidado com generalizações e com posicionamentos acrílicos frente a estratégias que dizem ser de “desenvolvimento sustentável”, pois elas podem ser, na verdade, formas de promover a insustentabilidade, ao estarem, em grande parte, vinculadas à lógica do capital⁷⁴. Assim, o fato de o desenvolvimento sustentável estar presente na missão da extensão rural não significa uma preocupação com a natureza, e sim, uma preocupação com relação aos lucros que ela deve continuar gerando, ou seja, preservar a natureza só tem sentido se for para que ela continue dando lucros.

As conseqüências ambientais do tipo de atividade agrícola e pecuária implantada com o incentivo do Estado brasileiro não foi a única questão social gerada por esse tipo de atividade pautada pelo lucro. Decorridas algumas décadas da instauração do regime militar no Brasil e da sua atuação no campo, sabe-se que a proclamada [...]“*prioridade incondicional à assistência na zona rural*”⁷⁵ não foi tão prioritária assim em muitos aspectos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento social da população rural brasileira que não aconteceu. Basta olhar para a intensa migração campo-cidade desencadeada nesse momento e também para o empobrecimento dos trabalhadores rurais.

Segundo Wenceslau Gonçalves Neto, na década de 1960, mais da metade da população brasileira vivia no campo, quadro esse que se modificou e, já na década de

⁷¹ PAULA, Elder Andrade de. Introdução. Enigmas do “desenvolvimento sustentável”: a natureza mercantilizada. In: _____. **(Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.** Rio Branco: EDUFAC, 2005, p.278.

⁷² PAULA, op. cit., p.278.

⁷³ Ibidem, p.278.

⁷⁴ “Na Amazônia, a exemplo do que ocorre em outras regiões do mundo, os critérios de ‘sustentabilidade’ só são assimiláveis pelo núcleo dominante do capital se subordinados à sua lógica.” PAULA, op. cit, p.314.

⁷⁵ Assistência na zona rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 7-8/11/1967, p.3.

1980, pouco mais de 30% da população ainda vivia no campo⁷⁶, conforme se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 01: Brasil, população total (1960, 1970, 1980)

ANO	URBANA	RURAL	URBANA %	RURAL %
1960	31.303.034	38.767.423	44,67%	55,33%
1970	52.084.984	41.054.053	55,92%	44,08%
1980	80.436.409	38.566.297	67,59%	32,41%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1990, p.67.

Como se pode perceber, houve uma mudança na distribuição da população brasileira, pois ocorreu um intenso processo de migração campo-cidade. Para se ter uma dimensão desse fenômeno social, a população do município de Uberlândia em 1950 constituía-se da seguinte forma, segundo Pessoa⁷⁷, com base nos Censos Demográficos: num total de 54.984 habitantes, 36,6%, ou seja, 20.118 habitantes, viviam na zona rural e 63,4%, 34.866 pessoas viviam na cidade. Na década de 1980, a população desse município já somava 241.180 habitantes, sendo 231.808 residentes na zona urbana e 9.372 na zona rural, ou seja, 96,2% da população uberlandense já vivia na cidade e só 3,8% no campo. Houve, então, uma grande transformação da configuração populacional, que passou a ser predominantemente urbana.

Os distritos do município de Uberlândia também vivenciaram esse processo de expulsão do homem do campo, conforme pode ser observado na tabela 02⁷⁸:

Tabela 02: Município de Uberlândia, população dos seus distritos (1950, 1960, 1970, 1980)

DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL			
	1950	1960	1970	1980
Cruzeiro dos Peixotos	3.463	3.065	2.054	1.170
Martinésia	3.086	2.095	2.089	930
Miraporanga	2.568	2.293	2.297	1.913
Tapuirama	3.057	1.934	1.634	1.607

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980.

Esse processo de expulsão e saída do homem do campo é analisado por Dona Carmem como algo que modificou a vida naquela região, pois ela se lembra das festas

⁷⁶ GONÇALVES NETO, op. cit., p.23.

⁷⁷ PESSOA, Vera Lúcia Salazar. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 164f. (Dissertação) Mestrado em Geografia, UNESP/Rio Claro, 1982, p.30.

⁷⁸ É preciso lembrar que os dados da tabela 02 referem-se à população total dos distritos, ou seja, à soma dos moradores da área rural e da urbana, pois só é possível obter os números da população rural e urbana, separadamente, a partir de 1991. Entretanto, acredito que esses dados podem levar à conclusão de que houve uma queda da população rural nesses distritos, tendo em vista que, como dito anteriormente, essa população faz parte desses dados.

que eram realizadas com frequência nas fazendas, chamadas de pagodes, e que não acontecem mais, daí o tom de tristeza com que ela faz essa reflexão:

*Agora nem pagode não tem mais, porque hoje em dia a zona rural ficou muito sem movimento, os fazendeiro mudou tudo, venderam, né? Naquela região nossa lá tem muito pouca gente, os fazendeiro que tinha, os antigo, já mudou tudo. Vai mudando, uns aluga, outros vende.*⁷⁹

Dona Carmem, 67 anos, nasceu na zona rural do distrito de Martinésia e, após se casar, continuou morando nessa região por 43 anos. Há quatro anos ela e o marido deixaram a propriedade rural de 8 alqueires que lhes pertencem e foram morar numa casa na vila do distrito de Martinésia. Nessa fala, Dona Carmem está refletindo, interpretando, expressando seus sentimentos e fazendo sua leitura de um processo que ocorreu na sociedade brasileira como um todo com mais intensidade na década de 1970, ou seja, a migração campo-cidade. Esse que, para além de um fenômeno estatístico que modificou a configuração populacional brasileira, é um processo vivido e significado pelas pessoas que dele fizeram parte, como Dona Carmem, que mesmo tendo permanecido no campo, viu seus amigos e vizinhos irem em busca da cidade e de outras oportunidades de vida. Ela viveu o esvaziamento do campo e, hoje, interpreta esse processo como algo negativo que modificou a vida tanto dos que deixaram o campo quanto daqueles que nele permaneceram.

Para muitos que viviam no campo, naquele momento, a cidade era vista como o lugar em que seria possível ter uma vida melhor frente às dificuldades encontradas no meio rural, significava a chance de conseguir trabalho, atendimento médico de qualidade, escola, algo que lhes era negado no campo. Entretanto, muitas vezes, aqueles que saíram do campo aparecem nas reportagens de jornal como os culpados por sua própria exclusão:

*Os fazendeiros que não se adaptam ao sentido econômico da produção começam a abrir mão da terra e se transformam em comerciantes urbanos. Em compensação voltam-se para a agricultura e a pecuária homens com o corte de empresários, vitoriosos em outras atividades, inclusive na indústria.*⁸⁰

O início da reportagem, “*Os fazendeiros que não se adaptam ao sentido econômico da produção começam a abrir mão da terra*”, dá uma idéia de que são os proprietários rurais que não estão atentos ao desenvolvimento que tem ocorrido no campo. Porém, o autor do texto parece esquecer que nem todos tiveram acesso aos benefícios da política agrícola modernizadora e, assim, não foi porque não quiseram se modernizar, mas porque não tiveram oportunidades para tal, tendo em vista que essa política beneficiou largamente os grandes proprietários rurais, os “*vitoriosos em outras atividades*”, ou seja,

⁷⁹ Carmem Martins da Silva, 67 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

⁸⁰ Avanço Mineiro. **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/01/1974, p.2.

aqueles que tem capital e possibilidades de investir na propriedade rural, ainda mais com o farto crédito rural distribuído a eles pelo Estado.

Ao refletir sobre o êxodo rural ocorrido no Brasil, uma crônica de Lycidio Paes, publicada no *Jornal Correio de Uberlândia* em 1970, intitulada *Estranha Teoria*, torna-se um texto que merece ser discutido. A crônica inicia-se da seguinte forma:

*O sr. Presidente da Fundação João Pinheiro informou que o exodo rural de Minas Gerais caiu na proporção de seis por mil, em 1969, para um e meio por mil, em 1970. E o sr. diretor da ACAR, tendo conhecimento dessa informação, disse que, “se for verdadeira, nosso Estado não está se desenvolvendo, porque o exodo rural é prova de desenvolvimento, tanto que a ACAR acaba de fazer um convênio com o ministério do Trabalho para alfabetizar e qualificar o homem do campo, para que possa vir competir na cidade. Quanto menos gente existir no campo, tanto maior o desenvolvimento. Se o exodo está diminuindo é prova de que a tecnologia não está chegando ao campo.”*⁸¹(grifos meus)

Não é à toa que o autor da crônica a intitula *Estranha Teoria*, pois é realmente estranha a análise que o diretor da ACAR faz com relação ao êxodo rural, para ele, um indicador de desenvolvimento, o qual é sinônimo de tecnologia. A chegada de novas tecnologias ao campo facilita o trabalho, mas também dispensa mão-de-obra, o que acaba gerando desemprego e, conseqüentemente, o abandono do campo. Longe de ser sinônimo de desenvolvimento, o êxodo rural é, na verdade, um sintoma do baixo desenvolvimento social no campo, no qual famílias inteiras o abandonaram por falta de condições sociais para nele permanecer. Além disso, o mencionado convênio com o Ministério do Trabalho com o objetivo de qualificar o homem do campo para competir na cidade deve ser questionado, na medida em que, na maioria dos casos, as pessoas foram para a cidade sem nenhum tipo de preparação.

O autor da crônica, ao analisar a fala do diretor da ACAR, salienta a necessidade de levar ao campo alguns benefícios, a fim de que as pessoas queiram e possam permanecer no campo:

*No dia em que os lavradores tiverem em seus núcleos e em suas residências o conforto da luz elétrica, a geladeira, a televisão, o cinema, a escola, o médico, a farmácia, o campo de futebol, a estrada de automóvel e outras vantagens menores, desaparecerá sua ambição de transferir-se para o ambiente das praças e das avenidas.*⁸²

Lycidio Paes elenca uma série de melhorias que, segundo ele, poderiam fixar o homem no campo, mas ele se esquece da principal delas que é o trabalho, pois de que adianta ter a geladeira se o trabalhador não tem condições de colocar nada dentro dela, de que adianta o cinema se ele não tem dinheiro para freqüentá-lo. Ele ainda tem uma visão

⁸¹ Estranha Teoria. *Jornal Correio de Uberlândia*, 28/11/1970, p.6.

⁸² Estranha Teoria. *Jornal Correio de Uberlândia*, 28/11/1970, p.6.

um tanto quanto preconceituosa ao falar da necessidade de [...]“transformar as lobregas aglomerações rurais em sociedades relativamente civilizadas”[...]”⁸³. É como se a tecnologia fosse levar à civilização, como se as pessoas que viviam no campo não fossem civilizadas. E o que é ser civilizado? Parece que, para o autor, é fazer parte das conquistas trazidas pela tecnologia, porém acredito que tomar parte dessas conquistas e de seus possíveis benefícios é um direito que leva ao desenvolvimento social, logo, não é uma questão de civilização. O autor da crônica acaba por incorporar o discurso latente na época com relação ao campo como o lugar do atraso, da não civilização, logo, precisava ser “revolucionado”.

Diante da situação que estava colocada, o homem do campo viu-se, em muitos casos, obrigado a deixá-lo. Grande foi o número daqueles que se arriscaram em financiamentos e perderam suas terras para os bancos e daqueles que não tinham a menor condição de se adaptar a esse novo tipo de atividade agrícola e pecuária que estava sendo proposto naquele momento. O enfraquecimento dos sistemas de parceria e meação também levou à migração muitos daqueles que, não sendo proprietários, dependiam desses sistemas para viver no campo. Além disso, muitos filhos de proprietários rurais deixaram as propriedades de seus pais e foram buscar, na cidade, a possibilidade de uma vida melhor.

Batista, ao analisar os motivos que levaram à saída do homem do campo, afirma que são várias as razões que levaram a essa migração, por exemplo, as novas imposições do mercado, as transformações nas relações de trabalho:

As práticas do homem do campo pareciam não mais ser controladas por seus interesses e valores e, sim, por aqueles que se legitimavam donos do meio rural, através do latifúndio, da maquinaria e da alta produtividade, os considerados aptos a essa nova função econômica do campo.

[...]

A terra agora visava, mais do que nunca, lucros e rendimentos. Não seria com as relações tradicionais que o grande produtor alcançaria esses resultados. O processo de expulsão se dá de dentro pra fora, não começa pela política, pelo mercado ou pelos implementos. Ele se inicia na alteração das relações de trabalho e de vizinhança, na necessidade de sobreviver, confirmando a busca pela lucratividade e capitalização das relações.⁸⁴

Esse processo de expulsão, então, foi tenso e marcado por disputas, já que estava em jogo a mudança de uma mentalidade e de uma forma de viver o campo, a fim de se incrementar o lucro, que só seria possível com o abandono de uma forma “tradicional” de

⁸³ Estranha Teoria. **Jornal Correio de Uberlândia**, 28/11/1970, p.6.

⁸⁴ BATISTA, Sheille Soares de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade**. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003, p.34.

viver. Assim, a partir desse processo, é possível visualizar para quem eram as políticas brasileiras para o campo.

Se muitos foram os que, diante das inúmeras dificuldades colocadas ao trabalho e ao viver no campo, o deixaram, muitos nele permaneceram e tiveram que reinventar suas formas de viver e trabalhar, tiveram que encontrar alternativas próprias para driblar a falta das novas tecnologias que estavam sendo aplicadas no trabalho da terra e a falta de dinheiro para custear suas lavouras. Não que sejam heróis, mas são homens e mulheres que na sua vida diária encontraram meios para, de alguma forma, manter a propriedade, o que é fundamental para que o viver na e da terra seja possível.

Durante o regime militar e seu propagado objetivo de modernizar o campo brasileiro, foi amplamente divulgada, como um dos instrumentos para empreender essa modernização, a intenção de mecanizar a atividade agrícola, inserindo tratores, colheitadeiras e todo tipo de maquinário que transformasse as bases técnicas da produção agrícola, bem como a utilização de insumos, fertilizantes, adubos, herbicidas, corretivos de solo etc. E, para auxiliar na concretização desse objetivo, o governo criou, em 07 de dezembro de 1972, pela lei nº5.851, a EMBRAPA, uma empresa pública, atrelada ao Ministério da Agricultura, que deveria, segundo Gonçalves Neto: [...]“*promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, bem como produzir conhecimentos e tecnologias agrícolas, além de dar apoio técnico e administrativo a órgãos do poder executivo.*”⁸⁵

É óbvio que a pesquisa agropecuária brasileira, como afirma Gonçalves Neto, foi marcada pela satisfação de interesses de determinados grupos, ou seja, se voltou para culturas de exportação, para as regiões mais desenvolvidas, para os grandes produtores, concretizando também, nesse aspecto, a modernização conservadora do campo brasileiro.⁸⁶

O apelo à transformação da base técnica da atividade agropecuária brasileira foi muito forte e, assim, ocorreu a disseminação de propagandas no sentido de que os produtores atendessem ao chamado do governo e modernizassem a sua produção, por exemplo, através da aquisição de maquinário, tais como tratores, colheitadeiras etc.

⁸⁵ GONÇALVES NETO, op. cit., p.196.

⁸⁶ Ibidem, p.200.

Figura 03: Nunca foi tão fácil mecanizar integralmente a sua lavoura, **Jornal Correio de Uberlândia**, 14-15/07/1967, p.03.*

**“Nós mesmos lhe damos a mais completa assistência na obtenção do seu financiamento. Qualquer que seja o tamanho da sua propriedade. Nós o ajudaremos a aumentar a sua produtividade através da mecanização de sua lavoura. Venha visitar-nos e teremos prazer em fazer uma demonstração em sua própria fazenda.”*

Como se pode perceber pela propaganda acima, que é de um revendedor Massey-Ferguson, o foco é a máquina. O trator ao centro, da forma como é colocado na imagem, parece estar vindo ao encontro de quem olha e não há um homem sequer na propaganda, pois o que importa é a máquina, é o poder que ela tem para “aumentar a sua produtividade”. A introdução dessas novas tecnologias estava, nesse momento, fortemente atrelada ao crédito rural, por isso “Nunca foi tão fácil mecanizar integralmente sua lavoura”, na medida em que a mecanização seria garantida pelo crédito rural.

A política dos governos militares, ao objetivarem transformar as bases técnicas da atividade agrícola, passou a falar das vantagens que a mecanização da lavoura traria para os produtores que revolucionassem o seu modo de produzir e a imprensa local não deixou de fazer a apologia da mecanização da lavoura:

*A agricultura brasileira está em plena marcha evolutiva. Além do emprego de fertilizantes em escalas nunca antes imaginadas, o setor agrícola começou desde 1968 a sofrer forte tendência à mecanização. A tão decantada tratorização da agricultura [...] inicia na presente década uma impressionante largada. Fenômeno do século vinte, a mecanização agrícola introduziu profundas transformações econômicas, envolvendo alterações fundamentais na sociedade. O trator é filho da modernização dos métodos de trabalho, e apesar de sua introdução nas lavouras representar desemprego em grande escala, sua crescente utilização não pode mais ser detida.
[...]*

*Importante é ressaltar que o preço dos tratores brasileiros é dos mais baratos.*⁸⁷

Esse texto foi publicado na coluna *Opinião* do *Jornal Correio de Uberlândia* e o autor ressalta a tendência que o campo brasileiro vivenciava, que era a sua mecanização.⁸⁸ No entanto, esse processo de inserção de novos maquinários no campo é generalizado, ou seja, da forma como o autor do texto coloca parece que todo o campo se modernizou e o fato de a introdução de máquinas causar o desemprego é secundário, pois o que importa mesmo é a *tratorização* da agricultura. E mais, ao dizer que o trator brasileiro é barato, ele sugere que o produtor só não se moderniza se não quiser, afinal, os preços são baixos e, aliado a isso, estaria a propaganda mencionada anteriormente. Ou seja, o produtor teria financiamento à sua disposição para transformar a sua produção, logo, só não a transformaria quem não quisesse. Desse modo, a idéia de que a mecanização era uma escolha é uma forma de apagar a disputa social culpando as pessoas pelo seu fracasso, escamoteando a realidade da desigualdade de acesso a essas novas tecnologias.

No município de Uberlândia ocorreu efetivamente o aumento da utilização de maquinário agrícola, pois, se em 1960 existiam nesse município 55 tratores, esse número passou para 398 em 1975. Entretanto, esses números levam a uma reflexão sobre o trabalho com as estatísticas, pois se focar a análise simplesmente na questão numérica, a conclusão a que chego é que o município de Uberlândia alcançou efetivamente a mecanização da sua lavoura. No entanto, ao fazer isso, corro o sério risco de generalizar aquilo que não pode ser generalizado. E, no que diz respeito à mecanização da lavoura, é preciso, como lembra Ariovaldo Umbelino de Oliveira, desfazer o mito de que seriam as grandes propriedades as maiores consumidoras de máquinas e implementos agrícolas.⁸⁹ Segundo esse autor, o censo agropecuário de 1995 realizado pelo IBGE indica que 63,5% dos tratores estavam nas pequenas propriedades e só 8,2% nas grandes, o que também não difere muito quanto à máquinas para plantio e colheitadeiras, ou seja, a maioria está nas pequenas propriedades.⁹⁰ No entanto, ele afirma que:

[...] embora as pequenas unidades detenham o maior percentual da tecnologia em tratores, máquinas e veículos, a presença deles está longe de aparecer bem distribuída entre os diferentes estabelecimentos. [...] apenas 11% do total dos estabelecimentos possuíam tratores. Entre as pequenas unidades com menos de

⁸⁷ A Tratorização da Agricultura. *Jornal Correio de Uberlândia*, 12/08/1972, p.2.

⁸⁸ O tom dessa reportagem, ou seja, o sucesso desse projeto de mecanização das lavouras, se repete em várias outras. Cf., por exemplo, Uberlândia volta à liderança no comércio agropecuário. *Jornal Correio de Uberlândia*, 16/09/1972, p.1; Dezoito colhedoras perfiladas na João Pessoa. *Jornal Correio de Uberlândia*, 16/12/1972, p.1.

⁸⁹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Camponato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS Júnior, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.50.

⁹⁰ OLIVEIRA, op. cit., p.50-52.

*10 hectares, somente 2% delas tinham este bem. Quanto à distribuição dos tratores pelos estabelecimentos, encontra-se um trator para cada 37 estabelecimentos com área inferior a 10 hectares. Entre as pequenas unidades, a média é de um trator para cada nove; nas médias, a relação é um trator para cada estabelecimento. Estes dados mostram a desigual distribuição também deste bem.*⁹¹

As análises de Oliveira⁹² permitem, então, refletir sobre a problemática da estatística, já que, numericamente, é evidente o aumento de tratores no município de Uberlândia. Mas, é preciso ir além disso e questionar nas mãos de quem está essa tecnologia, uma vez que é conhecido o fato de que no Brasil praticamente tudo ser mal distribuído. E com as tecnologias agrícolas isso não seria diferente.

Apesar de o discurso difundido ser o de que “*A modernização da mecanização da lavoura, foi o único caminho encontrado pelos produtores da região, para acompanhar o desenvolvimento agrícola de Minas e de Goiás.*”⁹³, como está expresso em muitas reportagens do *Jornal Correio de Uberlândia*, esse mesmo jornal, cerca de vinte dias depois de veicular a reportagem anteriormente mencionada, veicula outra que, embora não seja a intenção do jornal discutir as contradições sociais desse processo de mecanização do campo brasileiro, acaba colocando-as em foco: “*O número total de tratores existentes no Brasil ainda está muito abaixo das necessidades*”[...]⁹⁴. Assim, o que fica evidente é que essa tão proclamada mecanização como único caminho tomado pelos produtores deve ser colocada em discussão, por ter sido um processo extremamente contraditório e marcado por conflitos. Nesse sentido, muitos produtores não tomaram o caminho da mecanização. Para milhares, esse não foi um caminho possível, entretanto, isso não significou o aniquilamento daqueles que não se adequaram aos padrões de mecanização, principalmente em se tratando dos pequenos produtores que encontraram suas próprias alternativas para driblar a impossibilidade de ter máquinas auxiliando na sua produção.

Para muitos, adquirir uma máquina é um sacrifício muito grande, uma vez que exige um investimento que o pequeno proprietário rural, na maioria das vezes, não possui.

Você teve acesso a inovações tecnológicas no seu trabalho, trator, colheitadeira, arado?

Não, vou te falar que eu tenho um trator velho aqui, ele dá um certo suporte pra mim, mais pra preparar a alimentação do gado e tal, mas é um trator bem velhinho e aí, olha lá, eu tive que sofrer muito pra comprar ele, até porque às vezes eu poderia até ter essa oportunidade de tá comprando uma máquina agrícola e tal, mas assim, a incerteza, você não ter, quer dizer uma certeza do

⁹¹ Ibidem, p.53.

⁹² Ibidem, p.29-78.

⁹³ Para atender a safra 74/75 Jama tratores fez encomenda de 182 colhedeiras CASE! **Jornal Correio de Uberlândia**, 28-29/09/1974, p.6.

⁹⁴ Agricultura tem poucos tratores. **Jornal Correio de Uberlândia**, 18/10/1974, p.01.

futuro, dentro de qualquer atividade, também vem a incerteza, aquele medo de você tá fazendo um investimento pra adquirir uma máquina, né? Tem aqueles que são mais ousados, digamos assim, que não tem muito medo, agora eu sei o tanto que foi difícil adquirir o que eu tenho hoje, pra tá colocando em risco por uma, né, às vezes uma facilidade qualquer que eu venha buscar, né, então eu prefiro não arriscar, vou indo assim, dando um passo a cada vez, sabendo que passo que eu possa dar, pra tá crescendo.⁹⁵

Seu José Geraldo, 50 anos, tem 10 alqueires de terra em Martinésia e vive desde que nasceu nessa mesma propriedade. Ele salienta o quanto foi difícil adquirir um trator que, “*não é o trator dos seus sonhos*”, pois já está bem velho, no entanto, foi comprado com grande dificuldade para que pudesse ajudá-lo no preparo da alimentação de seu gado. Contudo, muitos são os produtores rurais do distrito de Martinésia que nem uma máquina agrícola mais velha puderam ter e, nesse sentido, é que não se pode incorrer na generalização, apoiando-se nos números que afirmam que a maioria das máquinas agrícolas está nas mãos de pequenos produtores.

Dona Adelina Fernandes, 78 anos, tem 13 alqueires de terra em Martinésia, que eram de seu sogro, onde ela vive há mais ou menos 30 anos. Quando eu perguntei a ela se tinha na sua propriedade algum tipo de maquinário respondeu que “*Quando eu preciso de algum servicinho a gente ocupa de fora, né. Aluga? É, pessoa que faz serviço pra gente.*”⁹⁶ Seu Valdo José Justino, 57 anos, vive numa propriedade rural de 22 alqueires, os quais são seus, de sua mãe e de mais 2 irmãs. Ele vive desde que nasceu nesse mesmo lugar. Seu Valdo, da mesma forma, respondeu-me: “*Não, nunca tive, vontade eu tenho, mais num dô conta de comprar, comprar eu dou conta, num dou conta é de pagar, né.*”⁹⁷

As falas de Dona Adelina, do Seu José Geraldo e do Seu Valdo demonstram com grande clareza as dificuldades que o homem do campo encontra para realizar suas atividades. Por exemplo, o custo de uma máquina agrícola faz com que Seu Valdo seja impossibilitado de possuí-la, enquanto Seu José Geraldo lembra a incerteza que marca a atividade agrícola, o que faz com que ele não se arrisque na compra de maquinários. No entanto, essas pessoas, cada uma a seu modo, encontram suas alternativas para continuar exercendo suas atividades no campo. Seu João Geraldo, por exemplo, comprou um trator que cabia no seu orçamento, sem fazer grandes gastos que poderiam comprometer aquilo que ele possui. Dona Adelina, como não tem nenhum tipo de máquina, quando precisa aluga, paga para que alguém faça o serviço para ela. A família do Seu Valdo, que plantava arroz, vendia leite para a CALU (Cooperativa Agropecuária Ltda de Uberlândia), hoje tira o leite e faz queijos, uma vez que o estabelecimento da regra da

⁹⁵ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada na sua residência, no dia 19/06/2005.

⁹⁶ Adelina Fernandes, 78 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

⁹⁷ Valdo José Justino, 57 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 14/10/2005.

venda de leite resfriado obrigou os produtores a comprar um tanque de resfriamento⁹⁸, o que muitos não conseguem, como é o caso do Seu Valdo: “**O tanque de resfriamento... É caro, eu num dou conta de pagar. Dificulta a vida? Nossa Senhora, e muito, porque eu tiro pouquinho leite, um resfriador de leite de 500 litro capaz que, era, num sei se ainda é, era 8 mil.**”⁹⁹

A partir de 2005, passou a ser obrigatório o uso de tanques de resfriamento de leite para os produtores que trabalham com pecuária leiteira. Entretanto, essa determinação, como pode ser percebido pela fala do Seu Valdo, causa alterações na atividade do pequeno produtor, visto que, para aqueles que tiram pequena quantidade de leite torna-se um problema a aquisição desse tanque, como o Seu Valdo, por exemplo, que tira cerca de 50 litros por dia. Mas, a sua família encontra uma alternativa, que é a produção de queijos. Já outros produtores colocam o leite tirado em sua propriedade no tanque de algum vizinho e, assim, conseguem continuar trabalhando com a pecuária leiteira, ou seja, enquanto se criam formas de pressioná-los a desistir, eles criam outras para se manter, evidenciando a contínua disputa social.

Assim, a inserção de novas tecnologias no campo, se por um lado gera problemas e dificuldades para aqueles que não conseguem ter acesso a elas, por outro melhora a vida das pessoas, facilitando as atividades, ou seja, modificando o dia-a-dia das pessoas.

*[...] o pessoal antigamente tinha que levantar de madrugada, com chuva, sabe? Inclusive o Elcio um dia decidiu, ele foi subir, aí tomou chuva de madrugada, né, no escuro lá, aí ele parou debaixo de uma árvore e falou: não, isso não tá normal, não vou mexer com isso mais nunca.*¹⁰⁰

Dona Elza Borges Rezende, 53 anos, conta que seu esposo comprou, no ano de 1977, uma propriedade rural em Martinésia (hoje eles têm 17 alqueires nesse distrito). Ela narra a importância e o significado que a inserção de novas tecnologias pode ter para a vida diária das pessoas. A existência do tanque de resfriamento de leite, por exemplo, modificou a forma de trabalhar do produtor que não precisa mais acordar de madrugada para ordenhar as vacas. Esse trabalho pode ser realizado em horários alternativos, pois o leiteiro não recolhe mais o leite todos os dias, mas, geralmente, a cada dois dias. Logo, o trabalhador pode organizar o seu tempo de forma diferente, não precisando talvez se submeter a tirar o leite de madrugada, às vezes debaixo de chuva, como acontecia com o marido de Dona Elza e com tantos outros produtores rurais, ou seja, as novas tecnologias modificam hábitos e costumes.

⁹⁸ Cf. Leite com qualidade. **Jornal Correio**, 07/06/2001, p.A-6; Novas regras da produção de leite entram em vigor. **Jornal Correio**, 25/06/2005, p.A-6.

⁹⁹ Valdo José Justino, 57 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 14/10/2005.

¹⁰⁰ Elza Borges Rezende, 53 anos, entrevista realizada em sua residência, na cidade de Uberlândia, no dia 26/07/2005.

A inserção de novas tecnologias, desse modo, colabora na transformação dos modos de trabalhar e de viver e, muitas vezes, tem uma face irônica, como acontece, por exemplo, com Seu Argentino. Indagado sobre que tipo de atividade ele exercia na sua propriedade, me disse que plantava tomate, milho, vagem, pepino, entre outros. Continuei a conversa perguntando se ele ainda plantava e ele respondeu:

Não, agora eu parei, num tá compensando, sabe, a energia tá cara demais, a irrigação tá tudo aí, os cano tá aí, isso aí joga água lá do lado de cima da linha, mais é que num compensa, as verdura tá muito barata e o, cê vê a energia tá cara, tinha vez deu pagar 500, 600 reais de energia por mês, uai, cê vê, quando era no fim às vez num tocava 800, 900 por mês de arrendo, falei ah não, vamos parar, parou.¹⁰¹

Seu Argentino, apesar de ter a tecnologia de irrigação, não consegue utilizá-la em virtude dos altos custos pagos pelo gasto de energia elétrica na sua utilização. Nesse sentido, não é a existência dessa tecnologia que deverá dar a dimensão da “modernidade” do produtor rural, mas é preciso ir além, percebendo que o seu emprego implica na diminuição da renda gerada pela produção. Assim, Seu Argentino, como muitos outros produtores rurais, tem que buscar alternativas de produção e uma delas é a pecuária leiteira. Ele tem cerca de cinqüenta cabeças de gado e tira entre 110 e 120 litros de leite por dia que são comercializados na CALU.

Algumas alternativas são encontradas pelos produtores rurais para realizar os trabalhos necessários na terra:

[...] de algum tempo pra cá, assim, média de 80, 82, sabe, começou assim, essa ajuda ai homem do campo, né, que eu acho muito importante, muito necessária porque até então, antes de isso aí o Elcio, eu me lembro bem, ele tinha trator, então, todo mundo recorria até lá, é vamos lá puxar um poste que tal, é, também fazer aração, depois desterroar, colheita também, eram poucos que tinha trator, de 80, 90 pra cá que a prefeitura ajuda com a patrulha mecanizada.¹⁰²

Dona Elza fala nesse trecho de sua entrevista da pouca quantidade de pessoas que possuíam tratores no distrito de Martinésia quando o seu esposo comprou a terra, em 1977. Entretanto, as pessoas buscavam, de algum modo, driblar essa dificuldade e uma alternativa encontrada era pedir ajuda aos vizinhos. Mesmo que essa ajuda tivesse, talvez, um custo financeiro, era uma solução para os problemas de muitos produtores rurais que encontravam nessa solidariedade a possibilidade da realização de trabalhos fundamentais no trato com a terra.

Os produtores rurais do distrito de Martinésia, na busca de alternativas para sua produção, muitas vezes têm na prefeitura de Uberlândia a possibilidade de conseguir as

¹⁰¹ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

¹⁰² Elza Borges Rezende, 53 anos, entrevista realizada em sua residência, na cidade de Uberlândia, no dia 25/07/2005.

máquinas necessárias ao exercício de suas atividades. Desde meados da década de 1980, a prefeitura possui o que é chamado de *Patrulha Mecanizada*, constituída de máquinas agrícolas que fazem o preparo do solo para a plantação, silagem, conservação do solo, enfim, tecnologias que colaboram na realização de trabalhos do campo, tornando-os mais dinâmicos e rápidos.

Seu Hélio, 56 anos, nasceu e vive até hoje na mesma propriedade rural (atualmente com 17 alqueires), possui trator e carreta, entretanto, para determinados tipos de trabalho ele tem que recorrer à prefeitura: “*Às vezes a gente, às vezes passar uma grade, assim, o trator é pequeno, né, aí eu rumo o trator da prefeitura, faz pra mim. Fazer a silagem também eles vem fazer a silagem.*”¹⁰³

A importância dessa *Patrulha Mecanizada* é tema recorrente nas discussões do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia:

*O presidente do C.C.D.R. de Martinésia, Sr. Elieutério Martins Pacheco falou inicialmente dos benefícios já recebidos e em seguida expôs as metas futuras que são: a ponte dos carrapatos, criação de uma ronda policial, reforma e iluminação do cemitério, melhorias nos campos de futebol, construção de uma quadra poliesportiva, Patrulha Mecanizada para atender os pequenos agricultores com o preparo de curva de nível e pequenas lavouras de arroz irrigado, melhora nos mata-burros e estradas da linha da CALU.*¹⁰⁴

A *Patrulha Mecanizada* aparece como uma dentre outras tantas reivindicações do distrito de Martinésia¹⁰⁵, o que aponta para as prioridades daquela população que tem no campo uma de suas principais fontes de renda.

O então secretário municipal de agricultura, na época do lançamento do projeto da *Patrulha Mecanizada*, Olavo Vieira da Silva, ao ser convidado a dar uma entrevista, disse as seguintes palavras:

*Um dos problemas mais sérios que temos na cidade e no Brasil, é a população da periferia, que passa fome, porque está favelada e a população da roça principalmente os MICRO proprietários, que passam fome, por ignorância, não sabem tirar da terra o alimento que ela pode oferecer. Então nós estamos iniciando um programa onde nós vamos preparar a terra, vamos orientar, não só a Prefeitura, mas todos os órgãos do sistema operacional de agropecuária do Estado de Minas, órgãos como: Emater, IEF, Iesa, Embrapa, Epamig, o Instituto do Açúcar e do Alcool e a Ruralminas, estrutura montada com dinheiro do Poder Público e propriedades sem produzir nada, por ignorância dos ocupantes das propriedades.*¹⁰⁶ (grifos meus)

¹⁰³ Hélio Pereira Lima, 56 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

¹⁰⁴ Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia. **Livro de atas nº1**, 24/05/1985, p.15-16.

¹⁰⁵ Cf. *Patrulha Mecanizada* é reivindicação de Martinésia. **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/01/1985, p.06.

¹⁰⁶ Maior assistência ao pequeno produtor rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 23/10/1984, p.02.

O discurso do secretário se reveste do ideário liberal de que os pobres são culpados pela pobreza. No caso, os produtores rurais que passam fome o fazem por culpa deles próprios, por “*ignorância*” e, nesse sentido, o projeto da *Patrulha Mecanizada* e os órgãos listados pelo secretário aparecem como os redentores desses pobres infelizes. Embora esta visão preconceituosa se faça presente, a existência dessa *Patrulha* significa, de fato, para muitos produtores, a real possibilidade de preparar a sua terra para o plantio de uma forma mais satisfatória.

Entretanto, segundo o secretário municipal de agricultura em 1991, [...]“*não dá para se fazer o atendimento de cem por cento das solicitações, mas dá para atender, de forma bastante satisfatória, a todos os pequenos e médios produtores do Município de Uberlândia.*”¹⁰⁷ A fala do secretário tem uma contradição fundamental, pois como é possível atender satisfatoriamente a todos os produtores se não são atendidas 100% das solicitações? Ou seja, dizer que é “*bastante satisfatória*” a forma do atendimento das solicitações, só pode ser mediante estatísticas, pois do ponto de vista dos números pode ser muito bom que de 100% dos produtores, 80%, por exemplo, sejam atendidos, mas do ponto de vista daquele que não foi atendido não é nem um pouco satisfatório, pois isso pode significar atraso ou mesmo o não plantio, logo, para quem não foi atendido o programa da prefeitura torna-se insuficiente. E isso às vezes acontece, como lembra Dona Elza:

[...] tem os técnico da prefeitura, né, que, assim, pega, por exemplo, o serviço pra fazê, o trator fica um tempo na região passa de um para outro produtor, mais isso não acontece muito satisfatoriamente não, sabe, muita gente fica, assim o trabalho passa da hora, fica muito a desejar.

O atendimento da prefeitura não é 100%?

*Não, é, mais, assim, por ser muitos produtor que quer sempre no mesmo tempo, sabe, às vezes quando chega já passou de hora, não atende a tempo, certo, não.*¹⁰⁸

Desse modo, as máquinas disponibilizadas pela prefeitura são um instrumento importante para muitos produtores que não possuem maquinários agrícolas, mas é preciso discutir a real atuação desse mecanismo.

Se existem proprietários rurais em Martinésia que não possuem essas novas tecnologias que foram sendo introduzidas na atividade agrícola e pecuária, também existem outros que, mesmo sendo pequenos proprietários, possuem algumas máquinas. Muitos deles não cederam aos apelos dos financiamentos e as adquiriram com recursos próprios, como é o caso do Seu Rubens, 59 anos, que vive desde que nasceu na mesma

¹⁰⁷ Patrulha Agrícola terá mais 5 tratores. **Jornal Correio do Triângulo**, 06/06/1991, p.15.

¹⁰⁸ Elza Borges Rezende, 53 anos, entrevista realizada em sua residência, na cidade de Uberlândia, no dia 25/07/2005.

propriedade rural e tem 23 alqueires de terra recebidos de herança. Ele possui maquinário agrícola, mas como ele mesmo faz questão de frisar: “*Os trator foi comprado com recurso próprio, nunca foi financiado um trator.*”¹⁰⁹ Assim, não se pode incorrer no erro de vitimar esses proprietários, pois, de alguma forma, mediante as dificuldades, eles reinventam suas práticas e conseguem acumular o dinheiro necessário para melhorar suas propriedades.

As décadas de 1960 e 1970 foram de grande disponibilidade de crédito rural a juros baixos e existia um forte apelo para que os produtores rurais buscassem esse crédito a fim de que, desta forma, pudessem atender os objetivos da política agrícola daquele momento, que era o aumento da produção e da produtividade.

Como se pode observar pelo conteúdo da propaganda abaixo¹¹⁰, o crédito rural faz parte da política implementada pelos governos militares para o campo, de forma que essa verba deveria ter um destino certo, que era a aquisição de “*adubo, sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e implementos de toda espécie*”, ou seja, o dinheiro deveria ser usado para a transformação da produção, tornando-a moderna.

USE ÊSTE ADUBO.

Dinheiro.
Nada melhor para fortalecer a sua lavoura. Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita. Esta é a hora do lavrador. Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Governo... Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita.

Use o seu crédito a juros baixos. Para a aquisição de adubo, sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e implementos de toda espécie. A palavra de ordem do Governo é esta: todo prestígio ao lavrador. Use o dinheiro do Governo. Planeje mais. Plante melhor.

PLANTAR COM O GOVERNO GARANTE

¹⁰⁹ Rubens Vieira, 59 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

¹¹⁰ Luciana LÍlian de Miranda também utiliza essa propaganda em seu trabalho. Sobre ela o seguinte comentário. “*Trata-se de um maço de notas de cem cruzeiros (CR\$100,00) sobre o outro, somando dez mil cruzeiros (CR\$10.000,00). Este representava o dinheiro do governo que deveria ser usado pelo agricultor: o melhor ‘adubo’ para fortalecer a produção. Ao utilizar a metáfora do dinheiro como se fosse o melhor adubo, a propaganda sugere que o financiamento fortaleceria o produtor, assim como esse produto fortalece a terra, além de fazer menção ao uso desse produto em si. O texto acima, ainda, dizia: ‘Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Governo... Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita’. Na foto, o dinheiro parece ser maior do que o tamanho real das cédulas (hyper-realidade). Ao nosso ver, esse recurso foi utilizado para destacar, ainda mais, o grande volume de financiamentos destinados ao agricultor.*” MIRANDA, op. cit., p.74-75.

Figura 04: Use êste adubo, **Jornal Correio de Uberlândia**, 15/08/1971, p.07.*

* “*Dinheiro.*

Nada melhor para fortalecer a sua lavoura. Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita.

Esta é a hora do lavrador.

Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Govêrno.

Dirija-se a qualquer agência do Banco do Brasil. Ou a qualquer banco particular.

Use o crédito a juros baixos.

Para a aquisição de adubo, sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e implementos de toda espécie.

A palavra de ordem do Govêrno é esta: tôdo prestígio ao lavrador.

Use o dinheiro do Govêrno.

Plante mais.

Plante melhor.”

O dinheiro, ou seja, o crédito seria o adubo necessário para promover essa transformação do campo. A lei nº4.829, de 05 de novembro de 1965, institucionalizou o crédito rural no Brasil e no seu artigo 3º especifica os objetivos do crédito:

I – estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II – favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III- possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV – incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.¹¹¹ (grifos meus)

Como se pode perceber, os objetivos do crédito eram baseados nas idéias da racionalidade e da produtividade modernas e o inciso terceiro desse artigo é o que merece maior atenção, na medida em que o crédito rural deveria priorizar o fortalecimento de pequenos e médios produtores rurais. Mas, na prática, o que aconteceu foi o inverso, pois o grande volume do crédito rural ficou nas mãos dos grandes proprietários e foi direcionado para culturas de exportação e para regiões mais desenvolvidas, ou seja, as regiões Sul e Sudeste foram as mais beneficiadas¹¹².

Nesse sentido, os pequenos produtores rurais encontravam inúmeras dificuldades para ter acesso ao crédito. A primeira delas está nas garantias exigidas pelos bancos para sua liberação, como a terra e a própria produção agrícola, que amedrontavam os pequenos produtores temerosos de que acontecesse com eles o mesmo que aconteceu a muitos: a

¹¹¹ Lei nº4.829 de 05/11/1965. Disponível em: www.incra.gov.br. Acessado em: 20/12/2005.

¹¹² GONÇALVES NETO, op. cit., p.179.

perda da terra. Outra dificuldade era o direcionamento do crédito para culturas de exportação e os pequenos produtores plantavam arroz, feijão, mandioca, ou seja, produtos para o mercado interno.¹¹³

No entanto, muitos pequenos produtores rurais, apesar dos rótulos que lhes foram colocados de que eram conservadores e não queriam se adequar à “modernização”, se arriscaram e, mesmo com as dificuldades de obtenção de crédito, foram em busca do mesmo. Alguns foram bem sucedidos, outros nem tanto.

O senhor já pediu crédito rural, do governo, ou não?

Não, eu já fiz muito financiamento em banco e atrapalhei meus negócio tudo, fiquei trabalhando muito tempo pelejano pra pagar o que eu não podia pagar e o dia que eu cabei de pagar eu falei que negócio em banco pra mim, banco pra mim é só pra mim sentar, tenho conta em banco porque precisa de tê a conta pra movimentar o dinheiro, mais eu i lá pegar empréstimo pro banco, num tem proposta que serve pra mim.¹¹⁴

Seu João Dias Neto, 77 anos, vive desde que nasceu numa propriedade rural que tem hoje 20 alqueires. Ele foi um desses pequenos produtores que se arriscaram e buscaram crédito rural, mas, devido a problemas que não estavam ao seu alcance resolver, mais especificamente devido a questões climáticas, ele perdeu a lavoura e teve a sua vida comprometida por isso:

O senhor fez financiamento pra custear a lavoura mesmo?

Pra lavora, pra fazer ranca. E eu comprei 35 alqueire de terra lá em Goiatuba e fui arrancar lavora, toco e tudo, beneficiar pra tocar lavora e perdi a lavora três ano seguido, então, veio a quebradeira, então tudo que eu tinha aqui que levei pra lá pra pagar esses trinta e cinco alqueire foi embora e eu ainda fiquei devendo o que eu num podia pagar pra minha família. Foi mais o menos nos ano 60 até 70, foi essa quebradeira aí. Até 65 lá ia muito bem, 66 começou descontrola, 67, 68 tive que vender tudo que tinha e fiquei devendo o que num podia pagar.¹¹⁵

Seu João teve uma experiência que não foi vivenciada só por ele. Inúmeros produtores rurais também enfrentaram e ainda enfrentam problemas como o dele, na medida em que a atividade agrícola é marcada pela incerteza, devido a aspectos naturais, tais como escassez ou excesso de chuvas, pragas, doenças e todo tipo de influências ambientais. Seu João não pode simplesmente ser tratado hoje, ao dizer que “*banco pra mim é só pra mim sentar*”, como um produtor conservador que não busca melhorias, pois o receio que ele tem de financiamentos é devido à sua trajetória de vida, à sua experiência pessoal que foi traumática e deixou marcas e por isso o faz ter restrições quanto a esse tipo de ação.

¹¹³ MIRANDA, op. cit., p.77-80.

¹¹⁴ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

¹¹⁵ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

Outros produtores, diferentemente do Seu João, preferem nem arriscar. É o caso do Seu Valdo, por exemplo:

Você já teve acesso a crédito?

Eu num tive porque eu num mexo com finância. Eu tem medo, como diz o outro, a gente já tem as terra, vai fazer uma finância tem que pô es na garantia, depois se a gente num der conta de pagar, aí fica sem o dinheiro e sem as terra, por isso é que eu num mexo. Crédito eu até acho que tem, porque os outro já pejejo pra mim fazer, eu falei não, não vou mexer com isso não. Sempre fala, não faz uma finância, é bom, falei não, deixa minhas terra quietinha lá.

O receio que tem o Seu Valdo é também o de tantos outros produtores rurais que, como ele, temem pela perda da terra, um bem que é caro e cuja perda pode não ser revertida, ou seja, o produtor pode nunca mais conseguir ter outra propriedade rural.

Nesse sentido, estratégias são encontradas pelos produtores para tocarem sua produção sem o crédito, algo que é fundamental, pois é necessário dinheiro para o preparo da terra, para a manutenção da lavoura e para a colheita. Os produtores encontram suas formas de vencer essas dificuldades, que não são poucas. Seu João, por exemplo, diz que para conseguir plantar, a fim de manter uma forma de vida na qual ele nasceu e foi criado, tem que vender o gado para custear essa lavoura. Já a família do Seu Valdo optou pela fabricação de queijos como atividade geradora de renda. Assim, os produtores rurais que historicamente não têm acesso a crédito não deixam de seguir suas vidas, embora com grandes dificuldades.

O crédito rural foi, nas décadas de 1960 e 1970, um importante instrumento da política agrícola modernizadora, entretanto, já a partir da segunda metade da década de 1970, se tem a queda dos recursos destinados a ele. E, a partir de 1985, houve uma retirada dos subsídios ao crédito rural, pois esse foi um momento de inflação elevada, estagnação do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, foi um momento de crise da economia brasileira.¹¹⁶

Coelho, ao analisar a política agrícola brasileira nos últimos 70 anos, classifica esse momento da política agrícola brasileira, de 1985 até 1995, como um momento de transição:

Essa fase foi marcada pela influência dos vários planos de estabilização e da abertura comercial na condução dos negócios agrícolas, pela redução drástica na oferta do crédito rural oficial (devido à crise fiscal do Estado), pela utilização mais intensa da PGPM [Política de Garantia dos Preços Mínimos] para subsidiar o custo de transporte e pela escalada do endividamento rural. Pode ser assim chamada porque foi uma fase que precedeu a reformulação geral dos instrumentos de política agrícola e em que os valores ambientais começaram a fazer parte das preocupações do Governo e da sociedade.¹¹⁷

¹¹⁶ COELHO, Carlos Nayaro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Ano X, nº03, Jul-Ago-Set/2001, p.33.

¹¹⁷ Ibidem, p.05.

Esse foi, então, um momento de mudança nos rumos da política agrícola brasileira em que se verifica um discurso do afastamento do Estado da condução dessa política, no entanto, tudo parece indicar que não ocorreu a retirada completa das funções e do papel que o Estado tinha e continua tendo na condução da política agrícola brasileira. Aqueles que defendem a retirada do Estado são os primeiros a reivindicar a atuação dele para que os seus lucros sejam mantidos e a sua renda não seja alterada, isto é, a intervenção estatal é muito bem vinda desde que seja para defender os interesses dos grandes capitais, no caso, dos grandes ruralistas.

Que esse é um momento de crise não se discute, basta ver, por exemplo, a quantidade de reportagens no *Jornal Correio* que dizem respeito aos problemas enfrentados pela agricultura e pela pecuária na época.¹¹⁸ De modo que, os produtores reivindicam a todo momento a atuação do Estado na definição de uma política agrícola que possibilitasse a continuidade da produção. O último parágrafo de um longo texto publicado nesse jornal evidencia essa reivindicação, ao falar das medidas que deveriam ser tomadas em relação aos problemas que a agropecuária vinha enfrentando naquele momento.

*A classe rural, mercê de Deus, uma classe de exaltados a serviço de nossa Pátria vem cumprindo com a sua grandiosa missão de apoiar o Plano Econômico do Governo, mas espera ser mais respeitada e consultada como responsável que é pela produção de alimentos. Hoje, a nossa colaboração; amanhã a certeza de que não faltamos com o nosso dever!*¹¹⁹

Depois de apresentar as medidas que, em sua opinião, deveriam ser tomadas com relação ao crédito rural, aos preços dos produtos agrícolas, às questões trabalhistas, dentre outras, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho¹²⁰, autor do texto, fecha sua argumentação com palavras que são emblemáticas. Tais palavras cobram a atuação do Estado junto às questões agrícolas, uma vez que a classe rural estaria cumprindo o seu papel, e esperava a

¹¹⁸ Cf. Problemas da agricultura é preços. *Jornal Correio de Uberlândia*, 20/07/1985, p.09; Uberlândia presente na marcha “Alerta do Campo”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 11/02/1987, p.01; Produtores rurais fazem passeata no centro da cidade. *Jornal Correio de Uberlândia*, 11/03/1987, p.01; Produtores rurais discutem o problema do crédito rural. *Jornal Correio de Uberlândia*, 30/04/1987, p.01; Agricultura: Ministério sem prestígio. *Jornal Correio de Uberlândia*, 28/08/1987, p.05; Galassi acusa processo de empobrecimento rural. *Jornal Correio de Uberlândia*, 29/01/1988; Crédito rural – o cochilo dos ruralistas. *Jornal Correio de Uberlândia*, 03/06/1988, p.05; Produtores rurais protestam contra a política agrícola. *Jornal Correio de Uberlândia*, 13/06/1989; Complicada política agrícola. *Jornal Correio do Triângulo*, 08/05/1991, p.10.

¹¹⁹ A classe rural e a nova ordem econômica brasileira. *Jornal Correio de Uberlândia*, 01/04/1986, p.10.

¹²⁰ Odelmo Leão Carneiro Sobrinho já foi presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, deputado federal, vice-presidente da FAEMG (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais), Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, é o atual prefeito de Uberlândia (2005-2008). É considerado [...]“um dos maiores líderes ruralistas da região.” Secretário de Agricultura quer melhorar o que já foi feito. *Jornal Correio de Uberlândia*, 26/02/1989, p.03.

contrapartida do Estado, e faz isso utilizando-se de um argumento de forte apelo: a produção de alimentos.

A “*classe rural*” é um termo generalizante que evoca a existência de interesses universais, mas é verdade que os produtores que se colocam na mídia para reivindicar quase sempre são os grandes. O autor desse texto se coloca como o porta-voz dessa “*classe rural*”, no entanto, essa classe é constituída por interesses diferentes, levando-se em conta que pequenos, médios e grandes fazem parte dela e esses últimos que têm poder para reivindicar na mídia, não saem em defesa de todos, como apregoam, mas saem em defesa de seus próprios interesses. Assim, o que está em questão não é a “*classe rural*”, mas os benefícios para a classe hegemônica. E aqui cabe questionar o argumento da produção de alimentos, pois, como salienta Pessôa, ao analisar o processo de modernização do campo no município de Uberlândia:

A maior parte da produção de cana-de-açúcar, café e algodão, ou seja, as culturas comerciais, provém de imóveis de rendas mais altas, enquanto que os produtos de subsistência (arroz, milho, feijão e banana) são, basicamente, de imóveis de menores rendas brutas, caracterizando, neste caso, as pequenas explorações como responsáveis pela maior parte da produção de alimentos básicos para a população brasileira.¹²¹

No jornal pesquisado, muitas vezes, os pequenos produtores são colocados pelos grandes como aqueles que são beneficiados pelo governo¹²², o que não deveria acontecer na ótica deles:

No entender dele, [do presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Luiz Humberto Carneiro] o Governo prioriza o crédito para os pequenos produtores a quem contempla com juros subsidiados de 9%. Só que os pequenos produtores no Brasil ainda praticam uma agricultura na base do arado puxado a burro e o resultado é a baixa produtividade, porque nem mesmo a aplicação correta de adubos e corretivos eles usam corretamente. O dinheiro vai ser derramado principalmente no Nordeste do País e nos minifúndios do Sul, com resultados negativos para a safra como um todo. Aqui no Triângulo Mineiro a agricultura está centrada nos médios e grandes produtores, muito bem mecanizados e que aplicam tecnologia moderna na produção.¹²³

A análise que Luiz H. Carneiro faz é altamente distorcida e, em primeiro lugar, os pequenos produtores pagarem 9% de juros não significa privilégio, pois, se grande parte deles não conseguia fazer financiamentos quando os juros eram negativos, que dirá com taxas de 9%. Mas, o mais complicado nessa fala é a imagem que se faz do pequeno produtor como alguém ignorante, que não aplica qualquer tipo de técnica, o que não corresponde à realidade, já que muitos pequenos produtores buscaram e buscam ainda

¹²¹ PESSÔA, op. cit. p.135.

¹²² Cf. Gilvan critica a política agrícola em vigor no país. **Jornal Correio do Triângulo**, 10/08/1991, p.05.

¹²³ Pacote Agrícola não agrada. **Jornal Correio do Triângulo**, 12/07/1991, p.02.

inserir novas tecnologias na sua produção a fim de melhorá-la. E outro ponto é a imagem generalizadora da região do Triângulo Mineiro como totalmente mecanizada e moderna, o que é discutível, tendo em vista que essa região possui muitas pequenas propriedades que se dedicam a culturas voltadas para a alimentação, ou seja, produtos para o mercado interno, e que não são totalmente mecanizadas e modernas.

Na verdade, o que o então presidente do Sindicato Rural de Uberlândia está reivindicando é que a política agrícola venha em defesa dos interesses dos grandes produtores, aqueles que seriam capazes de dar respostas satisfatórias à necessidade de produção que o país tem e, para isso, eles se apóiam no argumento da alimentação.¹²⁴

O Estado é, então, muito bem vindo quando é para sair em defesa dos interesses desses grandes produtores, por exemplo, para renegociar as suas dívidas. Isso ocorreu em 1995, momento no qual explodiu a “crise do endividamento”¹²⁵ do setor rural e foram renegociadas as dívidas dos agricultores que deviam até R\$ 200 mil.

*Chegou ao fim a queda de braços entre o governo e os produtores rurais com relação à dívida dos agropecuaristas contraídas com os financiamentos concedidos pelo governo. [...] a dívida foi renegociada e será paga em até dez anos, em alguns casos. Cerca de 12 mil produtores da região estão em dívida com o governo. Desse total, mais de 70% serão beneficiados com o parcelamento.*¹²⁶

O mito do Estado não interventor pregado pelo neoliberalismo deve ser problematizado, pois é fato que esse tipo de modelo governamental promoveu no país a privatização de várias empresas estatais, o desmonte e o sucateamento da universidade pública, dos sistemas de saúde, logo, o Estado se faz presente, nem que seja para negar direitos sociais fundamentais aos cidadãos. No que diz respeito ao campo, é certo que não se trata mais do Estado altamente interventor das décadas de 1960 a 1980, mas ele não se ausenta, tanto que novos instrumentos de política agrícola foram criados, embora mais voltados para o mercado, tais como o Prêmio para o Escoamento da Produção (PEP), implantado em 1996, segundo Coelho:

*[...] para operar em situações em que o preço de mercado fica abaixo do preço mínimo. [...] no lugar de comprar os excedentes, o Governo, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), paga aos agentes de comercialização um “prêmio”, cujo valor é fixado através de leilões, que reflète a diferença entre o preço de mercado e o mínimo oficial.*¹²⁷

¹²⁴ Cf. A fome e a agricultura. **Jornal Correio do Triângulo**, 31/03/1993, p.04.

¹²⁵ COELHO, op. cit. p.43.

¹²⁶ Acordo com o governo agrada lideranças rurais. **Jornal Correio**, 20/10/1995, p.08.

¹²⁷ COELHO, op. cit. p.47.

Há ainda os Contratos de Opção, programa que foi implantado em 1997 e, apesar de ser de natureza privada é o Governo que opera as opções de venda por meio da CONAB¹²⁸. O programa foi criado, como afirma Coelho, para:

*[...] fornecer aos participantes do processo de comercialização, notadamente aos produtores, oportunidades para que eles possam desenvolver estratégias pessoais na venda de seus produtos e ter maior flexibilidade diante das eventuais mudanças nas condições do mercado. Foi desenhado para substituir a PGPM em algumas áreas e produtos.*¹²⁹

Enfim, o Estado, mesmo que por mecanismos diferentes aos daqueles utilizados nas décadas de 1960 a 1980, atua na elaboração e na condução de uma política agrícola, ou seja, por mais que seja incentivada a participação da iniciativa privada, o Estado não deixa de ter a sua função, a qual é fundamental para os caminhos que a atividade agropecuária toma no Brasil, como lembra Coelho:

*No Brasil, a despeito das limitações de natureza orçamentária e dos grandes avanços, nos últimos anos, em termos da implantação de instrumentos de política agrícola menos intervencionista, o crédito rural oficial continua sendo a espinha dorsal do sistema de financiamento à agricultura e os instrumentos de apoio à comercialização e de transferência de risco dependem pesadamente do apoio do Estado.*¹³⁰

Além do mais, o Estado sofre pressões sociais, ou seja, os grupos reivindicam a sua presença e atuação, a fim de que mecanismos sejam criados para dar melhores condições de produção ao homem do campo. Esse é o caso do PRONAF, que não surgiu porque o governo quis criar algum tipo de benefício para esses produtores, mas sim, devido aos embates sociais que estavam se dando na sociedade, como salienta Cloviomar C. Pereira, ao discutir a evolução do crédito nos assentamentos rurais do Brasil:

*O contexto de surgimento do Pronaf, em meados dos anos 1990, foi marcado pela intensa mobilização dos movimentos sociais e organização de trabalhadores rurais que buscavam acesso à terra e melhores condições de permanência produtiva no campo, reivindicando ações governamentais favoráveis à reforma agrária, o que envolvia, entre outras demandas, a questão do crédito rural.*¹³¹

O PRONAF foi criado em 1995 e tem como público alvo os agricultores familiares (proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros) que utilizem a mão-de-obra familiar, tenham no máximo dois empregados permanentes, área de até 4

¹²⁸ Ibidem, p.47.

¹²⁹ Ibidem, p.47.

¹³⁰ Ibidem, p.03.

¹³¹ PEREIRA, Cloviomar Cararine. Crédito rural para assentamentos rurais no Brasil: do Proçera ao Pronaf A. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS JÚNIOR, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil.** Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.95.

módulos fiscais e no mínimo 80% da renda bruta originada da atividade exercida no estabelecimento. Além disso, o agricultor deve ainda residir na propriedade ou em povoado próximo a ela.¹³²

Segundo os textos do site oficial do programa¹³³, o PRONAF visa apoiar o desenvolvimento rural e tem na agricultura familiar o foco, na medida em que ela teria grande capacidade de geração de trabalho e renda, tendo em vista os números citados nos quais a agricultura familiar é responsável por grande parte do que se produz no país, principalmente alimentos, tais como arroz, feijão, mandioca, leite, dentre outros. Caberia ainda ao PRONAF uma outra missão: reduzir a migração campo-cidade.

Para cumprir a sua missão, o programa financia o custeio e o investimento em aqüiculturas, atividades agropecuárias, extrativistas e pesqueiras e também atividades não agrícolas, tais como, o artesanato e o turismo rural¹³⁴. Para ser beneficiado com o programa o agricultor familiar precisa de uma Declaração de Aptidão que é fornecida, no caso do município de Uberlândia, pelo escritório local da EMATER. Essa entidade tem um papel importante, uma vez que o agricultor precisa receber assistência técnica e também precisa de um projeto técnico para obter financiamento de investimento. Em alguns casos, é recomendado ao agente financeiro adotar garantias, tais como, o penhor de safra em financiamentos de custeio; e em financiamentos de investimento, o penhor ceder ou alienação fiduciária do bem, o aval cruzado ou ainda o apoio de um fundo de aval.¹³⁵

Não se pode dizer que o PRONAF seja um programa ruim, pois acredito que, por ser um financiamento a juros baixos, contribui muito para que os pequenos produtores tenham acesso a crédito, o que, sem dúvida alguma, colabora na organização da produção, já que com recursos o produtor pode ter acesso a máquinas, adubos, fertilizantes, etc., o que não garante o sucesso da safra, mas aumenta as possibilidades.

Entretanto, o programa possui problemas, sendo que o primeiro deles é o limite da área estabelecida. No caso do município de Uberlândia, em que o módulo fiscal corresponde a 20 hectares, significa que só os agricultores com até 80 hectares podem ter acesso ao programa. Essa é uma questão complicada, na medida em que, muitas vezes, o produtor que tem 100 hectares, por exemplo, não está numa situação muito diferente daquele que tem 70, 80 hectares, porque além do tamanho da terra, outros fatores

¹³² Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

¹³³ Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

¹³⁴ Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

¹³⁵ Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

influenciam na possibilidade de realização de uma atividade agrícola e pecuária satisfatória e que gere rendas capazes de promover o bem-estar social das famílias rurais.

Segundo Pereira, o PRONAF é um programa que apresenta problemas:

Hoje, o Pronaf é a única linha de crédito rural estatal disponível aos pequenos produtores rurais do Brasil, e percebe-se que ainda conta com mecanismos seletivos excludentes que tendem a beneficiar os agricultores familiares mais capitalizados, geralmente integrados às cadeias agroindustriais voltadas à exportação, aqueles que conseguem oferecer garantias para os agentes financeiros e, com isso, responder positivamente à racionalidade financeira do processo de contratação de crédito.¹³⁶

Assim, esse programa, enquanto uma prática governamental, possui um discurso muito bem elaborado, capaz de convencer a muitos ao dizer que os objetivos do programa são fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural e que os principais agentes são os próprios agricultores e suas associações. No entanto, como lembra Pereira, esse programa tem problemas que se refletem efetivamente na prática dos pequenos produtores rurais: *“Porque eu fiquei esperando um financiamento da, aquele do juro barato, como é que chama, é o Pronaf, não mais que trem enrolado, esperei, esperei, aí num saiu”[...]*¹³⁷. Seu Argentino contava com esse programa para adquirir o tanque de resfriamento de leite para sua propriedade, no entanto, ele esbarrou na burocracia e na lentidão do programa e, assim, a alternativa encontrada foi adquirir o equipamento com recursos próprios: *“Recurso próprio, aí, então, eu falei não, num vô esperar isso não, porque num saía, [...] porque o Pronaf é muito bom, um financiamento bom, juro barato, mais ocê pegar o dinheiro dele é igual acertar na Tele-Sena.”*¹³⁸

Seu Duarte foi outro que tentou obter o financiamento do PRONAF para montar uma pequena granja e não conseguiu devido à burocracia. Perguntei a ele se já tentou alguma vez obter crédito rural e ele respondeu: *“Não, não, eu tentei, como é que chama aquele plano do, PRONAF, aí demorou demais, tava complicado demais, eu desisti, demora, esse demora.”*¹³⁹

Seu Argentino e Seu Duarte não são os únicos produtores a enfrentar essa dificuldade e a demora na liberação dos recursos é apenas um dos problemas do PRONAF. Entre tantos outros, está o baixo volume dos recursos, o próprio alcance do programa e ainda, as conseqüências, ou seja, a entrada na lista de inadimplentes daqueles que têm acesso ao programa, mas não conseguem pagar os financiamentos.¹⁴⁰

¹³⁶ PEREIRA, op. cit. p.101.

¹³⁷ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

¹³⁸ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

¹³⁹ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

¹⁴⁰ PEREIRA, op. cit. p.102.

Além do mais, acredito que o PRONAF seja sim uma forma de atender às pressões dos grupos sociais que reivindicam a atuação do governo junto aos produtores rurais, entretanto, ele não deixa de ser uma forma de esconder a realidade do país e das políticas agrícolas que têm como foco o grande produtor e as culturas de exportação¹⁴¹, tendo em vista o papel do agronegócio na pauta de exportações brasileiras: “*O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros.*”¹⁴² e [...]“*pela totalidade do superávit da balança comercial brasileira nos últimos anos.*”¹⁴³

Como salienta Oliveira, “*Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo.*”¹⁴⁴ Nesse sentido, o que regula a produção é a lógica do lucro e do mercado mundial, que faz com que haja no Brasil um grande contra senso: o país é um grande exportador de soja, carnes, café, dentre outros produtos, conforme se pode observar na tabela 03:

Tabela 03: Brasil, exportações - US\$ mil (1997-2004)

(continua)

PRODUTOS	1997	1998	1999	2000
Soja, mesmo triturada	2.452.427	2.178.475	1.593.293	2.187.879
Farelo de soja	2.680.885	1.750.111	1.503.571	1.650.509
Carnes e miudezas de aves	918.335	774.956	920.948	879.352
Açúcar de cana ou beterraba	1.773.984	1.943.478	1.910.725	1.199.111
Café, mesmo torrado ou descafeinado	2.749.098	2.335.289	2.232.998	1.562.526
Óleos de soja	596.681	832.837	687.493	359.031
Fumo não manufaturado	1.091.394	939.891	892.687	812.921
Carne bovina, congelada	147.755	219.281	326.403	333.143
Sucos de frutas	1.057.554	1.305.544	1.290.071	1.090.143
Carne Suína	141.626	147.948	114.742	162.758
Milho	52.008	11.847	7.228	9.366
Carne bovina, fresca ou refrigerada	48.540	57.315	117.432	170.153

PRODUTOS	2001	2002	2003	2004
Soja, mesmo triturada	2.725.508	3.031.984	4.290.443	5.394.907
Farelo de soja	2.065.192	2.198.860	2.602.374	3.270.889
Carnes e miudezas de aves	1.395.485	1.439.074	1.862.135	2.707.527
Açúcar de cana ou beterraba	2.279.059	2.093.644	2.140.022	2.640.229
Café, mesmo torrado ou descafeinado	1.212.545	1.201.403	1.315.600	1.758.542
Óleos de soja	505.882	778.058	1.232.550	1.382.094
Fumo não manufaturado	921.135	977.670	1.052.465	1.380.461
Carne bovina, congelada	501.448	508.292	726.582	1.370.926

¹⁴¹ É nítida a preponderância que o agronegócio tem em relação à agricultura familiar quanto ao apoio dado pelo governo, basta observar que o pacote agrícola anunciado para a safra 2006/2007 destina R\$ 10 bilhões à agricultura familiar e R\$ 50 bilhões ao agronegócio. No entanto, é preciso lembrar que grande parte da produção de arroz, feijão, mandioca, milho, dentre outros produtos são feitos pela agricultura familiar, além do que ela é responsável pela maioria dos empregos gerados no campo e é mais produtiva que as grandes propriedades. MERLINO, Tatiana. Pacote do governo privilegia agronegócio. **Agência Brasil de Fato**, 05/06/2006.

¹⁴² Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acessado em: 16/04/2006.

¹⁴³ Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acessado em: 16/04/2006.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, op. cit., p.37.

Sucos de frutas	880.056	1.095.998	1.249.506	1.141.359
Carne Suína	346.401	469.409	526.576	744.278
Milho	497.328	267.597	375.136	597.336
Carne bovina, fresca ou refrigerada	237.357	268.026	427.926	592.139

Fonte: www.agricultura.gov.br. Acessado em: 16/04/2006.

Todavia, apesar de ser um grande país agro-exportador, o Brasil importa alimentos, tais como arroz, milho, trigo, ou seja, alimentos fundamentais para a população brasileira. Assim, o que se pode concluir é que o que continua regendo as produções agrícolas é a lógica mundial, portanto, o que regula o mercado não são as necessidades nacionais.¹⁴⁵ Desse modo, é a lógica do capital mundial que domina o agronegócio brasileiro, como afirma Oliveira:

[...] o agronegócio moderniza o país, já não dependemos apenas da importação do trigo mas, agora também do leite. Estamos, pois, diante de uma terrível contradição. Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta.¹⁴⁶

Como se pôde perceber pelo que vem sendo tratado até agora, as atividades agrícola e pecuária brasileira passaram por profundas transformações, dentre elas, a modificação da base técnica de produção (mas, não em todas as propriedades rurais), a transformação das relações de trabalho no campo, bem como da própria lógica reguladora dessas atividades. Nesse sentido, muitos pequenos produtores rurais abandonaram as atividades de subsistência e tiveram que passar a praticar alguma atividade geradora de renda para a manutenção da sua família. E essa transformação gerou grandes mudanças na vida diária dos pequenos produtores, na medida em que abandonar a economia de subsistência significa a modificação de toda uma forma de vida e do próprio entendimento do que é o viver no campo e do trabalho nele.

Muitos produtores, ao abandonar as culturas de subsistência e procurarem se inserir na lógica de mercado, ficam vulneráveis, pois não têm capital para investir em grandes culturas e rebanhos e acabam vivendo uma situação insatisfatória, na qual eles ficam sujeitos à lei da oferta e da procura que rege o mercado, não tendo como colocar o preço que desejam no seu produto:

Se eu colho muito, a tendência é que todo mundo colhe bem também, né, aí o preço vai lá em baixo, então a gente trabalha lá [Ceasa], assim, todo dia antes da comercialização o pessoal fala a quantia de mercadoria que entrou, né, por aí a gente sabe quanto vai vender, já tem mais ou menos uma base, né, se aumenta muito a oferta cê já sabe que vai ter que vender barato.¹⁴⁷

¹⁴⁵ OLIVEIRA, op. cit., p.37-38.

¹⁴⁶ Ibidem, p.38.

¹⁴⁷ Francisco Fernandes Pimentel, 59 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 26/07/2005.

O pequeno produtor, assim como Seu Francisco, 59 anos, - que possui 16 alqueires de terra em Martinésia e vive na mesma propriedade desde que nasceu, planta milho, pepino, jiló, dentre outras hortaliças -, tem, inicialmente, dificuldades de produção, tendo em vista a instabilidade que marca a produção devido aos aspectos climáticos. Posteriormente, se o clima for favorável, obter uma grande safra pode não ser sinal de lucro, na medida em que se a safra for boa para todos os produtores, haverá a queda dos preços de venda, os quais, em muitas vezes, acabam por não pagar os custos de produção.

Assim, muitos produtores, não só pequenos, acabam abandonando a atividade agrícola, como é o caso do Seu Adolfo, que vive na cidade de Uberlândia. Ele começou a comprar, junto com seu irmão, os 146 alqueires de terra que eles têm em Martinésia, no ano de 1968. Seu Adolfo, 65 anos, no início de suas atividades na propriedade, tinha a agricultura como ramo privilegiado:

Eu até a década de 80 nós mexemos com muita lavoura aqui, mais de 80 pra cá as coisas mudou muito, justamente é a política, foi mudando, mudando, hoje nós não plantamos né, pro gasto, viu? Só mexemos com gado mesmo. É, o, não vamos falar que é totalmente a política do governo, mais hoje se você num gastar muito com adubo, você não tem perigo de lucrar de jeito nenhum, parece que as terras foi cansando, de modo que se não gastar muito pra tê, pra tratar, não tem.¹⁴⁸

Seu Adolfo não pode ser considerado um pequeno proprietário, pois além dessa propriedade ele possui outra de 65 alqueires. No entanto, ele também sofreu com as transformações das atividades agrícola e pecuária, pois antes, ele tinha financiamento, o qual lhe permitiu adquirir máquinas, mas, atualmente, a situação é bem diferente, tendo em vista a alta de produtos, tais como adubo, veneno e herbicida e o próprio crédito rural, que não é mais concedido a taxas negativas, como nas décadas de 1960 e 1970. Todas as dificuldades fizeram com que Seu Adolfo mudasse da agricultura para a pecuária, pois plantar deixou de ser uma atividade interessante para ele: “*Plantamos muito, viu, nós chegamos a plantar 50, 60 alqueires de chão, agora hoje eu plantei 2 alqueires ainda perdi ele.*”¹⁴⁹ Seu Adolfo está se referindo à lavoura de milho que ele plantou para o gasto da família e não teve êxito algum.

A estratégia do Seu Adolfo, que abandonou a agricultura e optou pela pecuária, também foi a estratégia encontrada por tantos outros produtores rurais, no entanto, ele parece ter optado pela pecuária porque a agricultura passou a não ser mais lucrativa, mas,

¹⁴⁸ Adolfo José de Almeida, 65 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

¹⁴⁹ Adolfo José de Almeida, 65 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

para outros produtores, em especial os pequenos, a pecuária se tornou uma das poucas opções que lhes restaram.

Seu José Geraldo é um desses produtores que passou a exercer a pecuária como atividade:

Hoje eu tô mais desenvolvendo, trabalhando mais dentro da pecuária de leite, então, o que eu tenho plantado, sempre eu planto pensando na alimentação do meu gado, não tenho plantado assim, como uma opção não, por exemplo, pra negociar, grãos ou já, é, por muitos anos, eu acho que até assim, por exemplo, boa parte, a maioria das coisas que eu adquiri foi trabalhando na horta, eu plantava mais tomate, como outras coisas também vagem, pepino e, outras culturas, mas mais é tomate, sabe? Então, quer dizer, foi um tempo bom que eu não me arrependo nunca, mas que daí também foi ficando muito difícil e depois, é, continuar nessa atividade aí, hoje eu tenho me dedicado mais na pecuária de leite.¹⁵⁰

Seu José Geraldo vai mais além e encontra na cidade de Uberlândia a possibilidade de uma nova renda. No entanto, [...]“lá [na cidade] é uma coisa assim, é outra, como é que fala, outra oportunidade que eu estou tendo, mas o que eu tenho definitivo, para o meu sustento, para a minha sobrevivência, é aqui [...].¹⁵¹ O trabalho na cidade é uma alternativa encontrada pelo Seu José Geraldo para melhorar a sua vida e a de sua família, no entanto, é na terra que está a sua segurança, pois a propriedade é sua.

O trabalho na cidade também foi uma estratégia utilizada pelo Seu Argentino que, ao adquirir a sua propriedade rural por volta de 1970, não tinha como fazer melhorias nela, pois não tinha renda suficiente (na época ele plantava roça como meeiro). Ele argumenta que, se fizesse um financiamento para melhorar as condições da propriedade não teria como pagar, então, ele alugou a sua propriedade, foi trabalhar em um armazém numa cidade do estado de Goiás e lá ficou durante dois anos, até quando sua esposa adoeceu e tiveram que voltar para a propriedade deles. Seu Argentino plantava, mas atualmente também se dedica à pecuária leiteira, como Seu José Geraldo (já Seu Adolfo se dedica à de corte).

Dona Carmem, quando foi perguntada a respeito de quais atividades eram realizadas na propriedade, lembra a reordenação que teve que ser feita:

A gente já num tava mais prantano, de primeiro até prantava, assim, no nosso começo da nossa vida a dois ele prantava, ele tinha peão pra ajudar ele, porque ele tinha mais lavora, depois foi ficando assim de pouca renda e a gente também num tem vantagem daquilo nada, fica meio decepcionado com as responsabilidades que é, aí a gente foi passando um ponto que a nossa renda lá era porco, nós engordava, criava muito porco, vendia porco, mais num tocava roça não [...].¹⁵²

¹⁵⁰ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 19/06/2005.

¹⁵¹ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 19/06/2005.

¹⁵² Carmem Martins da Silva, 67 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

A agricultura passou a não ser mais uma atividade realizável para Dona Carmem e sua família, o que não fez com que ela abandonasse o campo, mas sim, encontrasse uma atividade alternativa, que lhe permitiu permanecer na sua propriedade até quando não foi mais possível devido à sua saúde e a de esposo.

Por conseguinte, frente às transformações do campo brasileiro, os produtores rurais não as recebem de forma passiva, pois, na medida em que essas transformações começam a acontecer em suas vidas, eles encontram alternativas para continuar no campo, persistindo numa situação às vezes adversa. Contudo, o que move grande parte dos pequenos produtores rurais, e digo isso com base nas conversas que tive com muitos deles, é o amor pela terra, o desejo de continuar vivendo no seu lugar, numa forma de vida que tem, para eles, um significado muito importante, que é de pertencimento. Não são heróis, mas também não são derrotados, pois, com suas próprias armas, eles lutam, resistem e não abandonam o seu campo.

CAPÍTULO 2 – “EU VIVI FAZENDO AQUILO QUE EU GOSTO”¹⁵³ – PRODUTORES RURAIS VIVENCIANDO O CAMPO

As transformações que foram ocorrendo no campo acarretaram mudanças nas atividades agrícola e pecuária e também nas formas de viver, trabalhar, relacionar, nos sentidos e maneiras de vivenciar a terra e a relação com a natureza. Assim, buscarei tratar, neste capítulo, dessas modificações ocorridas na vida do homem do campo, procurando refletir sobre como essas transformações foram vivenciadas por eles, partindo justamente da questão da terra, pois ela é fundamental para se compreender esse processo de mudança que vem ocorrendo no campo.

A distribuição da terra no Brasil é extremamente complexa e geradora de conflitos, tendo em vista a apropriação que se fez e se faz dela. Logo, para que se compreenda essa complexidade, é preciso investigar historicamente essa questão.

Segundo João Pedro Stédile, a colonização do Brasil empreendida pelos portugueses baseou-se na agroexportação que tinha como objetivo gerar lucros, os quais eram transferidos para a metrópole, a fim de que se realizasse a acumulação de capital, uma vez que a organização produtiva que nesse país se montou foi regida pelos interesses do capital mercantil. E, desse modo, foi implantado no Brasil um sistema de organização da produção agrícola que ficou conhecido como *plantation*, ou seja, a produção para exportação (seja de açúcar, café, cacau ou outras), isto é, a monocultura exportadora que era baseada em grandes fazendas e no trabalho escravo.¹⁵⁴

Como afirma Stédile, nesse momento da colonização, as terras não eram vendidas, pois a Coroa portuguesa dava aos colonizadores a posse delas para que estes pudessem produzir e gerar lucros para ela e foi só em 1850, quando se promulgou a primeira lei de terras no Brasil, que a terra se tornou uma mercadoria, ou seja, a partir daí ela passou a ser comercializada e para se tornar um proprietário de terras era preciso comprá-las; isso se deu porque, na iminência da abolição da escravidão, era preciso impedir que os homens que se tornariam livres adquirissem terras, já que não teriam meios para isso, isto é, o dinheiro para comprá-las.¹⁵⁵

Após a abolição da escravidão, grande parte da população de mestiços se dirigiu para o interior do Brasil, uma vez que as terras próximas ao litoral estavam ocupadas com

¹⁵³ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

¹⁵⁴ STÉDILE, João Pedro. Introdução. In: _____ (org). **A questão agrária no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 20-21.

¹⁵⁵ Ibidem, p.22-23.

as culturas de exportação e essa população não tinha meios para se tornar proprietária de terras¹⁵⁶:

*A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades.*¹⁵⁷

Com o passar do tempo esse homem do campo foi sendo cada vez mais submetido à lógica capitalista, isto é, ele foi incentivado a se adequar às regras capitalistas, à lógica de obtenção de lucros, o que ficou muito evidente, como se pôde perceber no capítulo anterior, entre as décadas de 1960 e 1980. Ele foi estimulado a especializar a sua produção, inserindo-se cada vez mais no mercado.

Nesse sentido, a posse da terra nesse país, como mostra a própria história, é marcada pela proeminência dos interesses capitalistas, do latifúndio e dos poderosos que detêm grande parte dela. No entanto, as pessoas não são passivas a isso, elas resistem, lutam contra a exploração, a desigualdade, a exclusão e, assim, a terra é um dos objetos dessa disputa.

Conforme já foi mencionado, o golpe militar de 1964 teve como um de seus objetivos silenciar a proposta de reforma agrária que estava sendo esboçada naquele momento. Mas, como exemplo dessa disputa pela terra, tem-se a atuação das Ligas Camponesas constituídas nos anos de 1950, no Nordeste brasileiro. Como afirma Miranda [...] “*com a consolidação das Ligas, a luta concentrou-se na modificação da estrutura fundiária do país. As Ligas Camponesas propunham uma reforma agrária ‘na lei ou na marra’ e enfatizavam o caráter revolucionário da luta pela terra.*”¹⁵⁸

No entanto, a luta pela reforma agrária no Brasil durante o regime militar foi sendo desqualificada, mediante uma associação dela ao comunismo e, desse modo, não era algo a ser vislumbrado, pois o que se colocava como solução para os problemas relativos à terra, naquele momento, era a ocupação de outras regiões ainda pouco exploradas, como argumenta Miranda:

Desse modo, a proposta foi perdendo o seu sentido de intervenção na estrutura fundiária concentrada do país, defendida nos anos anteriores por alguns segmentos sociais.

¹⁵⁶ STÉDILE, op. cit., p.26-27.

¹⁵⁷ Ibidem, p.27.

¹⁵⁸ MIRANDA, Luciana Lilian de. **Adeus ao “Jeca Tatu”**: proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985. 147f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003, p.26.

*Os governos militares, com o apoio de setores da classe dominante, passariam a demonstrar um interesse em explorar as áreas pouco povoadas como, por exemplo, a Amazônia.*¹⁵⁹

A ação governamental dos militares baseou-se, então, na expansão da fronteira agrícola em direção, por exemplo, ao Norte do país e ao cerrado, e também na transformação da base técnica da atividade agropecuária, procurando, assim, não tocar na estrutura fundiária brasileira, o que foi evidenciado por José Graziano da Silva: “*Foi a expansão da fronteira agrícola que permitiu expandir a produção agrícola no Brasil sem necessidade de redistribuir a posse da terra.*”¹⁶⁰

Entretanto, na década de 1980, a discussão sobre reforma agrária foi retomada com intensidade¹⁶¹, tendo em vista que esse modelo de desenvolvimento do campo implantado pelos militares, se por um lado gerou o aumento da produção e da produtividade, por outro gerou grandes custos sociais. Basta ver o enorme contingente de pessoas que, sem condições de permanecerem no campo, foram para as cidades e, além disso, tem-se a grande concentração fundiária intensificada nesse momento¹⁶². Logo, esses fatores levaram à eclosão de inúmeros conflitos pela posse da terra, inclusive na região do Triângulo Mineiro, conforme estudo de Renata Mainenti Gomes e João Cleps Júnior:

*[...] intrínseco a esse processo de reestruturação produtiva está o crescimento considerável de trabalhadores com relações de trabalho assalariado permanente ou, em especial, temporário, em detrimento das formas tradicionais de parceria para a exploração da terra – fato fundamental para a compreensão da ascensão do movimento de luta pela terra na região do Triângulo Mineiro.*¹⁶³

Segundo Gomes e Cleps Júnior, o caso da fazenda Barreiro, no município de Iturama, entre 1983 e 1984, foi o primeiro grande conflito de repercussão que ocorreu nessa região. Essa fazenda abrigava em torno de 120 posseiros que, na iminência de serem expulsos, reagiram e esse movimento foi marcado pela violência. Depois de cinco

¹⁵⁹ MIRANDA, op. cit., p.43.

¹⁶⁰ SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.62.

¹⁶¹ A retomada da discussão sobre reforma agrária em função dos problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento agrícola implantado pelos governos militares foi amplamente divulgado pela imprensa. Cf., por exemplo, BONADIO, Geraldo. A explosão nos campos. **Jornal Correio de Uberlândia**, 06/11/1980, p.02; Reforma Agrária é decisão definitiva do governo. **Jornal Correio de Uberlândia**, 31/05/1985, p.11; Na abertura da XXII Exposição Agropecuária Odélmo pediu uma reformulação da política agrícola. **Jornal Correio de Uberlândia**, 03/09/1985, p.11.

¹⁶² Dizer que essa discussão foi retomada na década de 1980 não significa dizer que ela deixou de existir na década de 1970, ela foi apenas reprimida pela ação do Estado.

¹⁶³ GOMES, Renata Mainenti; CLEPS JÚNIOR, João. Transformações no mundo rural e a reforma agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no Triângulo Mineiro. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS Júnior, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.144.

anos, foi constituído o primeiro assentamento da região, assim, o caso dessa fazenda tornou-se emblemático e serviu de estímulo para movimentos posteriores.¹⁶⁴

Se os movimentos sociais lutam pela posse da terra também os proprietários se colocam em posição de defesa dos seus interesses:

Sobre o encontro Odelmo disse que primeiramente foram reafirmadas todas as palavras que a classe rural tem dito à nossa imprensa; “Nós não somos contra a Reforma Agrária...nós temos que fazer um planejamento agrícola, dar uma estrutura ao campo e a Reforma Agrária está neste contexto.”¹⁶⁵

O encontro a que a reportagem se remete diz respeito a reuniões que foram realizadas para discutir o tema da Reforma Agrária. A fala de Odelmo Leão Carneiro Sobrinho¹⁶⁶ “*Nós não somos contra a Reforma Agrária*” aponta para o posicionamento de setores da classe rural frente à possibilidade de realização dessa reforma, afirmando concordar com ela, no entanto, esta deveria ser feita atendendo aos seus interesses: [...]“*a classe rural faz parte da sociedade brasileira e, por fazer parte dessa sociedade, ela tem o direito de participar das discussões para elaboração das propostas de reforma agrária*”¹⁶⁷.

A partir disso é que se pode entender os adjetivos colocados à reforma agrária que deveria ser realizada no Brasil:

O ministro da Agricultura, Pedro Simon, afirmou em Uberaba, Minas Gerais, que os empresários rurais não devem temer a reforma agrária “que será efetivamente implantada, de forma decidida, mas ordeira, equilibrada, atendendo a justa aspiração da sociedade.”¹⁶⁸

Na ótica das classes patronais rurais, a reforma agrária que deveria ser realizada no Brasil tinha que ser “*ordeira, equilibrada*”. Acredito que esses adjetivos fazem alusão às ocupações de terras, que causam verdadeiro temor nas classes patronais rurais. Logo, era necessário combater tal prática atuando de forma *ordeira* e agindo na “legalidade”, evitando os conflitos diretos que nessa época já estavam acontecendo, beneficiando, assim, as classes patronais rurais. Desse modo, seria mais fácil para elas conseguir que se realizasse uma reforma agrária que cada vez mais atendesse aos seus interesses particulares e não aos da sociedade. E aqui está um outro aspecto interessante, pois, como a reportagem aponta, a reforma agrária que deveria ser realizada teria que atender “*a justa aspiração da sociedade*”. Entretanto, a sociedade é marcada por desigualdades de

¹⁶⁴ GOMES; CLEPS JÚNIOR, op. cit., p.148.

¹⁶⁵ Durante três dias, Odelmo esteve em Brasília analisando projeto da Reforma Agrária, 04/07/1985, p.06.

¹⁶⁶ Cf. nota 120.

¹⁶⁷ Presidente do Sindicato Rural quer reforma agrária justa e leal para com a classe rural brasileira. **Jornal Correio de Uberlândia**, 14/06/1985, p.12.

¹⁶⁸ Reforma Agrária: Simon tranquiliza empresários. **Jornal Correio de Uberlândia**, 17/05/1985, p.09.

interesses, na medida em que as diferenças sociais é que determinam os interesses de cada grupo, sendo assim, a que sociedade o ministro da agricultura se refere? Pois a fala dele tenta tranquilizar os “*empresários rurais*”. Assim, parece que a reforma agrária estaria atendendo aos interesses desses setores da sociedade e não aos daqueles que lutam para ter acesso à terra. No entanto, o ministro não discute essa desigualdade de interesses, dando a idéia de que existe um único interesse com relação à reforma agrária, o que é uma grande falácia.

Essa estratégia de dizer que existe um interesse comum na sociedade é freqüentemente utilizada pelas classes patronais rurais: [...]“*a classe rural nesse país é uma só, e uma caixa de marimbondo.*”¹⁶⁹ Essa frase foi dita pelo então presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, por ocasião de uma manifestação de produtores rurais. É preciso questionar a que classe rural ele está se referindo, pois no trecho anterior dessa matéria ele define que a classe rural são produtores hortifrutigranjeiros, avicultores, suinocultores, pecuaristas e agricultores. Mas, existem diferentes tipos de pecuaristas, de agricultores e, nesse sentido, as aspirações, as expectativas são diferenciadas. Um agricultor, por exemplo, que perdeu sua terra e tem que continuar trabalhando em terras alheias aspira uma terra sua, já um grande produtor de grãos aspira crédito, condições de comercialização, ou seja, existem inúmeros interesses em conflito.

Virgílio Galassi¹⁷⁰ é outro que também faz uso dessa estratégia de qualificar a classe rural de forma generalizante. Ele, em discurso proferido na Câmara dos Deputados em Brasília sobre os problemas enfrentados pela classe rural, diz que: “*A classe rural, patrões e empregados, é ordeira e trabalhadora.*”¹⁷¹ Nesse discurso, ele coloca *patrões e empregados* no mesmo nível, ou seja, é como se eles tivessem os mesmos interesses, mas não se pode esquecer que nesse momento já estava em discussão a necessidade de realização da reforma agrária e essa aparente harmonia entre patrões e empregados pode ser uma forma de deslocar o foco da realização da reforma agrária para somente a implementação de uma política agrícola que permitisse a ambos prosperar¹⁷².

¹⁶⁹ Produtores rurais fazem passeata no centro da cidade. **Jornal Correio de Uberlândia**, 11/03/1987, p.01.

¹⁷⁰ Virgílio Galassi já foi presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, vice-presidente da FAEMG (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais), diretor do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), vereador, deputado federal constituinte pelo PDS, Secretário Municipal de Desenvolvimento, prefeito de Uberlândia por quatro mandatos: 1971-1972, 1977-1982, 1989-1992, 1997-2000. Cf. Conheça a trajetória política de Virgílio Galassi. **Jornal Correio**, 16/11/1996, p.02.

¹⁷¹ Virgílio Galassi fala sobre o “II Alerta do Campo”. **Jornal Correio de Uberlândia**, 12/03/1987, p.03.

¹⁷² Cf. BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997, p.35: [...] “a concepção de reforma enunciada pelas ‘falas ruralistas’ nos esclarece que a questão agrária – quando reconhecida por eles, por força da pressão social e da mobilização – não se remete ao instituto da propriedade da terra e sim a

[...] a divisão da terra acentuou-se, fato que combinado com a tendência decrescente da população rural, atraída pela urbano-industrialização, aumenta a importância desse parcelamento, com reflexos ponderáveis sobre a redução relativa do número de trabalhadores sem-terra.

[...]

Na verdade, parece haver uma correlação direta entre a excessiva divisão da terra e as desigualdades de renda.

[...]

Na realidade, o problema distributivo e o baixo nível médio de renda da população rural deve-se a fatores bastante diversos e – infelizmente – bem mais complexos do que poderia ser corrigido por uma simples distribuição de terras.

[...]

Isso não significa que inexistente o problema fundiário.

[...]

Porém nada poderá superar com maior impacto o problema da renda rural do que uma política agrícola estável e realista [...] ¹⁷³

Essas declarações são do então presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, e merecem ser analisadas, uma vez que, se houve certo aumento das pequenas propriedades no Brasil, também ocorreu, principalmente no período da dita modernização agrícola, uma alta concentração de terras, o que não foi mencionado por Odelmo. Ele vai além e diz que a divisão de terras é responsável pela desigualdade de renda e que a baixa renda não pode ser solucionada pela “*simples distribuição de terras*”. Ora, realmente, distribuir as terras e deixar os assentados sem qualquer política de incentivos não é mesmo suficiente, no entanto, Odelmo diz ser mais importante o estabelecimento de uma política agrícola para o campo que a distribuição de terras, mas no caso de trabalhadores sem-terra, de que adianta uma política agrícola se ele não tem onde plantar? A mensagem que parece ser transmitida ao final das suas declarações é que a reforma agrária é secundária, e mais, ela já estaria sendo feita de alguma forma e não teria dado resultados, logo, para que continuar insistindo na sua realização?

Dessa forma, o que é possível observar mais uma vez é como a questão da terra no Brasil é complicada, já que existem diferentes interesses em conflito na sociedade e, na maioria das vezes, os interesses que prevalecem acabam sendo os das classes patronais rurais, pois elas têm meios mais eficazes para conter o avanço da luta pela terra, utilizando-se muitas vezes da violência e da criminalização dos movimentos que lutam por ela.

medidas diretamente relacionadas a melhores condições de crédito, um maior apoio do Estado à agricultura, colonização, uso de tecnologias modernas, infra-estrutura adequada e condizente com suas necessidades, educação, uma política de comercialização, qualificação da mão-de-obra, uma maior competitividade e assim por diante.”

¹⁷³ Classe rural X Reforma agrária. **Jornal Correio de Uberlândia**, 23/05/1987, p.01.

A propriedade da terra no Brasil tem causado inúmeros conflitos, como já dito, em virtude dos custos sociais de um tipo de intervenção no campo que excluiu milhares de pessoas e promoveu uma grande concentração de terras:

O Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimo índice de concentração da terra. No Brasil, estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país atinge uma superfície igual àquela ocupada pelo estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual a de São Paulo e do Paraná. Podemos citar como exemplo uma das maiores propriedades, a da Jarí S/A, que fica parte no Pará e parte no Amapá e tem área superior ao estado de Sergipe.¹⁷⁴

A concentração de terras é, então, um fenômeno surpreendente, ainda mais em um país no qual grande parte da população vive numa situação de miséria absoluta. Os números referentes à posse da terra no Brasil evidenciam o absurdo da concentração fundiária.

Tabela 04 – Brasil, estrutura fundiária (2003)

Grupos de área total (ha)	Nº de Imóveis	% dos Imóveis	Área Total (ha)	% da Área
Pequena - de 200	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2
Média 200 a - de 2.000	310.158	7,3	164.765.509	39,2
Grande 2.000 e mais	32.264	0,8	132.631.509	31,6
Total	4.238.421	100,0	420.345.382	100,0

Fonte: OLIVEIRA, 2006, p.60.

Pela tabela é possível perceber como existe, no Brasil, muita terra nas mãos de poucos, uma vez que as pequenas propriedades representam mais de 90% do número de propriedades no país e ocupam 29,2% da área total, enquanto que as grandes propriedades que não somam 1%, ocupam 31,6% da área. Isso significa dizer que grande parte da terra no Brasil pertence a um pequeno número de pessoas e isso se torna ainda mais grave se levarmos em conta que muitos desses grandes proprietários podem não ser donos de apenas um imóvel rural, mas de vários.

No município de Uberlândia¹⁷⁵, a distribuição da terra não foge aos moldes nacionais, estando, portanto, concentrada nas mãos de um pequeno número de pessoas.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS Júnior, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.58-59.

¹⁷⁵ A tabela 05 foi montada seguindo os mesmos parâmetros da Tabela 04, ou seja, considerando a pequena propriedade até 200ha, a média de 200 a 2.000ha e a grande acima de 2.000ha, extraída do trabalho de OLIVEIRA, 2006, a fim de que se possa comparar a realidade nacional com a local. No entanto, existe uma diferença quanto aos dados, uma vez que OLIVEIRA trabalha com dados do INCRA, logo, com imóveis rurais e a tabela 05 foi feita com base nos Censos Agropecuários do IBGE, que trabalha com estabelecimentos rurais.

Tabela 05 – Município de Uberlândia-MG, estrutura fundiária (1970, 1980, 1995)

	<i>Grupos de área total (ha)</i>	<i>Nº de Estabelecimentos</i>	<i>% dos Estabelecimentos</i>	<i>Área Total (ha)</i>	<i>% da Área</i>
1970	<i>Pequena - de 200</i>	1.229	75,86	62.696	18,90
	<i>Média 200 a – de 2.000</i>	375	23,15	221.162	66,70
	<i>Grande 2.000 e mais</i>	16	0,99	47.727	14,40
	<i>Total</i>	1.620	100,0	331.585	100,0
1980	<i>Pequena - de 200</i>	922	71,36	55.986	17,12
	<i>Média 200 a – de 2.000</i>	352	27,25	192.142	58,76
	<i>Grande 2.000 e mais</i>	18	1,39	78.880	24,12
	<i>Total</i>	1292	100,0	327.008	100,0
1995	<i>Pequena - de 200</i>	1234	79,3	64.401	17,9
	<i>Média 200 a – de 2.000</i>	302	19,4	179.883	50,0
	<i>Grande 2.000 e mais</i>	20	1,3	115.613	32,1
	<i>Total</i>	1556	100,0	359.897	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1995.

Em Uberlândia também ocorre a mesma concentração de terras, na medida em que pelos dados de 1970, as pequenas propriedades representavam 75,86% dos estabelecimentos rurais e ocupavam uma área de 18,90%, enquanto as grandes propriedades, sendo apenas 0,99% dos estabelecimentos, tinham uma área pouco menor que a das pequenas, com 14,40%. Segundo os dados de 1980, as pequenas propriedades representavam 71,36% dos estabelecimentos rurais do município, ocupando uma área de 17,12%. Já as grandes propriedades, que somavam apenas 18 estabelecimentos, ou seja, 1,39%, ocupavam uma área superior à das pequenas propriedades, 24,12%. O quadro não muda muito em 1995, quando as pequenas propriedades somam 1.234 estabelecimentos, ocupando 17,9% da área total do município, e as grandes propriedades, que totalizavam 20, ocupavam uma área de 32,1%, ou seja, quase o dobro da área das pequenas propriedades.

Historicamente, o que ocorreu com a estrutura fundiária do município de Uberlândia foi o aumento da área das grandes propriedades e a diminuição das pequenas, evidenciando a concentração de terras nas mãos de poucos.

Assim, o que se pode perceber é que, em termos numéricos, a pequena propriedade é maioria no município de Uberlândia, o que não significa que ela ocupa uma área superior à das grandes propriedades, muito pelo contrário, como é possível observar pelos números da tabela anterior. Nesse sentido, a terra é mal distribuída no Brasil e no município de Uberlândia, perpetuando a predominância das grandes propriedades.

A questão da terra e da sua propriedade no Brasil não foi resolvida pelo modelo de desenvolvimento implantado no país, pois a inserção de novas tecnologias no processo de “modernização” desse campo privilegiou determinados grupos, regiões, culturas¹⁷⁶ e esse tipo de intervenção significou e ainda significa uma forma de lidar com a terra que privilegia o seu aspecto rentista, ou seja, a possibilidade de enriquecimento, de geração de lucros, de riqueza. Esse modelo de desenvolvimento e essa forma de conceber a posse da terra influenciaram a concentração fundiária, ao mesmo tempo em que tornou ainda mais grave o quadro de degradação ambiental, como lembra José Grabois, ao analisar a pequena produção no noroeste fluminense:

*No Brasil [...] o modelo econômico vigente – concentrador de renda –, coerentemente implica a desvalorização da mão-de-obra e, com freqüência na degradação ambiental. Faz da terra apenas um caminho para obtenção de lucro, não importando, na maioria dos casos, se esta riqueza natural está sendo utilizada de modo conveniente.*¹⁷⁷

Esse modelo de desenvolvimento do campo, incentivado pelo Estado brasileiro, entre as décadas de 1960 e 1980, disseminou a necessidade de transformar a terra e os seus usos em algo lucrativo, mediante a transformação da mentalidade do agricultor.¹⁷⁸ Dessa forma, as propagandas difundidas na imprensa estão perfeitamente alinhadas a essa concepção, como pode ser observado na figura 05.



¹⁷⁶ GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.179.

¹⁷⁷ GRABOIS, José (et all). *O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do noroeste fluminense*. In: CARNEIRO, Maria José, et all. (org). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, p.217.

¹⁷⁸ O Jornal Correio nas inúmeras reportagens publicadas sobre o campo faz a defesa clara desse tipo de intervenção no campo, tanto no âmbito federal, estadual, quanto municipal. Cf., por exemplo, *Revolução no processo agrícola*. **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/12/1972, p.02; *Expansão agrícola*. **Jornal Correio de Uberlândia**, 01-02/06/1974, p.02.

Figura 05: O futuro está no chão, **Jornal Correio de Uberlândia**, 19/07/1970, p.05.*

*“*Cuide com carinho do seu chão. Plante.
Da terra nasce a riqueza. Prepare a terra com amor. Quanto mais amor, mais lucro.
Plante.
O Governo está convocando todos os agricultores para aumentar a produção.
Acaricie seu chão com um trator. Em troca, ele produzirá em dobro.
O Governo financia, com juros reduzidos e a longo prazo, a aquisição de implementos agrícolas.
Alimente a terra. Com mudas e sementes selecionadas.
O Governo também lhe oferece crédito para isso.
Plante. Existem 90 milhões de brasileiros para consumirem a sua produção. Não se contente. Também existe o mercado exterior, que o Brasil quer conquistar.
Participe dessa conquista. Isso dá dinheiro.
A riqueza está no chão.
Plante.*”

Miranda, ao analisar essa propaganda juntamente com uma outra, “*Alimente quem lhe dá alimentos*”, enfatiza a atuação do Estado brasileiro no campo. Segundo ela, os textos dessas duas propagandas, os quais são muito parecidos [...]“*assumem um sentido metafórico, simulando uma relação amorosa entre o agricultor e a terra, na qual o uso dos insumos modernos representaria a base para o fortalecimento desse ‘amor’.*”¹⁷⁹

Esse ponto salientado por Miranda é de fundamental importância, uma vez que os formuladores da propaganda se utilizam do artifício do carinho que os produtores rurais, principalmente os pequenos, têm por sua terra para estimular a utilização dessas novas tecnologias, objetivando o lucro. O trecho inicial do texto da propaganda, “*Cuide com carinho do seu chão. Plante. Da terra nasce a riqueza. Prepare a terra com amor. Quanto mais amor, mais lucro.*”, enfatiza esse aspecto do amor à terra que deveria ser cuidada, trabalhada, para produzir riqueza.

Entretanto, a terra tem valores e significados diferenciados para os diversos tipos de produtores rurais, pois aqueles que têm nela uma mera fonte de lucros valorizam-na enquanto um bem capaz de lhe enriquecer: “*Hoje, é a noção de terra-ativo financeiro que seguramente comanda, homogeniza e articula os mais diversos interesses.*”¹⁸⁰, mas

¹⁷⁹ MIRANDA, op. cit. p.68.

¹⁸⁰ BRUNO, op. cit., p.26. Essa autora faz uma análise interessante sobre a reprodução da dominação que as classes patronais exercem no Brasil, mais recentemente, utilizando-se de novos comportamentos aliados a um discurso de legitimação que atualiza velhas práticas e concepções.

para outros, o valor dela é representado muito mais pelo que ela proporciona em termos de modos de viver. Isso é o que salienta o Seu João:

[...] *toda vida eu plantei o arroz, o feijão, as despesas do gasto, toda vida, minha vida, eu sempre falo pros meus irmão, nói era 12, eles fôro pra cidade, todos estão aposentado, só o caçula que não é aposentado, todos aposentado com um salário bão e eu aposentei com salário mínimo, agora eu brinco com eles assim, que minha vida, ganhando um salarinho mais foi muito melhor do que a deles, porque eu vivi fazendo aquilo que eu gosto, eu, no tempo de novo onde eu sabia que tinha um animal perigoso eu lá ia pra desabafá os outros pião, gostava, carrear de carro de boi, toda vida eu fui fanático, o carro tá afastado ali dentro de uma varanda que eu não deixo ele saí por dinheiro nenhum, eu injeitei dinheiro nele que dá pra mim comprar um carrinho que usa hoje pra mim andar, mais eu num quero, tenho tudo arrumadinho pra recordação, já lutei muito na vida e então eu falo pro meus irmão, minha vida foi muito melhor que a do cêis, porque eu vivi e vivo até hoje fazendo aquilo que eu gosto, porque eu até hoje, nessa idade, o dia que meu irmão não tá aqui pra me ajudar eu ainda levanto e ainda tiro cem, cento e tantos litro de leite sozinho.¹⁸¹*

O viver na terra, para Seu João, tem o significado de estar em um lugar que é seu, no qual ele se reconhece e que lhe possibilita viver “*fazendo aquilo que eu gosto*”. A terra, então, para ele tem um valor de vida, pois viver nela implica num ritmo diário no qual ele está acostumado, uma vez que nasceu e foi criado nessa mesma propriedade rural. E, nesse sentido, os valores dele com relação à vida no campo têm outros significados que não o da geração de lucros, mas sim os de um viver:

[...] *toda vida tinha umas vaquinha pra fazer fartura, que o jeito que foi criado, muito porco no chiqueiro. E levo a mesma vida até hoje, se falar que é pra mim por um porco no chiqueiro, um porquinho daquele de dá só carne, aquelas carne dura, eu brigo com quarquer um, não. Estur dia o povo que veio fazer, tá montando muito, é, as granjas aqui, já deve tê te falado, então, aquele menino que é genro do Pedro Cláudio que trabalha na prefeitura falou, cê não vai fazer uma lá não? Falei não, eu comigo é assim, lá em casa é assim, porco na minha propriedade tem que sê china, caruncho ou senão pião nacional, eu levo tudo no sistema antigo, no ritmo que eu nasci e criei e quero levar até o final.¹⁸²*

Seu João valoriza o “*sistema antigo*” que, para ele, quer dizer continuar tendo suas vacas, os porcos no chiqueiro, manter o carro de bois. Assim, essa imagem de campo propagado, ou seja, o campo do agronegócio e das grandes plantações e rebanhos é muito diferente do campo de muitos produtores rurais que, como o Seu João, não aderiram às inovações, como por exemplo, os porcos de granja dos quais ele não admite a existência na sua propriedade. Seu João não promove a transformação da sua propriedade a fim de que ela produza em grandes quantidades, mas é preciso lembrar que ele se arriscou num financiamento e não obteve sucesso devido à perda da lavoura. Logo, sua experiência pode tê-lo tornado um pouco receoso das mudanças, essas que muitas vezes assustam os

¹⁸¹ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

¹⁸² João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

pequenos produtores, pois trazem certa insegurança, já que o “*sistema antigo*” eles dominam, mas o novo, principalmente para os mais velhos, traz incertezas. Daí o repúdio a essas inovações.

Mas, o que saliento na fala de Seu João é a terra como valor de vida e também a valorização de um saber, de um fazer que lhe é próprio, o que não significa que ele não se aproprie de determinadas melhorias que a tecnologia lhe proporciona, por exemplo, o telefone celular e a energia elétrica que ele mesmo reconhece o quanto transformou, e para melhor, a sua vida e a de sua família.

Nesse sentido, a terra tem significados diferentes, logo, a relação estabelecida com a natureza pelos produtores rurais também diverge, tendo em vista os valores atribuídos à terra e o que se espera obter dela. O modelo de desenvolvimento difundido a partir da década de 1960 foi pautado por uma relação de exploração dos recursos que a natureza tinha a oferecer, a fim de aumentar a produção e a produtividade agrícola e pecuária e gerar renda. As conseqüências desse tipo de intervenção na natureza são sentidas hoje e se expressam na preocupação com o desenvolvimento de uma atividade agropecuária que não a destrua.

Seu Argentino evidencia na sua fala uma relação com a natureza que se baseia no respeito do homem para com ela. Ao ser perguntado se quando plantava utilizava adubos, fertilizantes, ele deu a seguinte resposta:

Não, ah, duns tempo pra cá, porque de primeiro num usava adubo nem nada, veneno nem nada, eu tocava lá no roção, lá tem muito tatu, punha era óleo diesel, criolina no milho, então, aquilo catinga, es vem pra rancá e num come, agora, de uns tempo pra cá é que tá usando Furadam, mais eu num gosto de usar não, eu larguei de usá porque mata passarinho demais eu tem dó, num gosto não, cê põe Furadam no milho, no arroz, é um limpa nos passarinho, é inhabú, é codorna, sariema, de tudo, fica os monte, aquilo ali num precisa engolir, basta só por na boca e já morre na hora.

O senhor prefere sem?

Ah é melhor, porque a gente fica com dó demais.¹⁸³

A fala de Seu Argentino mostra uma relação com a natureza que não é pautada pela lógica capitalista da obtenção de lucros, na medida em que ele valoriza a vida, a natureza e a preservação da mesma antes do lucro. No entanto, a posição de Seu Argentino não é e não foi a daqueles que, ao longo das décadas de 1960 a 1980, promoveram uma verdadeira depredação do patrimônio natural brasileiro. Um exemplo disso foi a intervenção nas áreas de cerrado¹⁸⁴, o que Vanderlei Mendes de Oliveira lembra:

¹⁸³ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

¹⁸⁴ “O cerrado é o segundo maior ecossistema brasileiro e ocupa em torno de 25% do território nacional. Estudos indicam que apenas 1/3 da área estaria com sua vegetação original, sendo a expansão agropecuária um dos maiores responsáveis por isso.” PROGRAMA AGRÁRIO DA CAMPANHA

O Cerrado brasileiro foi incorporado ao desenvolvimento da agricultura e da indústria para atender as demandas de mercado externo. Os solos das áreas de cerrados, que antes eram utilizados com práticas de cultivos tradicionais, são incorporados pela tecnologia moderna (a maior responsável pela nova ocupação).¹⁸⁵

A investida no cerrado brasileiro ao longo do regime militar se deu mediante a implantação de um grande número de projetos¹⁸⁶, sendo o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado em 1975, o projeto mais amplo, o qual abrangia além do estado de Minas Gerais, os estados de Goiás (que na época ainda incluía o território do atual estado do Tocantins, criado em 1989) e Mato Grosso (que na época incluía o território do atual estado do Mato Grosso do Sul, criado em 1977).¹⁸⁷ A expansão para o cerrado do tipo de atividade agrícola e pecuária que estava sendo proposta naquele momento tinha o sentido claro de atender ao mercado externo, basta observar, por exemplo, o papel que o cultivo da soja – muito produzida nas áreas de cerrado – teve e ainda tem na pauta de exportações brasileiras. “*A soja é a mais importante cultura para o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.*”¹⁸⁸

O tipo de ocupação do cerrado brasileiro, se por um lado promoveu a inserção de importantes culturas de exportação (como a soja, por exemplo, mediante a introdução de tecnologias modernas, tais como máquinas e implementos agrícolas, e também a utilização de adubos, fertilizantes, corretivos de solo etc.), por outro provocou a destruição desse bioma.

Em 1994, ocorreu em Uberlândia uma polêmica envolvendo justamente a questão da destruição ambiental provocada por esse tipo de atividade agrícola e pecuária que insere tecnologias modernas objetivando lucros e se esquece da preservação natural:

Segundo a análise de Lobato, a agricultura tem destruído o cerrado com suas lavouras, principalmente a cultura de soja disseminada nas regiões de cerrado, onde o solo é barato e plano, facilitando esta atividade. Para ele, os empresários não se importam em derrubar a vegetação nativa para cultivar suas lavouras e, quando a terra está cansada, é mais barato comprar novas terras de cerrado em

PRESIDENCIAL DO PT – 2002. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**. v.3. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 232.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Vanderlei Mendes de. **A agroindústria e produção rural integrada no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba (MG)**: um estudo sobre a avicultura. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, UFU/Uberlândia, 2000, p.112.

¹⁸⁶ Em 1972 foi criado o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação de Cerrados) nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto e Médio São Francisco e Metalúrgica. Em 1973, o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), que teve seu direcionamento para os municípios de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos. Cf. OLIVEIRA, 2000, p.113. Existiu ainda o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado), idealizado em 1974. Cf. www.agricultura.gov.br. Acessado em: 18/06/2006.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, op. cit., p.115-116.

¹⁸⁸ Cultura de cereais tomam conta do cerrado. **Jornal Correio de Uberlândia**, 27/09/1990, p.C-3.

*outras regiões, deixando para trás a terra sem a mata de cerrado e sem a lavoura.*¹⁸⁹

A afirmação é do professor Roberto Lobato Azevedo Corrêa feita por ocasião da reunião especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em Uberlândia. Essa declaração provocou a resposta de setores ligados à produção agrícola logo no dia seguinte. O produtor de soja Marco Paulo Paiva, de 51 anos, fez a defesa desse tipo de investida no cerrado, alegando que é a agroindústria que sustenta o superávit da balança comercial brasileira e, segundo a sua declaração, a exploração do cerrado é justificada por essa razão.

*“Não podemos competir em tecnologia com o exterior, e o único setor em que eles não têm como competir conosco é na agricultura. A agricultura no cerrado tem aumentado sua produtividade, graças inclusive, ao apoio da Embrapa, o que também contribui para evitar uma agressão maior à floresta amazônica”, disse o agricultor para quem, se não fosse a ocupação das áreas de cerrado por lavouras, a invasão da Amazônia seria inevitável e com conseqüências imprevisíveis para o ecossistema mundial.*¹⁹⁰

As declarações do produtor rural induzem ao pensamento de que vale tudo para competir com outros países, inclusive destruir o patrimônio natural, e ele vai mais além, ao afirmar que é melhor atuar no cerrado que destruir a Amazônia. Ora o que está em discussão não é qual bioma deve ser preservado, uma vez que, para a preservação ambiental, é preciso que haja a conservação de todos, mantendo o equilíbrio ecológico e as espécies da fauna e da flora de cada um deles.

A fala desse produtor rural ilustra bem o tipo de mentalidade que rege o modelo de desenvolvimento do campo, proposto com mais veemência a partir da instauração do regime militar brasileiro, ou seja, uma produção que visa sempre o seu aumento e também o da produtividade, gerando dividendos para o produtor e também para o país e, nesse sentido, o interesse do lucro, do capital está acima dos interesses ambientais.

No entanto, a degradação ambiental brasileira adquiriu proporções enormes, tanto que hoje, nas falas dos governos e das entidades ligadas à produção agrícola e pecuária, é forte a presença do discurso da necessidade de se empreender uma agricultura sustentável, que tem como um de seus focos preservar a natureza. A própria deterioração dos recursos hídricos sinaliza para a necessidade de se rever as posturas adotadas até o momento, a fim de não exaurir ainda mais uma natureza depredada por interesses rentistas, pois, como lembra Chesnais e Serfati, as agressões cometidas contra a natureza são feitas [...]“no

¹⁸⁹ Agricultura destrói o cerrado, diz professor. **Jornal Correio do Triângulo**, 12/04/1994, p.09.

¹⁹⁰ Produtor defende exploração do cerrado. **Jornal Correio do Triângulo**, 13/04/1994, p.09.

quadro de um modo de produção bem específico.”¹⁹¹, ou seja, o modo de produção capitalista.

Esses autores acreditam que a crise ecológica gerada pelo sistema capitalista não o colocará em xeque, uma vez que o capitalismo tem a capacidade de transformar [...]“*as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou degradação de recursos como a água e até o ar, em ‘mercados’, isto é, em novos campos de acumulação*”¹⁹². Essa idéia precisa ser melhor refletida, pois se é verdade que o capitalismo consegue lucrar, inclusive com as degradações ambientais, também é verdade que os recursos naturais são necessários a esse modo de produção, pois são fundamentais à própria reprodução da vida. Apesar da necessidade de maior reflexão sobre essa questão colocada por Chesnais e Serfati, o trabalho deles é de fundamental importância, na medida em que tratam as questões ambientais, ou seja, a crise ecológica que atinge o mundo, como uma questão mais ampla, isto é, uma questão que é política, econômica e social, uma vez que, como lembram, a exploração do homem e também da natureza empreendida pelo capitalismo reflete um [...]“*antagonismo profundo entre ele e as necessidades da humanidade.*”¹⁹³

A interferência no campo da década de 1960 em diante foi orientada pelos valores capitalistas – não que antes o campo não fosse regido por esses interesses, todavia, o que houve foi um aumento na intensidade da intervenção – e se implicou numa nova forma de lidar com a natureza, também significou a transformação das relações de trabalho no campo, atribuindo a elas novos valores e significados.

Uma consequência da intervenção no campo ao longo do regime militar foi a diminuição progressiva de meeiros e parceiros, ou seja, de um tipo de relação de trabalho no campo, transformando esses homens e mulheres em trabalhadores assalariados no campo ou na cidade, como lembra Batista: “*O meeiro vai se tornando um ator desnecessário ao cenário econômico do fazendeiro que incorporou, por exemplo, a pecuária como vantagem a seus rendimentos.*”¹⁹⁴ Em minha conversa com Seu Adolfo¹⁹⁵, eu perguntei a ele sobre a existência de empregados em sua propriedade e ele me disse que hoje ele tem apenas dois que cuidam do gado, mas quando ele plantava, ou seja, até a década de 1980, ele o fazia com meeiros. Inclusive a família de minha mãe, uma família

¹⁹¹ CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica marxista*, nº16, 2003, p.41-42.

¹⁹² CHESNAIS; SERFATI, op. cit., p.33.

¹⁹³ Ibidem, p.68.

¹⁹⁴ BATISTA, Sheille Soares de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres**: relações entre campo e cidade. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003, p.45.

¹⁹⁵ Adolfo José de Almeida, 65 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

de oito filhos, chegou a trabalhar nesse sistema com Seu Adolfo e seu irmão, Seu Antônio, e todos, sem exceção, estão na cidade, ninguém permaneceu no campo.

A fragilização desse tipo de relação de trabalho significou a necessidade de assalariamento, algo que trouxe ainda mais instabilidade para a vida de muitas dessas pessoas, que passaram a ter que trabalhar como bóias-frias quando há trabalho no campo e a fazer algum tipo de “bico” na cidade¹⁹⁶, já que não têm qualificação profissional e, em muitos casos, não conseguem uma colocação digna no mercado de trabalho. Muitos acabam tendo que se sujeitar ao trabalho temporário em propriedades rurais, o que é muito usado pelos produtores rurais no distrito de Martinésia, que, sem condições de manter um funcionário, devido aos encargos trabalhistas, recorrem a trabalhadores temporários, diaristas, para realizar pequenos trabalhos em suas propriedades por períodos de tempo curtos.

O trabalho do homem do campo, tanto daquele pequeno proprietário que, com seu próprio suor, realiza as tarefas da propriedade rural, quanto daquele que não sendo proprietário também tem no trabalho no campo sua fonte de renda, é árduo e requer dedicação e esforço muito grandes. Em entrevista com o Seu Duarte, quando perguntado sobre a importância da terra para ele, respondeu:

Uai, eu não sei se é porque eu toda vida vivi na roça, não é dizer, não vô falar pro cê que é mais fácil que na cidade, né, mais a maioria das pessoas acha assim, lá na roça cê vai lá e põe lá e depois cê vai colhê, né não, gasta zelo, tem que trabalhar, tem que levantar cedo, não tem hora de parar, mais é, eu gosto.¹⁹⁷

Seu Duarte me falou o que significa o trabalho no campo. Mais que simplesmente plantar e colher, ele requer o cuidado, a atenção, o zelo e o acompanhamento da plantação, já que é preciso verificar a existência de qualquer problema, tais como pragas, doenças, dentre outros, e isso imprime uma rotina de trabalho ao homem do campo que é estafante, “*tem que levantar cedo, não tem hora de parar*”. Uma propaganda publicada no *Jornal Correio de Uberlândia* referente aos incentivos do governo do estado de Minas Gerais ao produtor enfatiza somente esses dois momentos que Seu Duarte diz que muitos consideram ser o trabalho do homem do campo: o plantio e a colheita.

¹⁹⁶ Sobre a situação dos trabalhadores bóias-frias cf., por exemplo, O Bóia-fria. **Jornal Correio de Uberlândia**, 26/08/1977, p.04; Muito trabalho, sol quente e bóia-fria. **Jornal Correio de Uberlândia**, 11/03/1990, p.A-4.

¹⁹⁷ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.



Figura 06: Quem plantou ganhou. Quem plantar vai ganhar. **Jornal Correio de Uberlândia**, 21/09/1980, p.07.

Miranda, ao analisar essa propaganda comenta o seguinte:

A mensagem dessa propaganda destacava os incentivos oferecidos pelo governo mineiro (financiamentos e preços mínimos compensadores) para que os agricultores pudessem sentir-se motivados a aumentar as suas produções, ao lado de uma imagem que evoca o humor.

O “homenzinho”, representando o agricultor, era pequeno quando plantava e tornou-se grande quando colheu uma “árvore” de dinheiro. Ou seja, quem plantasse certamente teria lucro e melhoraria as suas condições financeiras. Era, no mínimo, curioso que mesmo com essa idéia divulgada em torno da agricultura como uma verdadeira “mina de ouro”, os movimentos migratórios do campo para as cidades continuassem intensos. Ou seja, a mensagem passada retratava uma imagem que não correspondia necessariamente à realidade rural do período.¹⁹⁸

Para além desse aspecto falseador da realidade enfrentada pelo país naquele momento, a propaganda faz uma relação automática entre o plantio e a colheita, mas sabe-se que a atividade agrícola é marcada pela incerteza, devido aos aspectos naturais e climáticos. Logo, não necessariamente quem planta obtém o sucesso insinuado pela propaganda e os pequenos produtores rurais são os que mais sofrem com isso, pois não têm, na maioria das vezes, condições de arcar com as perdas das lavouras. A propaganda

¹⁹⁸ MIRANDA, op. cit., p.105.

desconsidera, portanto, todo o intervalo de tempo entre o plantio e a colheita, isto é, todo o trabalho que o produtor enfrenta no período de crescimento das lavouras, cuidando e zelando, trabalhando intensamente para que, ao final da colheita obtenha sucesso (o que nem sempre significa que os preços dos seus produtos compensarão as despesas com a lavoura).

O trabalho no campo, apesar de ser marcado pela incerteza, de ser desgastante fisicamente e de muitas vezes não gerar retornos financeiros satisfatórios é entendido pelo Seu Argentino como algo extremamente prazeroso, pois quando eu perguntei a ele o tipo de diversão dele e de sua esposa, respondeu: “*Não, aqui, mexendo com as criação*”[...]¹⁹⁹. O trabalho com a plantação e com os animais é, para seu Argentino um momento que não é encarado como uma obrigação pura e simplesmente, mas é um momento de prazer, na medida em que ele tem no campo a identificação de um viver, pautado pela relação com a natureza, pela convivência entre o homem e o meio em que vive, o que significa uma forma de entender e de viver o campo não como o lugar da simples obtenção de riqueza, mas sim como um lugar que lhe proporciona um modo de viver.

A imagem que se faz na sociedade do trabalho e do homem do campo vai da sua exaltação como herói até o preconceito. Uma mensagem do escritório local da EMATER, por ocasião do dia do agricultor, comemorado em 28 de julho, expressa esse tipo de visão.

Nenhuma data mais justa para prestarmos nossas sinceras homenagens a tão nobre profissão, ora representada por uma minoria, afastada do progresso das cidades e embrenhada na vida bronca e humilde das roças, desempenhando a ádua e sagrada missão de produzir alimentos para uma maioria esmagadora população urbana!

[...]

*Através das cortinas está o agricultor, homem de vida simples, pouco exigente, que enfrenta de sol a sol as intempéries, derramando seu suor no calor e na quietude dos campos!*²⁰⁰ (grifos meus)

A imagem do agricultor, do homem do campo, presente nessa mensagem é o de um homem que, mesmo sendo simples tem uma missão de grande vulto: alimentar o país. Nesse sentido, ele é exaltado como herói, entretanto, essa mesma mensagem faz uma leitura preconceituosa da vida desse homem, vida essa que seria “*bronca e humilde*”, ou seja, aqueles que estariam afastados do progresso. Desse modo, o paradigma para essa leitura preconceituosa do agricultor é a sociedade “progressista” que estava sendo implantada, inclusive no campo, mas da qual esses homens não faziam parte. Assim, eles eram qualificados como homens rudes e simples que não estavam em sintonia com as

¹⁹⁹ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

²⁰⁰ Dia do Agricultor! **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/07/1983, p.03

transformações do campo, baseadas na modificação da base técnica das atividades agrícola e pecuária.

Desta forma, a racionalidade científica era exaltada em detrimento do saber desses homens e mulheres, o que fica muito claro numa propaganda sobre o combate à febre aftosa.

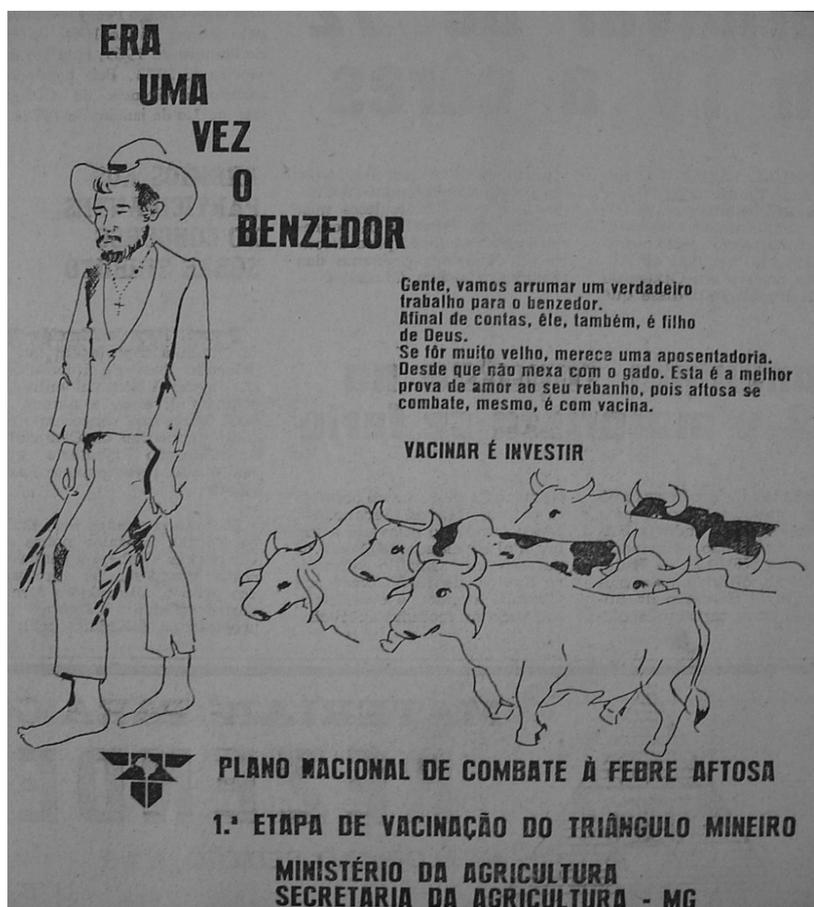


Figura 07: Era

uma vez

o benzedor, *Jornal Correio de Uberlândia*, 19/11/1971, p.07.*

**“Gente, vamos arrumar um verdadeiro trabalho para o benzedor. Afinal de contas, ele, também, é filho de Deus. Se fôr muito velho, merece uma aposentadoria. Desde que não mexa com o gado. Esta é a melhor prova de amor ao seu rebanho, pois aftosa se combate, mesmo, é com vacina. VACINAR É INVESTIR.”*

A propaganda acima faz uma relação entre os saberes da experiência e a racionalidade científica, sendo que a última deveria prevalecer em detrimento da primeira.

Miranda analisa essa propaganda afirmando que:

O homem que representa o benzedor na gravura aparenta estar meio desolado, ao afastar-se do rebanho bovino. A maneira como o gado posiciona-se atrás do benzedor parece sugerir que o gado estaria “tocando” o mesmo, ou seja, conduzindo-o a ir embora.

Era comum nessa época a prática de levar o benzedor local às plantações e aos rebanho para que ele pudesse, por meio do ritual da benção, protegê-los de qualquer mal (pragas, falta de chuvas, doenças, etc.). A propaganda, promovida pelo Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, recorreu a uma prática usual entre os agricultores do período para identificar o “atraso” dessas crendices e difundir uma medida considerada racional e eficiente no combate à febre aftosa: a vacina. Os agricultores deveriam, portanto, “aposentar” o benzedor e demonstrar o seu “amor” pelo gado, vacinando-o.²⁰¹

A racionalidade da ciência e da técnica é, então, evocada com ares de total superioridade em relação aos saberes da experiência. É certo que a vacinação do gado contra a febre aftosa é de fundamental importância para o rebanho, entretanto, acredito que o tipo de apelo utilizado na propaganda seja desqualificador e, de certo modo, desmoralizador daqueles homens e mulheres que têm na reza uma forma de resolver os seus problemas práticos. Logo, o enfoque da propaganda tem um tom de desmerecimento dessas pessoas, que estariam “ultrapassadas” e “atrasadas”.

Os saberes acumulados, ou seja, as vivências, as crendices, são importantes, na medida em que têm um sentido na vida dessas pessoas. Por exemplo, a benção contra febre aftosa: muitos na zona rural ainda hoje acreditam na sua eficácia e não estão “fora do tempo”, isto é, dando valor a coisas superadas pela ciência, eles estão valorizando aquilo que para eles faz sentido, devido à forma como foram criados e como viveram as suas vidas.

É muita rica a experiência de vida desses homens e mulheres que sempre viveram suas vidas no campo e eles próprios têm consciência disso. Em minha conversa com Dona Carmem, quando perguntei se poderia citar o nome dela e o que ela me disse, no meu trabalho, respondeu:

Uai, que que é isso, não tem melhor honra, uai, desde quando nós, eu acho que o que eu falei aqui ou o Zildo [seu esposo] expriçô num tem mentira nenhuma, nem aumento, o que nós falou, nós até nem falou tudo da nossa vida, né, assim, das vivência de trabalho e tudo [...] Eu num tenho estudo, o Zildo ainda tem mais estudo, agora eu não, eu tenho experiência de vida, tem muitas pessoa estudada, que tem estudo e tem assim, um grau de estudo elevado, num sabe andar dentro do Uberlândia [...]”²⁰²

Dona Carmem sabe o valor que tem a sua vivência, os saberes que ela foi acumulando ao longo de sua vida que, para ela, podem ser mais eficazes que o estudo formal, tendo em vista que ela, sem ter estudado, consegue fazer coisas que pessoas que têm estudo não conseguem. Os saberes de pessoas como Dona Carmem têm muito a ensinar às outras, pois mesmo não sendo saberes sistematizados numa educação formal

²⁰¹ MIRANDA, op. cit., p.63-64.

²⁰² Carmem Martins da Silva, 67 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

têm eficácia na vida diária e ela relata isso ao dizer que fez um curso de plantas medicinais:

*Mais eu aprendi a fazer os chá, os xarope, mais os xarope que eu aprendi é aqueles xarope que a gente usa mesmo, pras gripe, daquelas erva que eu já sabia mais num tinha a prática, de, de, a quantia, né, que põe, mais eu já tinha, assim, uma certa experiência[...]*²⁰³.

Dona Carmem, como outros que viveram no campo durante toda sua vida, acumulam esses saberes. Por exemplo, essas pessoas dominam a utilização de ervas curativas e só não têm esse saber sistematizado como têm aqueles que estudam cientificamente essas ervas.

Esses homens e mulheres que vivem no campo preservam no seu dia-a-dia esses saberes, jeitos de fazer e formas de viver que são mantidas mesmo com a interferência de novos valores, o que não significa que tais saberes não sofram modificações, adaptações, reelaborações ao longo do tempo, uma vez que os sujeitos (re)significam suas vidas mediante as transformações que se processam na sociedade, modificações essas que interferem em suas vivências.

A intervenção que vem sendo discutida, feita mediante a inserção de tecnologias modernas, procurando dar um novo sentido ao campo, modificou a vida do homem do campo, pois a produção para a subsistência deixou de ser o objetivo das atividades agrícola e pecuária, sendo que os produtores foram incentivados a produzir cada vez mais para o mercado, especializando a sua produção.

A introdução desses novos valores, mesmo não tendo sido de todo abraçados pelos produtores rurais (em especial os pequenos, porque foram excluídos dessa transformação) de toda forma modificou a vida no campo. A produção passou a ser direcionada para o mercado e isso significou a transformação do seu sentido e também do próprio trabalho.

Esses produtores reordenam suas atividades, buscam trabalhos alternativos e vêem suas vidas diárias serem transformadas, o que pode ser percebido no afastamento dos vizinhos, nos filhos que preferem a cidade ao campo, na introdução de novos hábitos alimentares, na aceleração do tempo etc.

Na atualidade, as pessoas percebem o tempo de forma diferente, é como se ele estivesse passando mais rápido. O Seu Rubens, ao ser perguntado se sua vida é mais corrida, respondeu que:

Mais corrida, muito mais corrida.

Por que o senhor acha?

Não sei, mudou que eu não sei explicar, mais que é mais corrida é. O tempo ficou curto, eu num sei explicar mesmo essa parte aí porque, ficou muito curto o

²⁰³ Carmem Martins da Silva, 67 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

*tempo da gente, uai uma semana passa cê nem vê, num sei se é porque aumentou mais o serviço pra gente, de primeiro a gente tinha prazo, a gente falava vamos lá na cidade passear, não, hoje num tem prazo de passear, num tem nada. A vida é corrida, levanta cedo e é o dia intero mexendo.*²⁰⁴

Seu Rubens sabe que sua vida mudou e diz não conseguir explicar o porquê, mas ele próprio, de certa forma, arrisca uma interpretação dessa transformação: [...] “*num sei se é porque aumentou mais o serviço pra gente, de primeiro a gente tinha prazo*”. O excesso de trabalho talvez seja, para ele, a causa dessa *falta de tempo* que aflige não só a ele, mas à sociedade atual como um todo. O Seu Rubens produz milho para comercialização e também exerce a pecuária leiteira. Diante das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais como, por exemplo, o preço do adubo, da semente e também a baixa lucratividade obtida com a produção, acredito que o trabalho se torne mais estafante ainda, pois o produtor trabalha e não tem os retornos do seu esforço, só vê o tempo passando e a situação ir se agravando. Tendo que produzir para o mercado e não recebendo o retorno esperado esses produtores acabam precisando trabalhar cada vez mais e percebem, assim, que seu tempo passa cada vez mais rápido. Logo, eles não têm tempo para se dedicar a outras atividades como o passeio, tal como lembra Seu Rubens.

É curioso como essas transformações, no que diz respeito ao trabalho e ao tempo do homem do campo, interferem na sua própria religiosidade. O distrito de Martinésia é marcado por duas festividades religiosas, as comemorações em louvor a São João Batista e a Santos Reis.

A devoção a São João Batista conecta-se à história de fundação desse distrito. No alto de uma colina foi fincado um cruzeiro em cumprimento a uma promessa feita a São João Batista por uma senhora que tinha seu filho sofrendo de pneumonia. Esse cruzeiro tornou-se lugar de encontro para rezas, onde eram coletadas esmoladas para que fosse construído um barraco para abrigar as pessoas que para lá se dirigiam a fim de rezar. Assim, foi construída nesse local uma capela dedicada a São João Batista. O distrito de Martinópolis só foi criado em 1926, mas antes já havia algumas casas e comércio na sua área. Em 1943, o nome foi mudado de Martinópolis para Martinésia²⁰⁵.

As festas em louvor a São João Batista são um costume que permanece em Martinésia, mas falar em costume não significa que essas festas se realizem do mesmo modo que há 20, 30, 50 anos atrás. Muito pelo contrário, ao serem transmitidas pelas gerações elas foram sendo modificadas, uma vez que, sendo feitas pelas pessoas, essas

²⁰⁴ Rubens Vieira, 59 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

²⁰⁵ SILVA, Renata Rastrello e. **Memórias, vivências e festas religiosas em Martinésia**, 2004. 64f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2004, p.28-29.

festas sofrem acréscimos, reduções, enfim, inúmeras transformações são introduzidas, a fim de que elas continuem fazendo sentido para as pessoas.

Tradicionalmente, as festas de São João Batista eram comemoradas com a realização de uma novena, iniciada no dia 15 de junho e encerrada no dia 23. Nesses dias de novena, os participantes se reuniam para rezar o terço, participar da missa e logo após as orações era realizada a quermesse, constituída de comidas, bebidas e do leilão de prendas doadas pelos fiéis, tais como doces, verduras, bezerros, leitoas, galinhas, roupas, pratos assados, como leitoas e frangos etc. O dia 23 de junho é um dia especial que antecede a festa de São João Batista. Nesse dia é feita uma fogueira, na qual as pessoas batizam os filhos e também “levantam o santo”, ou seja, embalados pelo hino de São João Batista os fiéis introduzem uma bandeira, que tem estampada a imagem do santo, num longo mastro o qual é erguido sob gritos de “Viva São João Batista!” e também da queima de fogos de artifício. O dia da festa de São João Batista é 24 de junho. Nesse dia os fiéis seguem em procissão carregando o andor com a imagem do santo e depois acontece a quermesse.

Essa festa, como mencionado, passou por transformações na sua organização, por exemplo, no programa da festa, que era feito com os nomes dos casais que seriam novenários em cada dia e eram responsáveis por doar uma prenda para o leilão. Hoje, ele conta somente com os nomes das regiões e não mais das pessoas. Outra modificação se deu nos espaços da festa, uma vez que os leilões antes realizados no coreto, passaram a ser realizados no interior de um salão que existe ao lado da igreja, no qual as pessoas se reúnem.

E houve ainda a modificação nos dias da novena, antes, realizadas entre os dias 15 e 23 de junho, e que nos anos de 2005 e 2006 aconteceram durante três finais de semana. Seu Hélio Pereira Lima aprova a modificação: “*Junta mais gente, né, dia de semana tem semana que pode contar as pessoas que junta. No fim de semana fica bem melhor.*”²⁰⁶ Seu Duarte é outro que também acha que a modificação é benéfica:

[...] *de segunda até quinta não é fácil de reunir, o povo mora longe, a maioria, e os festeiros que ia, assim, segunda, terça.*

Não dava ninguém?

*Não, o movimento era muito ruim, é difícil, né, porque a pessoa trabalha todo dia, aí chega à tarde tê aquela obrigação de segunda até sexta, sábado, domingo, então os três final de semana ficou melhor, deu bem mais movimento.*²⁰⁷

²⁰⁶ Hélio Pereira Lima, 56 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²⁰⁷ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

Seu Hélio e Seu Duarte aprovam a realização das novenas nos finais de semana pelo fato de que sendo durante a semana o movimento era pequeno. Mas é aqui que está um ponto importante para ser discutido, uma vez que Dona Rosangela – nascida numa propriedade rural do distrito de Martinésia e tendo vivido nele até os seus 15 anos – lembra como durante sua infância e adolescência as novenas eram acompanhadas por sua família, assim como por muitas outras que residiam nas proximidades do distrito de Martinésia: [...]“*a gente não tinha carro, ia todo dia, todo dia pra novena, a gente ia a pé, é, meu pai e nós, todo mundo ia todo dia, a gente, os nove dias a gente participava das novenas.*”²⁰⁸

Desta forma, o que mudou na vida das pessoas que residem próximo ao distrito? Como lembra Dona Rosangela, as novenas eram acompanhadas os nove dias pelas famílias e, atualmente, pelas falas de Seu Hélio e Seu Duarte, pode-se perceber que elas não participam das novenas durante a semana, pois trabalham. Mas, antes, as pessoas também trabalhavam e, mesmo assim, participavam assiduamente das novenas. De tal modo, parece que os valores são, de certa forma, modificados, tendo em vista que o trabalho pode ter se tornado mais estafante, mais penoso, e as pessoas não se dispõem a participar da festa, já que estão cansadas, exauridas por ele, pois o trabalho é realizado em função das necessidades do mercado. Logo, o produtor, além de se preocupar com o sucesso da plantação, também tem que se preocupar se vai conseguir negociar a produção com valor satisfatório e gerar a renda necessária à família. Graziano da Silva evidencia as dificuldades que a pequena produção passa a enfrentar ao ser inserida no mercado:

*A pequena produção, conforme se vai inserindo na economia de mercado, passa a ter uma inferioridade cada vez maior em relação à grande propriedade, sendo obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham de modo a compensar essa situação desfavorável.*²⁰⁹

Seu Rubens salienta em sua fala essa relação entre o trabalho e a participação nas festas:

E a festa de São João, esse ano ela foi feita no final de semana, o senhor acha que é melhor?

*A gente, a gente tem de mudar, a tradição é muito melhor, quando era antigamente, mais como hoje o povo é mais ocupado, num tem tempo de saí, é mais difícil, então, do jeito que fez, nos fim de semana, a gente acha melhor.*²¹⁰

Nesse sentido, o tempo das pessoas é despendido na realização do trabalho e o lazer, a participação nas festividades religiosas acaba tendo que ficar em segundo plano. Assim,

²⁰⁸ Rosangela Rastrel e Silva, 44 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 07/08/2003.

²⁰⁹ SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.38.

²¹⁰ Rubens Vieira, 59 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

as transformações ocorridas nas relações de trabalho e nas formas de produção que ocorreram na sociedade brasileira vieram acompanhadas de uma modificação na vida diária das pessoas, o que Thompson procurou evidenciar ao trabalhar com a cultura dos trabalhadores nos séculos XVIII e XIX, na Inglaterra. Ele argumenta que a cultura deve ser analisada a partir das relações sociais, da exploração, da resistência: [...]“a ‘cultura popular’ é situada no lugar material que lhe corresponde.”²¹¹ Assim, é preciso colocar em discussão como as transformações são vivenciadas pelas pessoas, seja no trabalho, nas relações familiares, de vizinhança etc.

As festas religiosas não deixaram de ser realizadas, no entanto, os sujeitos as transformaram e transformam, a fim de que elas sejam realizadas de uma forma condizente com o ritmo de vida que elas levam.

Essa transformação também ocorreu com as festas de Santos Reis que são realizadas em Martinésia, uma tradição de longa data nesse distrito. Tradicionalmente, as comemorações de Santos Reis têm início no dia 25 de dezembro, quando acontece a “saída da folia”, uma peregrinação feita pelos foliões que lembra a procura dos Reis Magos pelo menino Jesus. Durante essa peregrinação, os foliões percorrem as casas recolhendo doações para a realização da festa e são precedidos de uma bandeira com a imagem dos Reis Magos contemplando o menino Jesus. A peregrinação termina no dia 06 de janeiro, dia de Santos Reis, no qual é realizada uma festa composta pelo canto da folia em direção ao presépio. Posteriormente, é servida a refeição aos participantes, depois reza-se o terço e os festeiros do próximo ano são coroados.

Assim como aconteceu com a festa de São João Batista, a de Santos Reis também foi modificada e uma das principais transformações é o dia da festa, isto é, ao invés de ser realizada do dia 06 de janeiro, tem sido feita no final de semana mais próximo a esse dia, o que agrada a uns e desagrade a outros:

O senhor tem costume de ir na festa de São João?

Eu vô todos os anos.

Esse ano parece que foi feita no final de semana.

Já faz uns três anos que eles, mudou o dia pra fazer final de semana, é uma coisa que eu discordo, mais a gente hoje num manda em nada. Eu acho que a festa, se é São João Batista ela tem que sê feita dia vinte e quatro. Se nós vamo fazer uma festa religiosa de Reis, por exemplo, que é nossa tradição aqui, nós tem que fazer ela dia seis de janeiro.

E também já estão mudando isso?

Já tá mudando, então, eu acho que o povo quer mudar uma coisa, um regulamento duma tradição que nós achou, eu acho isso muito errado. O certo é no dia, tanto que eu já fiz festa de Reis, praticamente umas quatro cinco vez, meus filho faz, eu tô no meio, mais eu, se for, este ano meu neto é festeiro, mais

²¹¹ THOMPSON, E. P. Introdução: costumes e cultura. In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.17.

*já exige, ela tem que sê feita no dia seis, quando, se tiver um dos meus filho, neto, tem que sê feito dia seis, eu não aceito mudar. Eu faço por devoção.*²¹²

A modificação dos dias das festas, se agrada ao Seu Duarte, ao Seu Hélio e a tantos outros, não agrada ao Seu João, que justifica o seu posicionamento mediante a tradição. Ao dizer “*Eu faço por devoção*” ele parece estar indo contra uma tendência, principalmente das festas de Santos Reis, que é a dimensão não religiosa que cada vez mais toma conta das festas, ou seja, as pessoas participam delas em função da comida servida, do baile, das bebidas que são vendidas e não pela devoção, o que causa esse desconforto em Seu João. Mas, o fato é que essas festas sendo realizadas nos finais de semana permitem maior participação, tendo em vista que as pessoas trabalham ou estudam.

Nesse sentido, o campo se modificou, não só nas relações de trabalho, nas formas de produção, mas também na vida diária do homem do campo, basta ver esse exemplo das festas religiosas que sofreram transformações a fim de se adaptarem a essa nova vida.

As relações de vizinhança foi outro aspecto que os moradores do campo viram se transformar. Seu Duarte salienta que continuam a existir laços de amizade, no entanto, os passeios nas casas dos vizinhos tornaram-se menos freqüentes:

*Não, a união, eu acho assim, continua a mesma, só que aquela freqüência de passeio, acho que depois da televisão a maioria fica em casa assistindo sua novelinha, então, se tem alguma festinha, reunião, é normal, a amizade é a mesma, né, só que as visitas ficaram mais distante.*²¹³

Dona Adelina também percebeu essa mudança:

*Porque hoje o povo parece que esqueceu ou num sei o que que tá passando entre o povo, porque não se faz mais visita, muito difícil, de primeiro era, domingo, assim, ia tudo visitar uns aos outro, agora hoje tá muito diferente, parece que encontra só quando encontra numa festa, num velório, ua coisa assim.*²¹⁴

Os encontros entre os vizinhos, como lembra Dona Adelina, parecem estar condicionados, hoje, ao acaso, “*encontra só quando encontra numa festa, num velório*”, uma vez que as visitas que eram realizadas nos finais de semana não acontecem mais: “*E acabou isso, uma que às vezes, esse negócio de visitar, engraçado, né, às vezes você vai na casa de um amigo você não deixa de atrapalhar ele em alguma coisa, às vezes quer sair, fazer alguma coisa, acabou isso.*”²¹⁵

²¹² João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

²¹³ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²¹⁴ Adelina Fernandes, 78 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²¹⁵ Francisco Fernandes Pimentel, 59 anos, entrevista realizada em sua residência no dia 26/07/2005.

A fala do Seu Francisco salienta um aspecto importante que hoje marca as relações interpessoais, o individualismo, expresso no medo de atrapalhar as pessoas que atualmente estão absolutamente concentradas em seus próprios interesses, daí o receio de que a visita cause constrangimento. A sociedade atual é marcada pelos valores individualistas e os que vivem no campo também estão inseridos nessa lógica, porque fazem parte dessa sociedade, na qual as pessoas “sofrem” de falta de tempo para si próprias, o que Jorge Riechmann considera uma “enfermidade cultural”. Esse autor lembra um ditado africano, o qual assinala que [...]“*todos los blancos tienen reloj, pero nunca tienen tiempo.*”²¹⁶ Nesse sentido, as pessoas não têm tempo para o estabelecimento de relações pessoais, expressas, por exemplo, por meio das visitas aos amigos que se tornam cada vez mais raras, uma vez que as pessoas ficam presas aos seus próprios afazeres e usam o seu tempo livre diante da televisão, como lembra Seu Rubens: [...]“*hoje o cara fica quieto, por exemplo, eu tem um empregado ali, ele tem televisão, tem tudo, então, hoje ele não sai de casa, ele fica mais quieto*”[...].²¹⁷

Perante as dificuldades que circunscreve as atividades agrícola e pecuária, atualmente, o desgaste dos produtores é maior, fazendo com que eles prefiram o sossego do lar que os passeios. Dona Regina salienta como os encontros e as reuniões para contar histórias foram deixando de existir: [...]“*e eu sempre falava, o Seu Augusto gostava de contar histórias pra nós de assombração e hoje tudo isso acabou, né, ninguém vai mais na casa de ninguém, a vizinhança cuida do seu servicinho pra lá.*”²¹⁸

As relações de vizinhança na cidade também se modificaram e hoje são cada vez mais pautadas pelo individualismo, pelo apreço à “privacidade”:

*A política da boa vizinhança, considerada por muitos como sendo primordial para um bom convívio social, especialmente, para a segurança da própria residência, nem sempre é vista com bons olhos por parte dos moradores. Adultos e jovens solteiros casados afirmam que não gostam de muito contato com os vizinhos, uma vez que isso pode comprometer a intimidade da família. Por sua vez, os mais idosos ou casais mais maduros continuam buscando se socializar com os antigos e novos colegas de bairro, acreditando que essa convivência seja saudável e benéfica em vários sentidos.*²¹⁹

Ocorre, então, uma transformação na sociedade, sendo que se tem uma busca pela “proteção” da vida familiar da interferência de outras pessoas, o que acaba por levar ao

²¹⁶ RIECHMANN, Jorge. **Tiempo para la vida**. La crisis ecológica em su dimensión temporal. Málaga, Es: Imprenta Montas, 2003, p.8.

²¹⁷ Rubens Vieira, 59 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

²¹⁸ Regina Helena de Oliveira Pimentel, 45 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 26/07/2005.

²¹⁹ Idosos valorizam mais a boa vizinhança. **Jornal Correio**, 05/01/2003, p.B-1.

isolamento. As classes médias e altas, por exemplo, se refugiam nos condomínios fechados que pregam a segurança, o conforto e a privacidade.

A sociedade contemporânea é marcada, então, pelos valores do individualismo, do imediatismo e do consumismo que arrasam as relações interpessoais, na medida em que o que prevalece acaba sendo os interesses próprios e, assim, é preciso correr contra o tempo, trabalhar para alcançar aquilo que é objeto de desejo, pois o poder de consumir tem movido as pessoas, o que não significa que essas tenham uma vida melhor, como lembra Wallerstein ao trabalhar com as contradições do progresso no sistema capitalista:

Talvez 85% das pessoas que vivem dentro da economia-mundo capitalista não tenham padrões de vida superiores àqueles das populações trabalhadoras do mundo há quinhentos ou mil anos. [...] De qualquer modo, as pessoas trabalham muito mais para se manter; provavelmente estão comendo menos, mas seguramente estão comprando mais.²²⁰

Ao incorporar tais valores capitalistas, a vida das pessoas foi sendo modificada e até o próprio tratamento entre pais e filhos se transformou, o que Seu João percebe e lamenta:

O senhor acha a vida hoje melhor que antes?

Bom, nuns pontos é, nuns ponto pra viver é, só a vida hoje é mais ruim, eu acho que, no meu tempo nós mandava na nossa família, agora nós num manda na nossa família mais, evoluiu demais, uma coisa passada pro meu jeito.

O senhor fala em relação aos filhos?

Com os filho, com tudo que há, a criação, é tudo diferente. Filho hoje num tem aquele modo que a gente foi criado, eu até hoje eu tô lá na cidade, sempre eu fico na casa da minha irmã, no fundo, pra dormir, mais eu levanto, não vou pra arrumar meus negócios na rua sem entrar lá dentro de casa, saber da minha mãe, saber como é que ela passou e tomar bênção, eu não saio. E hoje cê não vê, os filho chega perto dos pai e aquele jeito, o mundo evoluiu demais, eu acho muito esquisito, chega, em vez de pedir a bênção, oi, oi, e eu acho tão interessante o filho chegar perto do pai e pedir a bênção e ele Deus abençoa meu filho, eu gosto demais do respeito porque muita gente põe os filho pra estudar, muitos pai, não é todos, põe os filhos pra estudar, acha que os filho tá lá na escola tá aprendendo, ele não precisa dá educação de berço, mais leitura se não tiver educação do berço num, a leitura é perdida, a educação de berço vale mais do que papel²²¹

Seu João percebe a transformação que ocorre e tem ocorrido na sociedade, pois ele disse e repetiu que o mundo “evoluiu demais”, ou seja, as coisas mudaram e, na avaliação dele, para pior, uma vez que os filhos não respeitam mais os pais e um costume muito comum até há algum tempo, o de pedir a bênção para os pais, avós, tios, etc. está se perdendo e dando lugar a um tratamento menos respeitoso para Seu João, como um simples *oi*. Seu João ainda salienta outro aspecto que é a necessidade da educação formal estar aliada a uma “*educação de berço*”, que dê uma base familiar que ensine o respeito

²²⁰ WALLERSTEIN, I. Sobre progressos e transições. Um balanço. In: _____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.105.

²²¹ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

aos outros, ou seja, ele está evidenciando na sua fala a crise de valores que assola a sociedade atual.

A percepção e a análise de Seu João leva a pensar sobre o fato de que ele é um senhor de 77 anos que viveu toda sua vida no campo, mas que isso não significa estar isolado, muito pelo contrário, pois ele reconhece a transformação social, na medida em que ela não se dá só nas cidades, como muitas vezes se considera ao dar ao campo um status de lugar bucólico, idílico, puro, isto é, um lugar que estaria livre da corrupção humana, da interferência de valores capitalistas. Os moradores do campo, assim como os da cidade, vivenciam essa transformação de valores na sociedade, o que implica numa forma de viver que é diferente da de algumas décadas atrás e que será diferente das décadas posteriores.

Nesse sentido, o mundo não é mais o mesmo, logo, o campo também não é. Assim, uma questão que inquieta quem se debruça ao estudo desse espaço, hoje, é quanto ao futuro da terra, principalmente das pequenas propriedades, porque a tendência é crescente no sentido de que os jovens deixem o campo e busquem na cidade o seu futuro. E a terra dos pais, que destino terá? Essa incerteza marca as falas do Seu Francisco e de Dona Regina, sua esposa:

O que você espera desse futuro? Dos filhos?

Dona Regina: *Não espero grande coisa não.*

Seu Francisco: *Eu penso que os filhos não vai mexer com isso aqui não.*

Você acha que não?

Seu Francisco: *Eu penso que não.*

Dona Regina: *A gente não pode esperar muito, porque a tecnologia tá aí, a pessoa tem que estudar e procurar outros rumos.*

Seu Francisco: *A vida do produtor não é fácil, o produtor é que menos tem valor, assim, a gente não é dono do que faz, né, tudo o que faz você não põe preço, é o preço que cê acha, né.²²²*

Seu Francisco e Dona Regina não esperam que os seus dois filhos dêem continuidade ao trabalho com a terra, pois o futuro deles estaria no estudo e na busca de “*outros rumos*”, ou seja, a atividade agrícola e pecuária não é o caminho que os filhos pretendem tomar e também parece não ser o caminho sonhado pelos pais para os seus filhos, pois é com grande desalento que Seu Francisco narra o que é a vida do produtor rural. Este não tem valor e “*não é dono do que faz*”, na medida em que quem coloca o preço na sua mercadoria não é o produtor. O próprio Seu Francisco reclama da incoerência que existe na comercialização dos produtos agrícolas, pois o leite vendido

²²² Regina Helena de Oliveira Pimentel, 45 anos e Francisco Fernandes Pimentel, 59 anos, entrevista realizada na residência do casal, no dia 26/07/2005.

pelo produtor tem um preço baixo, no entanto, quando o consumidor vai ao supermercado comprar um litro de leite paga caro por esse produto.

A leitura que o Seu José Geraldo faz também não difere muito daquela feita por Seu Francisco e Dona Regina:

[...] aqui nasci, aqui vivo esses anos todos, eu costumo brincar como meu pai, isso aqui é pra dar inventário, meu pai sempre falava, isso aqui era pra dar inventário, quer dizer, pra ficar pros filhos. Então não sei no futuro que interesse que as minhas filhas terão por isso aqui, [...] então a minha terra aqui é tudo pra mim, é aqui que eu tenho a certeza, é o lugar que eu tenho pra mim viver e pra mim tirar a minha sobrevivência, [...]. E também tem aquela questão do amor mesmo, né, eu nasci aqui, né, então eu conheço praticamente cada palmo dessa terra, acho que tem até isso numa música, né, mas eu realmente conheço cada palmo dessa terra aqui, desse sítio.

A relação de Seu José Geraldo com a terra é, como ele mesmo salienta, de amor, pois nasceu e se criou nela, conhecendo cada pedaço dela e essa terra tinha para seu pai e tem para ele o sentido da herança, da transmissão ao longo das gerações. No entanto, ele, assim como milhares de produtores, especialmente os pequenos, não sabem se seus filhos darão continuidade ao seu trabalho, já que a atividade agrícola e pecuária, atualmente, para esses produtores, é de difícil realização, o que não desencoraja o Seu José Geraldo que, apesar de trabalhar na cidade, sabe do valor que a terra tem em sua vida como um espaço que, de alguma forma, lhe proporciona certa segurança e também referências sobre quem ele é.

Esse valor da terra passada ao longo das gerações também é enfatizado por Seu Hélio quando foi perguntado se achava que seus filhos continuariam o seu trabalho na propriedade rural:

Uai, vão, né, porque agora eles formaram, né, então, como a terra é pequena eles têm que sai pra poder fazer a vida, trabalhar fora, arrumar emprego.

Mas você acha que eles mantêm aqui?

Ah! Mantém. Isso lá em vem de pai pra filho, né, nós vai passando de geração.²²³.

Mas, apesar de acreditar que seus filhos manterão a propriedade que lhe pertence, ele reconhece, assim, como Dona Regina, a necessidade de que os seus filhos busquem alternativas de vida, arrumando um emprego. Assim, a propriedade talvez não seja para esses filhos o foco de sua atenção, tendo em vista a necessidade de trabalharem em outros lugares. A terra é passada de geração em geração, no entanto, os sentidos e os usos que se faz dela não são os mesmos.

²²³ Hélio Pereira Lima, 56 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

Seu Adolfo, apesar de não ser um pequeno proprietário, não faz uma interpretação muito diferente das que foram citadas anteriormente, pois, ao ser perguntado sobre o que ele esperava ao deixar a terra para os filhos, respondeu enfaticamente: *“Eu penso que é assim, você fecha o olho eles passa nos cobres, não sei não.”*²²⁴ Seu Adolfo até lembra que uma de suas filhas gosta muito da fazenda, no entanto, pela sua fala, parece que ele acredita ser difícil que as atividades exercidas nela sejam mantidas. Assim também é a análise de Seu Antônio quando fala de um de seus filhos que, apesar de gostar da terra, tem no trabalho na cidade o seu foco: *“Ele gosta de roça, mais ele tá certinho, porque isso aqui é só pra lazer, né, não é financeiro, ele tem que ganhar lá fora.”*²²⁵. Seu Antônio é outro que vê fora da terra o futuro dos filhos e, quanto à perspectiva futura da terra, acha que poderia ser simplesmente se tornar um lugar de lazer.

Desta forma, o que parece ser um sentimento comum entre os produtores rurais entrevistados é o desalento quanto às atividades agrícola e pecuária, apesar do amor, da valorização da terra como um bem capaz de lhe propiciar um modo de viver. Essas atividades foram, com o passar dos tempos, tornando-se difíceis para aqueles menos capitalizados, pois, como lembra Seu Duarte, os custos de produção aumentaram e a situação se agravou:

*[...] aumentou os encargos, por exemplo, pro cê produzir hoje é muito caro, os insumos, sementes, um saco de semente cê deve vender, por exemplo, um saco de semente de milho cê vai gastar aí 10 sacos do que cê colhe pra pagar um semente de 20Kg, então é complicado, né, é muito caro, os adubos também é tudo é caro, mais vai, né.*²²⁶

As atividades agrícola e pecuária tornaram-se dispendiosas para os produtores devido ao custo de produtos, tais como fertilizantes, inseticidas, adubos, corretivos, sementes, vacinas, enfim, uma série de produtos que são necessários ao exercício dessas atividades, mas cujo custo é alto mediante a renda que o produtor auferir com a produção, seja a lavoura ou a pecuária. Seu João lembra que para custear a lavoura que ele planta, a fim de manter um ritmo de vida no qual ele nasceu e se criou, tem que se desfazer de parte de seu rebanho, vender alguns bezerros para comprar adubo, semente etc.:

*[...] as primeira terra que eu comprei foi com dinheiro de arroz que hoje a gente num tira nem as despesa, naquela época a gente ganhava dinheiro pra comprar terra e hoje a gente num tira as despesa, a lavoura fica mais cara pra plantar ela do que o que ela produz.*²²⁷

²²⁴ Adolfo José de Almeida, 65 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²²⁵ Antônio José de Almeida, 62 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

²²⁶ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²²⁷ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

Seu João plantava arroz e milho para o consumo da família e comercializava uma parte dessa produção, tanto que, com a renda da venda desses produtos, ele conseguiu comprar terras, mas hoje, ele não vê nas atividades agrícola e pecuária a possibilidade de gerar renda capaz de proporcionar a compra de terras, uma vez que os custos da lavoura são, muitas vezes, maiores que a renda obtida com a venda da produção.

Essas dificuldades devem-se a diferentes fatores, tais como a falta de crédito, o custo dos insumos, a oscilação dos preços na hora da comercialização, o estabelecimento de regras como, por exemplo, a exigência do tanque de resfriamento de leite. Enfim, as atividades agrícola e pecuária foram se tornando de difícil realização para os pequenos produtores, os quais até tentam “modernizar” a base técnica de sua produção, no entanto, isso não significa que eles se tornem “produtores modernos” no sentido das grandes produções, da inserção em cadeias agroindustriais.

Entre os proprietários rurais entrevistados não existe mais a produção para subsistência, no sentido de criar os animais para consumir a carne e o leite, plantar o arroz e o feijão, antes estocados nas chamadas tuias. Eles produzem algo para comercializar e o que antes era obtido através das plantações próprias, hoje é adquirido no comércio, como lembra o Seu José Geraldo:

*[...] as famílias que moravam no campo, naquela época, dependiam, comiam o que plantava e colhia, né? Hoje é diferente, hoje, por exemplo, a coisa mudou muito, eu por exemplo, não tenho nem, já faz muitos anos que eu não me preocupo em estocar o arroz, né, que nós comemos ao longo do ano, não, isso você faz aquela compra normal todo mês, no supermercado, né? Naquele tempo não, as pessoas tinham que produzir e estocava, ensacado ou então na chamada tuia, né, então na época tinha que tá ensacando, levando onde tinha uma máquina pra poder tá limpando e tal. Então, são mundos diferentes, né?*²²⁸

O produtor não tem mais a garantia da alimentação produzida por ele. Hoje ele tem que exercer alguma atividade que gere a renda necessária à aquisição desses produtos.

Atualmente, para esses proprietários, a produção para o consumo se resume a hortas de fundo de quintal e à criação de alguns animais que produzem a carne e o leite. Dona Adelina, por exemplo, mantém esse tipo de plantação:

*[...] hoje tudo que vai criar pra levar pro mercado é muito, então, se não for com agrotóxico, tudo esse tipo de coisa num cria, e a gente pouquinho, né, pouquinho ocê cuida bem cuidado e não tem veneno, num tem nada, eu gosto muito mais das coisa natural*²²⁹

A manutenção dessas plantações tem, para Dona Adelina, a possibilidade de manter a qualidade da alimentação, hoje, muito afetada pelo uso excessivo de agrotóxicos.

²²⁸ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 19/06/2005.

²²⁹ Adelina Fernandes, 78 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

A produção para o consumo da própria família tornou-se, na maioria dos casos, inviável, devido às muitas dificuldades que cercam as atividades agrícola e pecuária, pois para plantar, o produtor necessita de um capital para a aquisição de insumos do qual ele não dispõe. Nesse sentido, para os mais velhos, a aposentadoria se tornou uma importante fonte de renda, que possibilita a aquisição desses produtos que antes eram produzidos na propriedade rural.

O fato de esses produtores produzirem para comercialização não significa que sejam “produtores modernos” nos moldes do agronegócio, mas são produtores que, frente à conjuntura de dificuldades, agem, lutam, buscam alternativas para gerar a renda necessária à família. Em Martinésia, a saída encontrada por muitos foi a produção de hortifrutigranjeiros e a pecuária leiteira.

Em resumo, o que ocorreu foi uma transformação da vida do homem do campo, tanto nos aspectos da produção, que hoje enfrenta os problemas que foram até aqui discutidos, quanto na vida diária dessas pessoas. Os produtores entrevistados não têm uma produção inserida em cadeias agroindustriais e nem têm uma produção altamente capitalizada, mas eles também não produzem mais para o consumo familiar. Entretanto, de alguma forma, eles exercem uma atividade que se insere no “mercado” no sentido de que comercializam sua produção, seja de leite ou de hortifrutigranjeiros, a fim de, a partir daí, gerar a renda que possibilita a compra dos produtos que antes eram produzidos na fazenda. Além desse aspecto, também os valores e as formas de viver se transformaram, na medida em que foram sendo reelaboradas pelos sujeitos ao longo da história, o que é visível nas modificações das festas religiosas e das relações de vizinhança, por exemplo, e essa mudança é narrada com muita propriedade pelo Seu José Geraldo, quando foi instigado a falar sobre sua trajetória de vida:

[...] o início, era um início muito difícil mas que a gente tem, assim, até saudade daquele tempo, era um mundo completamente diferente, a gente vivia de outra forma, você não tinha aí, sequer a energia elétrica, então, por consequência, muitas outras oportunidades que nós temos, né, através da energia elétrica, era na lamparina, depois quando chegou o lampião a gás já foi um sucesso pra nós, né? Mas era um tempo bom, um tempo em que os povos eram mais unidos na zona rural, tinha assim, aquela relação de amizade, de visita de família pra família na zona rural, nesses tempos, né? E com o passar do tempo hoje é diferente, normalmente quando chega uma pessoa, você logo já imagina o que que o meu amigo tá querendo, o que que essa pessoa tá querendo? Difícilmente as famílias hoje na zona rural se deslocam simplesmente pra uma visita assim, pra um bate-papo, né, como acontecia antigamente.²³⁰

Apesar de todas as dificuldades encontradas, permanecer no campo significa, para essas pessoas, manter certa liberdade. Seu Duarte, por exemplo, quando foi perguntado se pensava em deixar o campo, respondeu: “Não, não penso não, não vou dizer que tô

²³⁰ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 19/06/2005.

ganhando bem, entendeu, mais, mais livre.”²³¹ A liberdade também é uma das motivações de Dona Adelina para permanecer no campo, além de possibilitar a ela plantar, criar animais: “*Ah, eu gosto muito, assim, do ar livre, as planta, gosto de plantar, ver as planta bonita, criação, é isso, eu gosto muito.*”²³² Significa ainda poder continuar a fazer aquilo que fez ao longo de toda a vida: “*A gente é nascido e criado na fazenda, né, então, o que a gente sabe fazer é mexer com fazenda, então, prefiro ficar na fazenda, é pertinho de Uberlândia.*”²³³

Permanecer no campo é um desafio diante de todas as transformações que foram sendo provocadas nas atividades agrícola e pecuária, porém, é uma forma de manter um viver que, sem dúvida alguma, foi transformado, muitas vezes de forma positiva, como lembra Seu Francisco: “*Hoje o nível de vida de todo mundo subiu, hoje todo mundo tem um carrinho, televisão, telefone em casa.*”²³⁴. Outras vezes, de forma negativa, como lembra Seu Argentino com relação à agricultura: [...]“*não, não compensa, não tem jeito não, então eu descrentei, tem terra aí e é boa*”[...]”²³⁵. Mas o fato é que viver no campo tem um significado e um valor que faz com que esses pequenos proprietários enfrentem as dificuldades, encontrando suas alternativas e permanecendo, desta forma, no seu lugar.

²³¹ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²³² Adelina Fernandes, 78 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²³³ Hélio Pereira Lima, 56 anos, e entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²³⁴ Francisco Fernandes Pimentel, 59 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 26/07/2005.

²³⁵ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005,

CAPÍTULO 3 – CAMPO E CIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERAÇÃO

Ao falar de campo e cidade, muitos incorrem no erro de analisá-los como realidades dicotômicas, no entanto, o que é possível perceber ao investigar a dinâmica desses espaços é que existe uma profunda interação entre eles, a qual se dá de formas diferentes ao longo do tempo²³⁶. Nesse sentido, as contribuições de Raymond Williams são fundamentais para refletir sobre a relação campo/cidade, na medida em que, ao analisar a literatura e a história inglesa, ele afirma que: [...]“*a relação entre campo e cidade é não apenas um problema objetivo e matéria de história como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa*”[...]”²³⁷. As colocações de Williams inspiram a pensar essa relação a partir das pessoas, dos sujeitos que as vivenciam no seu dia-a-dia, uma vez que o campo e a cidade não são meros espaços geográficos, mas são realidades experimentadas pelos sujeitos, ou seja, campo e cidade se relacionam, seja por meio dos produtos agrícolas produzidos no campo e consumidos pelos moradores da cidade, por meio dos produtos e equipamentos urbanos utilizados pelo homem do campo, seja através de hábitos que percorrem viveres urbanos e rurais.

O campo passou a contar com “benefícios” antes tipicamente urbanos, como eletrodomésticos e eletroeletrônicos, mas também com os problemas advindos da cidade, como a violência, que hoje não é mais exclusiva do meio urbano, uma vez que é crescente o número de assaltos a fazendas, roubos de gado e de produtos estocados nas propriedades. Mas o campo também se faz presente no viver de muitos cidadãos que conservam um modo de viver muito ligado ao rural, preservando certos hábitos alimentares, maneiras de se relacionar, valores e concepções de mundo.

Então, campo e cidade se relacionam continuamente e se já houve um tempo em que, pelas falas dos proprietários rurais entrevistados, eles só buscavam na cidade aquelas coisas que não produziam no campo, como tecidos, sal etc., com o passar dos anos essa relação foi se intensificando, na medida em que a cidade, hoje, é importante até para adquirir os alimentos que, na maioria das vezes, não são mais produzidos no campo.

Essa interação campo e cidade pode também ser pensada a partir das populações que, mediante as dificuldades e problemas vivenciados no campo, como abordado no Capítulo 1, foram se transferindo para a cidade²³⁸. Esta, muitas vezes, não tinha e ainda

²³⁶ Para uma reflexão acerca da relação campo e cidade na história latino-americana, cf. SINGER, Paul. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In:_____. **Economia política da urbanização**, 7ªed, São Paulo: Brasiliense, 1980, p.91-113.

²³⁷ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade** - na história e na literatura. Trad.: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.13.

²³⁸ Cf. DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978, 251p. Neste livro a autora analisa grupos de origem rural que se estabeleceram na

não tem condições de infra-estrutura para receber esse contingente populacional que continua vivenciando na cidade a exclusão vivida no campo²³⁹.

A cidade, em muitos casos, não foi e não é capaz de atender às demandas de saúde, escola, moradia e principalmente trabalho, o que leva ao empobrecimento cada vez maior de grande parcela da população que passa a residir em bairros periféricos que não possuem a infra-estrutura mínima para possibilitar a seus moradores qualidade de vida, ou seja, não é capaz de atender aos seus anseios de melhoria de vida.

Mas, nem todos os que saíram do campo ficaram totalmente excluídos. Existiram aqueles que conseguiram se estabelecer, tiveram acesso à saúde, educação e emprego, no entanto, o fato de existirem aqueles que se deram bem não exclui o fato de que muitos continuaram numa situação de miséria e opressão.

A cidade de Uberlândia, louvada por suas elites como cidade ordeira e progressista, imagem muito divulgada na imprensa local, se contradiz com a cidade vivida por muitos, não só migrantes rurais, mas outros milhares de cidadãos que não vêem seus direitos sociais serem atendidos. A Uberlândia da imprensa e dos governantes parece ser outra, a cidade do sucesso, do empreendedorismo, mas nessa cidade vivia e ainda vivem muitos que não fazem parte da história de Uberlândia que é contada, a qual parece ser feita só “progresso”.

O problema da migração campo-cidade é colocado à sociedade e acaba sendo tema de conversas entre amigos, objeto de estudo de alguns pesquisadores e pauta de políticos, como é possível observar em um projeto de lei de autoria do deputado federal Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, em 1996:

cidade de São Paulo sem se esquecer que o processo de migração rural-urbana ocorrido, principalmente, na década de 1970, não ocorreu só em São Paulo, mas foi de “âmbito nacional” (p.22). E esse processo de migração, além de provocar aumento da população urbana, implica também na modificação dos modos de viver desse contingente populacional que se desloca para as cidades e é nesse sentido que o objetivo da autora é: [...]“analisar as transformações que devem ocorrer no comportamento e na cultura das populações envolvidas na expansão de um sistema que, se de um lado aumenta a pobreza e desagrega a base tradicional de existência das populações economicamente marginais, de outro incorpora percentagens crescentes dessa mesma população como mão-de-obra necessária ao seu próprio desenvolvimento. Não nos propomos estudar a migração rural-urbana como um processo abstrato de urbanização, que poderia ser pensado como aquisição de modos de vida próprios de qualquer cidade. [...] O que nos interessa investigar é a integração de trabalhadores rurais em sistemas urbano-industriais, na medida em que esse movimento representa o abandono de estruturas tradicionais e a incorporação em um sistema complexo e diferenciado, onde se realizam mais plenamente as formas de produção, relações e trabalho e modos de vida característicos da nova ordem social em emergência.” (p.9). Assim, a autora analisa como o viver das pessoas que deixaram o campo foi se transformando.

²³⁹ Essa saída do homem do campo é analisada como muita propriedade por Batista (2003) que problematiza as razões que levaram muitos a saírem do campo em busca de oportunidades na cidade de Uberlândia, nas décadas de 1970 e 1980. Ela analisa ainda a expectativa pela melhoria de vida na cidade de Uberlândia que muitas vezes não se concretiza, pois essas pessoas continuam vivendo, na cidade, uma situação de miséria e exclusão. Nesse sentido, ela analisa as vivências, as lutas, as reelaborações nos modos de viver desses migrantes rurais.

Na prática, o objetivo do referido projeto é o incluir na CLT dispositivo específico que estimule e permita ao empregador rural voltar a contratar trabalhadores para o campo, sem o risco de que, nos distratos trabalhistas, em cessão a esses empregados de moradia e respectiva infra-estrutura básica, de áreas para o plantio e criação, de insumos e ferramentas para produção e de outros benefícios espontâneos, passe a integrar o cálculo de seus salários para efeito de indenizações trabalhistas.²⁴⁰

A receita do projeto era simples: o fato de tirar dos trabalhadores do campo as indenizações pelas benfeitorias realizadas na propriedade e de outros direitos levaria mais de cinco milhões de famílias de volta ao campo, devido aos novos empregos que seriam criados com a retirada dessas indenizações. O programa foi divulgado com grande entusiasmo pela imprensa²⁴¹, mas ela própria já constatou a sua ineficácia²⁴², a qual se deve a algumas razões óbvias: os grandes produtores têm poucos empregados, pois utilizam maquinários e foram beneficiados pelo projeto ao ficarem livres das obrigações de indenização pelas benfeitorias; já os pequenos produtores, são poucos os que conseguem manter um empregado, mesmo estando livres dessas obrigações, visto que, na maioria das vezes, eles utilizam apenas o trabalho dos diaristas para serviços esporádicos.

Assim, a reversão da migração campo-cidade é usada como justificativa para retirar as poucas garantias que o trabalhador já tem, o problema daqueles que deixam o campo acaba mais uma vez não sendo resolvido e os empregos prometidos não são gerados. E mais, o programa é uma forma de não realizar a reforma agrária justa para que as pessoas pudessem retornar ao campo, pois com ele, elas voltariam, mas como empregados, logo, não teriam acesso a uma terra sua para produzir e gerar renda para sua família. Além disso, o retorno dessas pessoas ao campo, pensado pela elite, seria uma forma de retirar da cidade um contingente populacional não aceito como cidadão.

Assim, a migração campo-cidade é um problema que o homem do campo enfrentou e ainda enfrenta, tanto que ele é um tema recorrente no jornal, ao longo de todo o período pesquisado²⁴³.

²⁴⁰ Geração de empregos no campo. **Jornal Correio**, 29/05/1996, p.06.

²⁴¹ Cf., por exemplo, O projeto de Odelmo Leão. **Jornal Correio**, 21/04/1996, p.06; Lei para trabalhador rural é modificada. **Jornal Correio**, 31/08/1996, p.08; Governo moderniza leis trabalhistas. **Jornal Correio**, 16/10/1998, p.16; Empregos no campo poderão atingir 6 mi. **Jornal Correio**, 16/10/1996, p.16.

²⁴² Cf., por exemplo, A volta ao campo. **Jornal Correio**, 07/09/1997, p.06; Retorno ao campo. **Jornal Correio**, 23/10/1999, p.A-6.

²⁴³ O colosso mineiro - (I). **Jornal Correio de Uberlândia**, 24/02/1973, p.02; Estatuto da Terra. **Jornal Correio de Uberlândia**, 17/01/1974, p.04; Descumprimento da legislação provoca êxodo rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 23-24/08/1975, p.02; Raízes rurais da violência urbana. **Jornal Correio de Uberlândia**, 21/02/1980; Mais de 2 milhões de pessoas saíram de casa na esperança de uma vida melhor. **Jornal Correio de Uberlândia**, 06/08/1980, p.07; Governo lança em março o Programa da Casa Rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 25/02/1982, p.05; Minas desenvolve ações contra o êxodo rural. **Jornal Correio**, 16/10/1996, p.17; Objetivo é evitar o êxodo rural. **Jornal Correio**, 13/05/2000, p.A-7; Êxodo rural mantém esperança e saudade. **Jornal Correio**, 26/03/2006, p.

*Nos últimos trinta anos, a civilização ditou rumos decisivos para o Brasil. A população rural já não cresce mais. Em 1980 perto de 30 milhões de brasileiros estarão vivendo nos campos, número esse inferior ao de 1970. Como se vê a marcha da urbanização tende a crescer, concentrando nas cidades os maiores problemas e alongando as dificuldades em ritmo crescente.*²⁴⁴

Esse texto foi publicado na coluna *Opinião* do *Jornal Correio de Uberlândia* e parece contraditório, uma vez que o autor, ao dizer: *Nos últimos trinta anos, a civilização ditou rumos decisivos para o Brasil. A população rural já não cresce mais*, dá a idéia de que o fato da população brasileira não crescer mais é, para ele, um fator de progresso, de civilização, no entanto, na seqüência do texto ele menciona os problemas gerados por esse “desenvolvimento”, o que acaba por colocar em questão essa transformação da sociedade brasileira.

Ele apresenta o problema da migração campo-cidade e o da modificação da configuração populacional brasileira como sendo também urbano, pois se os motivos que levam as pessoas a saírem do campo se devem a fatores ligados à dificuldade de produção, aos custos elevados dos insumos, à perda da terra, isso se torna um problema da cidade também, pois ela é o destino dessa população. Esse artifício de justificar os problemas da cidade pela migração, significa retirar dos governantes o seu compromisso com a melhoria das condições de vida das pessoas, seja em que lugar for, pois as pessoas migram, nessa concepção, porque querem, porque estão em busca de algo e não porque são forçadas a isso.

Esse caráter da migração como problema tanto do campo quanto da cidade, aparece em diferentes momentos, por exemplo, nessa reportagem citada anteriormente, que é da década de 1970, e em outra que é da década de 1990:

*Para atacar de frente a questão social nas cidades brasileiras, é preciso começar com o programa de modernização e desenvolvimento do meio rural – propôs o economista; “sem isto não se acabará com os guetos de pobreza e miséria, pois a cidade padece com os seus guetos exatamente porque a miséria se mantém dramática no campo” diz ele.*²⁴⁵

Parece que a culpa pelos problemas da cidade é do campo, no entanto, a questão não está em procurar os culpados pela situação de miséria em que vivem muitos moradores das cidades, mas sim, em buscar soluções para os problemas deles e também dos moradores do campo. No entanto, o que vislumbramos na sociedade é que nem os problemas do campo nem os da cidade são resolvidos de forma satisfatória por aqueles que foram eleitos para isso e o que acaba acontecendo é que muitos desses dilemas se transformam em pautas para eleger dirigentes que se comprometem em fazer algo, mas ao

²⁴⁴ Sociedade de serviços. *Jornal Correio de Uberlândia*, 16/05/1973, p.02.

²⁴⁵ Fim da miséria no país teria custo de US\$28 mil. *Jornal Correio de Uberlândia*, 05/08/1990, p.A-3.

serem eleitos pouco fazem. Faltam políticas efetivas para o campo que permitam às pessoas permanecer nele e faltam políticas sociais de geração de emprego e renda para aqueles que vivem nas cidades.

A migração campo-cidade não é um problema somente das décadas de 1960 a 1980, ela ainda hoje continua atingindo as populações rurais, pois as dificuldades de viver no campo têm feito cada dia mais com que os jovens, principalmente, deixem o campo e se dirijam para a cidade na tentativa de um futuro melhor, o que para alguns se concretiza, mas não para todos. No capítulo 2, discuti como essa tendência é percebida pelos proprietários rurais do distrito de Martinésia que vêem seus filhos indo para a cidade e deixando aos pais a dúvida com relação ao futuro de suas propriedades e do trabalho com a terra.

Em conversa com Neila, filha do Seu Duarte, uma jovem de 24 anos que há 06 vive na cidade de Uberlândia, quando instigada a refletir sobre a sua trajetória de vida ela fez o seguinte comentário:

*[...] daí eu precisei ter forças e também ter coragem de vim pra Uberlândia, porque não é fácil você sozinha deixar sua família, sua casa pra vir, mas os motivos que eu tinha é que eu sentia que a minha vida não tinha sentido lá, embora eu goste muito de zona rural, me adaptei a viver em zona rural, eu tinha necessidade de conhecer o mundo também, de ver, de se encontrar, né, então você busca algo diferente.*²⁴⁶

A jovem Neila veio para a cidade de Uberlândia trabalhar e estudar. Ela é aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia e interpreta sua saída do campo, por volta dos 18 anos, como a busca por um novo sentido para sua vida, pois o viver no campo, apesar de ser algo que ela gosta (tanto que ao longo da entrevista ela sempre menciona as razões que fazem com que o viver no campo seja bom), não lhe proporcionava mais a satisfação, que foi buscada na cidade. No decorrer da entrevista, ela evidencia com mais clareza o porquê dessa busca da cidade:

[...] eu queria realmente ter uma renda diferente aqui [cidade], trabalhar aqui, estudar e futuramente eu penso em voltar pra fazenda, trabalhar na cidade [...] e ter um cantinho pra mim na zona rural [...] eu não consigo ficar em cidade, por exemplo, é, o ano inteiro sem ter algum local, assim, que tem meio-ambiente, natureza pra poder ir, se não é mais complicado, isso.

Você pensa em morar no campo e trabalhar na cidade ou o campo é só para descanso, um lugar para ir nos finais de semana?

Ou pra descansar finais de semana, como a gente vai sempre passar o final de semana com meus pais, com meus avós que estão lá. Ou ter uma outra renda, uma segunda renda também na zona rural, porque eu penso assim, pra você tirar renda da zona rural pra se manter e manter os filhos é muito complicado, você tem que ter uma segunda renda para investir na fazenda, então eu penso em trabalhar na docência superior [...] e depois que eu tiver com a minha vida

²⁴⁶ Neila Fernandes Justino, 24 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 16/08/2006.

*financeira um pouco mais estabilizada eu penso em ter uma terra pra mim, pra mim produzir as coisas que eu gosto de produzir, entendeu?*²⁴⁷

O que Neila traz em sua fala é que a vida no campo tornou-se insustentável, a ponto de ter que buscar outra fonte de renda além da fazenda, e a tão sonhada volta ao campo está condicionada a uma vida financeira mais estável que só é possível ser obtida na cidade. Logo, só depois dessa estabilidade é que é possível ir novamente para o campo.

Parece haver uma diferença entre a relação que os pais estabelecem com a terra e a que os filhos mantêm, pois, devido às dificuldades de se continuar produzindo no campo e à falta de perspectivas de um futuro promissor no campo, muitos jovens passam a ter na terra o lugar do passeio no final de semana ou o lugar no qual só no futuro poderão voltar a viver. No entanto, não são todos os jovens que saem do campo e vão para a cidade. Se existem aqueles que deixam o campo, também existem aqueles que permanecem e dão continuidade ao trabalho dos pais na atividade agrícola e pecuária, buscando alternativas para que esse permanecer seja possível.

Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay, ao analisar o fenômeno do êxodo rural, no Brasil, da década de 1950 até a primeira metade da de 1990, apontam uma tendência recente que é o envelhecimento e a masculinização da população rural brasileira²⁴⁸, ou seja, cada vez mais os jovens têm deixado o campo em busca de trabalho nas cidades. Assim, esses autores salientam a importância desse fenômeno, o êxodo rural, que [...]“*é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Os anos 90 não arrefeceram em muito esta tendência.*”²⁴⁹ Ainda segundo esses autores, as regiões Sul e Sudeste, já na década de 1990, estavam vivenciando uma queda nas taxas de saída do homem do campo e a região Nordeste passou a ser a que mais sofre com a expulsão da zona rural, no entanto, esse não deixa de ser um fenômeno significativo, principalmente se levarmos em conta que na região Sudeste, por exemplo, já é pequeno o contingente populacional que ainda vive no campo.

Nesse sentido, o campo, como vem sendo tratado, tem passado por modificações constantes ao longo do tempo e se é grande a quantidade de jovens que saem do campo em busca da cidade, também é relevante o número de pessoas mais velhas que, após conquistarem uma estabilidade financeira, principalmente depois de se aposentarem, se mudam para o campo em busca de sossego e tranquilidade. Muitos acabam exercendo

²⁴⁷ Neila Fernandes Justino, 24 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 16/08/2006.

²⁴⁸ CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p.2.

²⁴⁹ Ibidem, p.1.

alguma atividade agrícola e pecuária, mas em vários casos, ou é só para o consumo próprio ou uma pequena quantidade a título de complemento da renda, tendo em vista que essas pessoas têm uma renda que provém do trabalho na cidade e as atividades no campo não são estritamente necessárias ao seu sustento. Essa busca do campo após a estabilização financeira é o desejo expresso pela jovem Neila.

O campo, desse modo, passa a ter valores e significados diferentes, uma vez que há uma tendência recente que o transforma em lugar de moradia para os mais velhos, em espaço de lazer, sendo um lugar de turismo, mediante a exaltação desse espaço como bucólico e idílico. Maria José Carneiro, ao analisar as novas ruralidades em construção a partir das transformações do viver no campo, afirma que:

Novos valores sustentam a procura da proximidade com natureza e da vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições vida nos grandes centros. O contato com a natureza é valorizado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida, e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço ou mesmo opção de residência.

Essa busca pela natureza e o desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo toma a forma do turismo, transformando o ritmo de vida local. Pequenas pousadas são construídas e tendem a substituir, em grau de interesse e em rendimento, a unidade de produção agrícola que nela funcionava. A agricultura, nesses casos passa a ser um complemento, muitas vezes voltada para a manutenção da família e dos hóspedes, e um bem de consumo ao garantir o clima “rural” desejado pelos turistas.²⁵⁰

Assim, o campo vem sendo apropriado pelas camadas mais privilegiadas da sociedade de uma outra forma: como o espaço do ecoturismo, do descanso nos finais de semana, já que a cidade não oferece sossego e tranqüilidade. Logo, a busca do campo se dá em virtude dessa necessidade que as pessoas têm de descansar, de *desacelerar* o ritmo alucinado da vida cidadina.

Dona Maria Esmeraldina, 55 anos, nasceu numa propriedade rural do distrito de Martinésia e há 34 anos vive na cidade de Uberlândia. Ela, depois da morte de seu pai, herdou um pedaço de terra e adquiriu as partes de mais duas irmãs, ficando assim com três alqueires de terra em Martinésia que se tornaram para ela e sua família um espaço de lazer. Como ela mesma diz, o que é produzido lá é para o consumo próprio, às vezes vendem gado, mas o centro é a produção só para o consumo. Quando perguntei a ela a importância da terra, respondeu: [...] “*aquela terra lá, aquilo assim é uma coisa que, aquele pedacinho lá eu pretendo, a gente pretende nunca vender, ir passando pros filhos,*

²⁵⁰ CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Anais** da XXXV Reunião Anual da Sober. Natal-RN, 1997, p.3.

depois pros netos e se possível adquirir mais pra preservar, nunca deixar acabar.”²⁵¹ A terra tem, para Dona Maria Esmeraldina, o valor da preservação de um viver, ou seja, esse pedaço de terra permite a ela vivenciar, ao menos esporadicamente, algo que fez parte de sua vida até por volta dos 20 anos de idade, quando veio pra cidade. Assim, o campo é exaltado por ela como lugar bucólico, que lhe proporciona momentos mais tranquilos, longe da rotina desgastante da cidade.

Os distritos do município de Uberlândia - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuira - aparecem na imprensa local como lugares bucólicos e idílicos, ou seja, são exaltados pela tranquilidade, pela vida mais pacata que proporciona aos seus moradores. Esta imagem vai ao encontro dessa exaltação de um campo que possibilita o descanso da correria das cidades, já que eles se localizam na área rural do município e a população das vilas distritais têm uma ligação muito estreita com o campo, não só como lugar de trabalho, mas também com relação aos valores, aos modos de viver. Essa imagem de tranquilidade é evocada em uma reportagem do *Jornal Correio*, intitulada *Cruzeiro dos Peixotos e do Sossego*, ou seja, o próprio título já dá uma idéia da concepção que orienta a reportagem:

*Tranqüilidade, segurança e contato com a natureza a menos de 20 minutos do Centro da cidade. Não se trata de propaganda de condomínio horizontal, mas de algumas das vantagens que têm levado muitos uberlandenses a fixarem residência no Distrito de Cruzeiro dos Peixotos. O lugar vem sendo escolhido, também, por pessoas interessadas numa casa de veraneio, onde possam passar os fins de semana com a família e os amigos. É o sossego de uma pequena comunidade aliado aos recursos de um grande centro urbano.*²⁵²

Essa reportagem fala da experiência de pessoas que ou se mudaram para o distrito ou compraram nele uma casa de veraneio e ela evidencia esse aspecto de vida mais pacata proporcionado pelo distrito, a “*pequena comunidade*” que pode se beneficiar do “*grande centro urbano*” que é a cidade de Uberlândia, devido à proximidade com ela, cerca de 30 quilômetros. Essas imagens reforçam uma visão dicotômica cidade/distritos, pois a primeira é o lugar da correria, mas é também o lugar da modernidade, do progresso, enquanto o segundo é o lugar do sossego, da paz.

Uma reportagem divulgada no ano de 1994 sobre o ônibus que na época fazia a linha Uberlândia/Cruzeiro dos Peixotos/Martinésia é um relato ainda mais contundente dessa imagem que se divulga sobre os distritos. A seguir, cito um trecho que, apesar de longo, acredito ser significativo para refletir sobre o tema que venho tratando:

Viajar para os antigos e aconchegantes distritos de Uberlândia [...] pode ser um ótimo passeio pelos recantos ainda “abençoados” pela mata nativa de cerrado,

²⁵¹ Maria Esmeraldina de Almeida, 55 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 25/07/2005.

²⁵² Cruzeiro dos Peixotos e do sossego, *Jornal Correio*, 23/01/2005, p.B-1.

através de uma estradinha asfaltada repleta de curvas e paisagens exuberantes, como um horizonte de montanhas azuis que contorna a região plana da cidade e seus edifícios. Velhos conhecidos se encontram, trajando, na grande maioria das vezes, roupas simples. Conversas de compadres sobre terras boa para pastagens e plantações, cabeças de gado vistosas pastando indiferentes ao barulho de um motor de ônibus velho, muito acostumados aos caminhos que levam ao passado. E fazer essa viagem de pouco mais de uma hora é assim... voltar ao tempo dos casarões erguidos em 1930, rever as pessoas na calma do interior, fazendo sabão de bola no quintal, à sombra de generosas árvores e crianças brincando na praça, ouvindo suas gargalhadas ecoar devagar pelo vento que passa calmo.

[...]

Enquanto isso vai passando rápido a paisagem de terra vermelha tombada, pequenas plantas que despontam no terreno plantado, velhas árvores que se mantiveram no percurso cortado pelo asfalto preto, pintado com uma longa faixa amarela. E passam bicicletas com conhecidos fazendeiros acenando para os companheiros que aderiram a modernidade. São botinas e botas, chapéus, canivetes, chinelos de dedo com meias furadas e velhas mochilas é gente tranqüila que desconhece a pressa da cidade grande e optou pela conservação de um pedaço da história.²⁵³ (grifos meus)

Essa reportagem traz elementos muito ricos para a reflexão. Um dos pontos fundamentais é a evocação dos distritos como lugares do passado: “*antigos e aconchegantes distritos de Uberlândia*”, “*caminhos que levam ao passado*”, “*voltar ao tempo*”, “*conservação de um pedaço da história*”. Da forma como são tratados parece que eles pararam no tempo e seu valor se deve justamente ao fato de estarem no passado, num tempo remoto, e assim se escamoteia as dificuldades enfrentadas pela população desses distritos e, de certa forma, se justifica o seu esquecimento pelo poder público, pois eles são bons justamente porque são assim, lugares do passado, e os problemas do presente acabam não sendo resolvidos. A reportagem ainda exalta poeticamente uma realidade que pode estar relacionada às dificuldades financeiras que muitos moradores dos distritos enfrentam, pois fala das “*meias furadas e velhas mochilas*” como “elementos” dessa paisagem rústica e, assim, não se toca na questão de que esse pode ser um problema resultante de uma situação de miserabilidade, de desemprego ou de subemprego.

Essa imagem tranqüila dos distritos pode levar ao pensamento de que são lugares perfeitos para se viver, como se eles não tivessem problemas, no entanto estes aparecem mesmo nas reportagens que pregam essa vida bucólica:

Martinésia é um distrito de Uberlândia, localizado a 30 quilômetros do centro da cidade. O asfalto da estrada foi a maior conquista dos moradores. No arraial – como é chamado por seus habitantes –, o tempo parece ter parado nas décadas de 20 e 30. São casarões antigos e gastos pelo passar lento das horas, nestes mais de 70 anos de história. O silêncio no distrito somente é cortado por uma fala distante de algum morador – raro de se ver nas ruas de terra – ou pelo vento que levanta a poeira, quando passa pela rua central.

²⁵³ Ônibus faz diariamente uma viagem no tempo, **Jornal Correio do Triângulo**, 06/11/1994, p.7.

Tudo parece lento naquele lugar. A vida sossegada ainda é preservada sadia, nas hortas das casas, com criação de galinhas à moda caipira, verduras frescas e hortaliças, além de muita árvore frutífera que cobre de sombra os quintais.

[...]

No distrito não falta água (de poços artesianos), luz, telefone e televisão. O grande problema para os moradores é a falta de esgoto.²⁵⁴

Mesmo de uma forma que tenta colocar os problemas como menores diante dos “benefícios” desse lugar, eles estão presentes na vida dessas pessoas:

Para Maria Januária e Valda Martins Januário, no distrito falta quase tudo. Elas afirmaram viver lá há mais de 40 anos sem esgoto, sem policiamento e sem atendimento eficiente na área de saúde. [...] A poeira é o grande problema para os moradores. [...] O pessoal mais jovem reclamou da falta de atividades culturais e de lazer no distrito²⁵⁵.

Passados alguns anos da veiculação dessas reportagens, os problemas do esgoto, do policiamento e da poeira já foram solucionados, no entanto, outros permanecem, como a deficiência no atendimento médico, os poucos postos de trabalho oferecidos aos moradores dos distritos, as poucas opções de lazer que incomodam principalmente aos jovens, faltam serviços como agências bancárias, lotéricas e um comércio mais diversificado.

A vida dos moradores do distrito de Martinésia melhorou também em outros aspectos e um deles foi a facilidade de deslocamento até a cidade de Uberlândia, com a pavimentação da Rodovia Municipal Neuza Rezende, a RM-090, em 1987. O contato com a cidade de Uberlândia foi, com o passar dos tempos, se tornando cada vez mais necessário, na medida em que os alimentos que antes eram produzidos na fazenda passaram a ser comprados, na maioria das vezes, na cidade, onde também se buscam maquinários, fertilizantes, remédios para o gado, são pagas as contas de água, luz e telefone, se realizam as transações bancárias.

Muitas vezes as obras que são realizadas pelas administrações públicas aparecem como se fossem favores concedidos à população pela vontade e atitude desse poder instituído. Entretanto, a população reivindica e participa de forma ativa nessas conquistas de melhorias. No caso da pavimentação da RM-090, a população beneficiada por essa obra, além de discutir a sua importância, esta sendo ponto de pauta de reuniões dos Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Rural, também doou o cascalho para a concretização dessa obra: “*O D.E.R. vai fazer o trabalho de sub-leito e leito da estrada. A prefeitura vai colocar o asfalto. Os moradores vão doar o cascalho.*”²⁵⁶

²⁵⁴ Cruzeiro marca o tempo do silêncio em Martinésia. **Jornal Correio do Triângulo**, 20/06/1993, p.10.

²⁵⁵ Falta de infra-estrutura tira o sossego de Martinésia. **Jornal Correio do Triângulo**, 19/04/1994, p.10.

²⁵⁶ Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia. **Livro de atas n°01**, 15/10/1986, p.21.

Essa obra foi alardeada como um grande benefício concedido pela administração municipal a esses distritos, mas há que se lembrar que todo tipo de melhoria implementada pelo poder público é feita mediante a demanda da população que, algumas vezes, consegue ter suas reivindicações atendidas, como foi o caso da pavimentação da rodovia, um tema discutido nas reuniões dos Conselhos Comunitários e, sem dúvida alguma, em conversas entre os moradores. Assim, a pavimentação da RM-090, feita durante a gestão do prefeito Zaire Rezende (1983-1989), foi realizada pela parceria entre o DER-MG (Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais), a Prefeitura Municipal de Uberlândia e os beneficiados pela rodovia, os distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos e a comunidade rural de Sobradinho.

Apesar de todo o marketing político feito pela realização dessa obra de pavimentação²⁵⁷, o fato é que ela efetivamente contribuiu para a melhoria da vida dos moradores dos distritos e comunidades que estão nas margens dessa rodovia. Quando perguntei ao Seu Rubens se o fato da rodovia ser pavimentada facilitava a sua vida, respondeu: *“É muito melhor, né, mais fácil pra gente trabalhar. Era terra, né, estrada muito ruim, hoje a rodovia é muito boa hoje, você sai daqui, dentro de meia hora você está dentro da cidade, rapidinho.”*²⁵⁸ Seu Rubens salienta a importância da rodovia estar pavimentada, pois ele vai praticamente todos os dias para Uberlândia, como ele afirma, a fim de comprar remédio, buscar um veterinário ou uma peça para um trator, ou seja, o que falta na propriedade ele vai até a cidade *“rapidinho”* e busca. Por isso, ele evidencia esse aspecto da agilidade proporcionado pela pavimentação da rodovia.

Seu Argentino, quando perguntado sobre a importância da pavimentação, enfatiza que ela possibilitou o escoamento da produção de forma mais satisfatória, pois a estrada de terra fazia com que as verduras colocadas no caminhão fossem caindo pela estrada, além disso, o desgaste dos veículos era maior. Seu João também salienta o quanto a vida melhorou com a estrada pavimentada:

Claro que melhorou, tinha vez da gente sair daqui com o caminhão carregado, ficar o dia inteiro na estrada, você lembra de ver contar que o Ronan que era leiteiro daquela época, entrava na rua de Martinésia. Teve dia de nós perder o caminhão todinho de leite porque encravou na frente do curral do Valdivino ali e não conseguimos sair, ficamos o dia inteiro lá, num conseguimos a sair, foi marrando trator...perdeu um caminhão de leite todinho. Então, facilitou, hoje nós num tem encravador, nós gastava quais um meio dia pra sair, das estradas ruim pra chegar no Berlândia, hoje a gente vai em vinte e cinco, trinta minuto.

²⁵⁷ Cf., por exemplo, Início das obras de asfaltamento da estrada municipal 090. **Jornal Correio de Uberlândia**, 13/01/1987, p.03; Melhorias para o setor rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 03/04/1987, p.01; Pavimentação na estrada Uberlândia / Martinésia. **Jornal Correio de Uberlândia**, 31/07/1987, p.01; Rodovia Martinésia / Cruzeiro dos Peixotos é recebida com festa. **Jornal Correio de Uberlândia**, 20/10/1987, p.02.

²⁵⁸ Rubens Vieira, 59 anos, entrevista realizada em sua residência no dia 28/10/2005.

Os transtornos decorrentes das péssimas condições da estrada foram solucionados com a pavimentação da RM-090, ou seja, pelo menos esse problema foi solucionado e, passados quase vinte anos, a rodovia encontra-se em excelente estado de conservação. Isso tem possibilitado um acesso mais tranquilo à cidade de Uberlândia, o qual foi também facilitado pela implementação de uma linha de transporte coletivo que faz parte do Sistema Integrado de Transporte (SIT), em novembro de 2000. Até essa data o transporte dos moradores dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos era feito por uma linha de ônibus da Transcol, com apenas duas viagens por dia. Esse transporte foi discutido em reunião realizada com o então prefeito municipal, Zaire Rezende, e também no Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia. Em reunião realizada em junho de 1989, um ex-presidente desse conselho lembrou que era necessário que se fizesse:

*[...] um pedido ao secretário de serviços urbanos de Uberlândia no sentido de reformular a linha da Transcol que serve na ligação: Uberlândia – Cruzeiro dos Peixotos – Martinésia – Pontal, aos domingos, objetivando facilitar a vida das pessoas em seus deslocamentos da zona rural para a cidade e vice-versa.*²⁵⁹

Pela fala acima citada é possível dizer que o deslocamento Martinésia/Uberlândia não estava sendo realizado de forma satisfatória, o que é reforçado pela fala de uma moradora do distrito em outra reunião do Conselho que evidencia a necessidade que: [...]“*o CODERM [Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia] interceda junto a Transcol para que os horários de ônibus sejam cumpridos.*”²⁶⁰. Assim, a discussão desse problema da linha de ônibus coloca em questão o fato de que o deslocamento até a cidade era algo necessário para os moradores do distrito. A implementação da linha D-280 (Martinésia/Cruzeiro dos Peixotos/Uberlândia), se não resolveu todos os problemas dos moradores, tendo em vista que eles reivindicam mais horários, por outro lado possibilitou a muitos deles estudarem e trabalharem em Uberlândia e também permitiu o acesso a alguns benefícios, como a isenção do pagamento de passagem para idosos e portadores de necessidades especiais e o desconto do passe escolar para os estudantes.

A implantação da linha de ônibus D-280 abriu a possibilidade para que os filhos de Seu Hélio continuassem estudando em Uberlândia, mas morando na propriedade rural. Segundo a esposa de Seu Hélio, antes da implantação, os filhos ficavam em Uberlândia, mas logo que foi implantada a linha eles voltaram a viver no campo, ao lado dos pais. Isso

²⁵⁹ Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia, **Livro de atas nº01**, 09/06/1989, p.37

²⁶⁰ Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia, **Livro de atas nº01**, 09/06/1989, p.49.

evidencia como a valorização do estudo, o qual tem sido muito incentivado pelos pais que vêem nele a possibilidade de uma vida melhor para seus filhos, não exclui a valorização do viver no campo, tanto que Seu Hélio, ao ser perguntado se tinha empregado na fazenda, disse: “*Não, [...] Eu mais os meninos é que mexe*”²⁶¹, ou seja, os filhos participam do trabalho na propriedade. Assim, o fato de buscarem a cidade para estudar não significa que esses jovens desprezem os valores, os viveres que o campo proporciona, levando a refletir sobre a necessidade de não tratar campo e cidade como dicotômicos, uma vez que eles interagem e se relacionam no viver das pessoas.

Ao mesmo tempo que a presença do ônibus é reivindicada como possibilidade de acesso à cidade, acredito que também significa a possibilidade de permanecer no campo. Os filhos do Seu Hélio, por exemplo, não deixaram o estudo na cidade, mas também não abriram mão do viver na propriedade rural, o que acontece também com Maria Juliana, filha do Seu Francisco e de Dona Regina que chegou a morar um ano em Uberlândia, mas voltou a viver com os pais no campo. Ela levanta às cinco da manhã, vai para Uberlândia, estuda até às 10 horas e 40 minutos, almoça, trabalha das 12 às 18 horas e só depois vai para casa. Apesar de viver no campo, ela mantém com este uma relação diferente, pois quando lhe perguntei se ela vivia no campo porque lá era a casa dos pais ou se o fato dessa casa ser no campo a incentivava ainda mais a permanecer no lugar, respondeu: “*Não, é por ser minha família. [...] tanto que nem lá fora eu vou, entendeu? Eu sou urbana, meu pai fala que eu sou urbana, mas eu venho pra cá por causa deles.*”²⁶² A fala da jovem Maria Juliana coloca em evidência como o fato de morar no campo não implica necessariamente uma relação com plantações, animais, ou seja, demonstra mais uma vez como analisar a interação campo e cidade é complexa e tem-se tornado cada vez mais uma questão complicada, na medida em que, como a jovem mesma afirma [...] “*as coisas na fazenda, na zona rural estão precárias*”[...]²⁶³, o que faz com que os jovens cada vez mais busquem a cidade como opção de vida.

Seu José Geraldo, quando perguntado sobre a relação que mantém com a cidade de Uberlândia, faz referência à pavimentação da rodovia e também ao SIT, dizendo como essas melhorias, de alguma forma, facilitaram a vida dos moradores do distrito:

[...] o mundo vai evoluindo, hoje, quer dizer, nós temos uma estrada pavimentada, você tem, por exemplo, aqui hoje o Sistema Integrado de Transporte, quer dizer, dentro de Uberlândia, também faz é, esse distrito, quer dizer e daí, nós falamos com a energia, hoje temos aqui a oportunidade de ter a internet aqui, então você passa a morar na zona rural, tendo uma vida muito parecida, você praticamente vivendo assim, tudo que se tem na cidade você

²⁶¹ Hélio Pereira Lima, 56 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

²⁶² Maria Juliana de Oliveira Pimentel, 19 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 01/10/2006.

²⁶³ Maria Juliana de Oliveira Pimentel, 19 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 01/10/2006.

*participa, você sai daqui é coisa de meia hora você tá lá dentro de Uberlândia, em qualquer lugar, você pode tá num cinema, num teatro, em qualquer local, num shopping, né? Então a relação hoje é, hoje é acho que é bem diferente e assim, eu acho que pra melhor, você gasta muito mais também (risos), mas você vive melhor, numa condição de vida melhor.*²⁶⁴

O que Seu José Geraldo traz em sua fala é como a relação com a cidade, hoje, é diferente, isto é, mais intensa. Em outro trecho da entrevista, ele lembra que, quando ele era jovem, a vida se restringia mais ao espaço do distrito e, quando ele fala de suas filhas que moram em Uberlândia, lembra que hoje as pessoas têm outra forma de viver e o campo não se encontra mais tão “isolado” da cidade. A interação dos moradores do campo com a cidade é cada vez maior, por meio de atividades de lazer, trabalho e estudo, e também o acesso deles às melhorias antes tipicamente urbanas vem acontecendo. Mas, se os “benefícios” da cidade chegam ao campo, também os problemas dela chegam. A violência é um grande exemplo disso, pois antes fazia parte da realidade das cidades e o campo era um espaço no qual a população poderia se refugiar dela, mas as coisas mudaram: [...]“hoje [eu vivo] com um pouco de medo por exemplo, a zona rural hoje tem trazido uma intranqüilidade pra gente”[...]”²⁶⁵. Dona Regina também lembra como a violência tem atingido os moradores do campo: “Ah, já não está um lugar tranqüilo pra morar, porque o pessoal agora já está começando a vir pra zona rural roubar, o Chiquinho mesmo é um, duas vezes.”²⁶⁶ Dona Regina está falando do fato de que seu esposo já foi roubado por duas vezes.

Na imprensa, esse é um tema discutido em diversas reportagens:

*No momento existe um clima de insegurança nas fazendas da região do Triângulo Mineiro por causa de constantes invasões de ladrões que levam de insumos agrícolas, medicamentos a tratores e colheitadeiras. Esta situação está a criar um ambiente de insegurança e grandes preocupações, além de enormes prejuízos aos produtores rurais.*²⁶⁷

Na seqüência do texto citado anteriormente, o autor faz referência a um assalto de grandes proporções realizado no município de Uberlândia em que os ladrões levaram uma enorme quantidade de sacas de café, gerando um prejuízo de R\$ 200 mil. No entanto, é preciso levar em conta também os roubos menores, ou seja, os que não geram um prejuízo, em termos numéricos, tão grande, mas que tem um enorme significado para um pequeno produtor que tem um trator ou os eletrodomésticos de sua casa roubados.

²⁶⁴ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 19/06/2005.

²⁶⁵ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 19/06/2005.

²⁶⁶ Regina Helena de Oliveira Pimentel, 45 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 26/07/2005.

²⁶⁷ Insegurança no campo. **Jornal Correio**, 28/09/2000, p.A-6.

O problema da violência, de certa forma, coloca em questão a imagem dos distritos como lugares tranquilos e pacatos, o que eles até são, mas não sem reservas a essa tranquilidade. A segurança era reivindicação dos moradores dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos já na década de 1980, tanto que, numa reunião conjunta dos Conselhos Comunitários desses dois distritos, eles reivindicaram a instalação de um posto policial, para [...] “*garantir a tranquilidade e a segurança dos habitantes.*”²⁶⁸ Isso leva a pensar que, já nesse momento, a violência estava chegando ao campo e foi se intensificando ao longo dos anos com inúmeros assaltos a fazendas. Mediante as pressões sociais, os moradores do distrito de Martinésia conquistaram a instalação de um Sub-Destacamento da Polícia Militar, em maio de 2005, o que, de alguma forma, dá mais segurança a Martinésia e também ao distrito vizinho de Cruzeiro dos Peixotos.

Apesar de importantes conquistas, como as que foram anteriormente citadas, muitos problemas permanecem, sendo o atendimento médico um deles. Os distritos possuem Unidades Básicas de Saúde, no entanto, elas realizam apenas atendimentos mais simples, os atendimentos especializados têm que ser feitos na cidade de Uberlândia: [...]“*aí no postinho sempre tem médico, mais é uma vez só por semana, isso aí não tem aparelhagem pra gente fazer exame, o dia que precisa eu vou é lá na cidade, eu quase diária eu faço tratamento, não tem como pagar.*”²⁶⁹

A ausência de postos de trabalho é outro problema sério nos distritos. Martinésia, por exemplo, possuía uma fábrica de doces que foi fechada, assim, as opções de emprego se resumem ao trabalho no campo, em uma fábrica de foices e canivetes e em um frigorífico que existe nas proximidades do distrito de Cruzeiro dos Peixotos. Logo, existem aqueles que buscam o trabalho na cidade como opção ao baixo número de empregos oferecidos aos moradores. Como se pode observar pela Figura 08, a estrutura do distrito de Martinésia é muito simples.

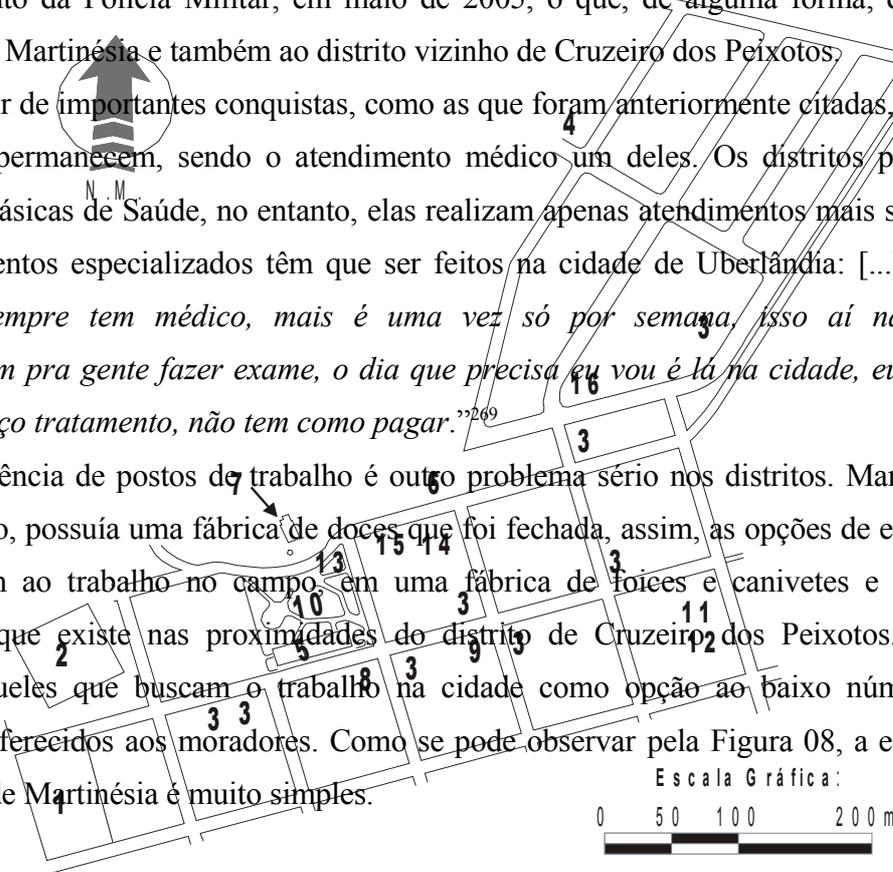


Figura 08 – Martinésia, levantamento dos equipamentos da vila distrital (2006).

- | | |
|-----------------------------|--------------------------------|
| 1 - Campo de Futebol | 9 - Escola Municipal |
| 2 - Cemitério | 10 - Praça |
| 3 - Barelou Mercearia | 11 - Creche Municipal |
| 4 - D M A E | 12 - Clube de Mães |
| 5 - Ginásio de Esportes | 13 - Sub-Destacamento da P M |
| 6 - UBS - Posto de saúde | 14 - Fábrica de Foices |
| 7 - Igreja São João Batista | 15 - Salão Testemunha de Jeová |
| 8 - Cartório | 16 - Antena de Telefonia |

²⁶⁸ Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia, Livro de atas n°01, 27/03/1985, p.14. Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Uberlândia Hélio Carlos M. de Oliveira

²⁶⁹ Zildo Dias da Silva, 83 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

A vila de Martinésia tem ruas asfaltadas, possui saneamento básico, Unidade Básica de Saúde, sistema de telefonia, escola de ensino fundamental e médio, igreja, ginásio poliesportivo, campo de futebol, cartório, cemitério, creche e Sub-Destacamento da Polícia Militar. O comércio se constitui de poucos bares e mercearias, isto é, não existe um comércio local forte capaz gerar empregos.

Nesse sentido, o comércio local atende apenas às necessidades básicas e mais imediatas dos moradores do distrito, tendo em vista que a maioria deles reclama dos preços que são praticados e, como a ida à cidade de Uberlândia é feita com frequência, torna-se mais vantajoso adquirir os produtos necessários ao consumo da família na cidade. Assim, o comércio local serve para complementar, ao longo do mês, algum

produto que venha a faltar, o que faz com que esse comércio não cresça, logo, seja impossibilitado de gerar empregos. Também no que diz respeito à saúde, como antes mencionado, os moradores do distrito acabam buscando a cidade de Uberlândia quando precisam de atendimento médico especializado ou precisam fazer exames. Os mais jovens, principalmente, buscam a cidade como espaço de lazer, uma vez que o distrito oferece, nesse aspecto, poucas opções a eles.

Assim, se existe uma imagem propagada dos distritos como lugares tranquilos, bucólicos e pacatos, a realidade evidencia que eles podem até ser espaços que proporcionam uma vida mais calma, no entanto, não se pode fechar os olhos para os problemas que esses lugares enfrentam, ou seja, essa imagem não pode apagar os conflitos, as tensões sociais vivenciadas nesses espaços.

Refletindo ainda sobre essa imagem construída sobre os distritos do município de Uberlândia, os quais estão no meio rural, é evidente uma dissonância entre essa imagem de campo feita com relação aos distritos e a imagem de campo mais geral feita com relação ao município de Uberlândia. Se os distritos são aclamados pela tranquilidade, pelo passado que evocam, o campo do município de Uberlândia é trazido justamente pelo que ele tem de moderno, de novo, de empreendedor, ou seja, parece que se está falando de duas coisas diferentes, pois é como se os distritos não fizessem parte do campo do município de Uberlândia.

O município de Uberlândia, a partir do processo de modernização do campo, consolidou-se como um importante centro regional e como um pólo agroindustrial, pois esse processo levou à refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro, o que significou a predominância de algumas cidades sobre outras²⁷⁰. Nesse sentido, como afirma Beatriz Ribeiro Soares, Uberlândia transformou-se num centro dessa região, na medida em que:

*[...] apresenta-se como a principal cidade desta rede, uma vez que capitaliza os recursos materiais e humanos dos núcleos urbanos vizinhos menores, diversifica suas atividades econômicas, e, ao mesmo tempo cria novas oportunidades de trabalho e serviços que resultam em melhorias para a cidade e seus moradores, e mais consolidam uma imagem urbana de beleza e poder. Ela acaba desempenhando o papel de capital regional de um conjunto de aproximadamente 30 setores de cidades menores que ficam totalmente dependentes de seu comércio e serviços de saúde e educação.*²⁷¹

Uberlândia é, na região do Triângulo Mineiro, uma referência em diversos aspectos, por exemplo, na área de saúde, já que possui um hospital-escola que recebe pacientes de

²⁷⁰ SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: da Boca do Sertão à Cidade Jardim. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, Ano 9, nº18, jul/dez 1997, p.119-121.

²⁷¹ SOARES, op. cit, p.121.

diversas cidades dessa região. É também referência no que diz respeito ao comércio, pois é um dos grandes centros nacionais do comércio atacadista, com empresas como o Armazém Martins, ARCOM (Armazém do Comércio) e Peixoto. Além disso, Uberlândia recebe a população de várias cidades da região para estudar, uma vez que possui um consolidado sistema de ensino superior, e também para trabalhar, atraídas pela imagem propagada sobre Uberlândia como cidade progressista, um lugar no qual as pessoas prosperam.

Esse processo de modernização que refuncionalizou a rede urbana do Triângulo Mineiro promoveu, segundo Soares, uma [...] “*diferenciação entre as cidades, fruto de uma divisão interurbana do trabalho, que se fez mediante a distribuição de funções produtivas entre as mesmas.*”²⁷² E, desse modo, esse processo influenciou a economia dessas cidades. Em Uberlândia, por exemplo, é visível o seu impacto, como afirma Kelly Cristine F. Bessa:

*O esmagamento, o beneficiamento e o processamento de produtos primários, originários das terras do município, são feitos por agroindústrias situadas nessa cidade. Além disso, ampliou-se o consumo produtivo do campo e o uso do crédito, gerando círculos de cooperação entre os estabelecimentos agropecuários e os estabelecimentos do comércio, serviços e do suporte financeiro.*²⁷³

Conforme salienta Bessa, Uberlândia consolidou-se, desse modo, como um pólo agroindustrial, na medida em que oferece a infra-estrutura que as agroindústrias necessitam, exercendo, assim, grande influência regional²⁷⁴. O município conta com importantes empresas ligadas à agroindústria, dentre as quais destacam-se:

*[...] ABC-Inco (Algar), Rezende Alimentos (atualmente grupo Sadia) e Planalto, de capital local; Brasfrigo, Braspelco, Coca-Cola, Pepsi-Cola e Perdigão, de capital nacional; Cargill Agrícola, Nestlé, Souza Cruz, de capital estrangeiro. Além destas, há também um expressivo número de cerealistas e de frigoríficos. [...] Em Uberlândia, destaca-se o segmento genético [...]. Dentre as indústrias desse ramo, destacam-se as empresas de biotecnologia Monsanto, Novartis, Agroceres/Monsanto, MDM (Monsanto, Deltapine e Maeda) e Aventis.*²⁷⁵

A constituição da região do Triângulo Mineiro, mais especificamente o município de Uberlândia, como pólo agroindustrial é amplamente divulgada pela imprensa local, que ressalta o sucesso dessa empreitada²⁷⁶:

²⁷² Ibidem, p.107.

²⁷³ BESSA, Kelly Cristine F. O. Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o local na era das redes. In: SANTOS, R. J.; RAMIRES, J. C. L. (org.). **Cidade e campo no Triângulo Mineiro**. Uberlândia: EDUFU, 2004, p.73-74.

²⁷⁴ Ibidem, p.76.

²⁷⁵ BESSA, op. cit., p.76-77.

²⁷⁶ Cf., por exemplo, Ministro da Agricultura apóia a criação de um Pólo Agroindustrial, **Jornal Correio de Uberlândia**, 01/07/1980, p.01. Essa reportagem fala de um projeto do então prefeito de Uberlândia, Virgílio Galassi, objetivando a criação de um “grande pólo agroindustrial” na região, tendo Uberlândia

É difícil encontrar alguém em nossa representação que não tenha raízes no campo.

[...]

Nossa classe rural é, com certeza, a maior defensora dos projetos da indústria e do comércio porque são estes setores nossa base de crescimento.

Não podemos esquecer que nosso município é, sim, urbano e industrializado, mas Agroindustrial, acima de tudo, pois é a Agroindústria que mantém a economia.²⁷⁷

Esse texto é de autoria de alguns diretores do Sindicato Rural de Uberlândia e fala como o município tem suas lideranças ligadas ao meio rural, já que essas ocupam cargos políticos e, ao mesmo tempo, estão presentes em organizações rurais, como os sindicatos e associações de produtores. Os autores reforçam esse caráter dos dirigentes uberlandenses evidenciando como eles, por um lado, incentivam a indústria e o comércio, e por outro, dão total relevância à agroindústria, um setor fundamental para esse município.

Mediante esse papel exercido pelo município de Uberlândia, como importante pólo agroindustrial, veicula-se uma imagem altamente positiva desse município, na imprensa local, escamoteando-se, na maioria das vezes, a sua realidade contraditória, ou seja, são retirados de foco os problemas vivenciados pela população, tanto da cidade quanto do campo.

Tem-se, recentemente, a disseminação de uma imagem de Uberlândia altamente vinculada ao agronegócio:

Uberlândia pretende tornar-se um grande centro de desenvolvimento do agribusiness do Brasil. Todos os aspectos de cadeia agroalimentar são favoráveis ao agribusiness, desde o preparo da semente à distribuição e venda dos produtos, considerando-se principalmente sua vocação agrícola e a instalação de agroindústrias de repercussão nacional e internacional. [...]
Contando com uma localização privilegiada no centro do Brasil [...] Uberlândia motivou a implantação dos três maiores atacadistas do país [...] que facilitam o processo de distribuição dos alimentos e reforçam o potencial de crescimento do setor agroindustrial. [...]
As três maiores fábricas de processamento de soja [...] também estão em Uberlândia, operando com projeção ao mercado internacional.²⁷⁸ (grifos meus)

Pela reportagem, o que fica claro é a imagem de um município que tem tudo para ser um centro do agronegócio brasileiro, pois além de ter uma localização privilegiada, conta com um forte setor atacadista e também com agroindústrias de projeção nacional. Nesse sentido, Uberlândia atende aos requisitos para se tornar um centro do

como sede.

²⁷⁷ Orgulho do ruralismo. **Jornal Correio**, 26/05/2000, p.A-6.

²⁷⁸ Cidade quer se tornar grande centro do agribusiness. **Jornal Correio**, 18/05/1997, p.08.

agronegócio²⁷⁹, atividade que tem grande peso na economia nacional e que é, por diversas vezes, aclamada como a solução para os problemas do país, sustentada nos números que mostram a representatividade do agronegócio no PIB brasileiro:

*O presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Ney Bitencourt, afirmou que o agribusiness é o único segmento da economia brasileira competitivo internacionalmente e também o único elemento que temos para alavancar o desenvolvimento econômico sustentado do país.*²⁸⁰

Ao falar de agronegócio, Mendonça²⁸¹ chama a atenção para o fato de que ele abarca uma infinidade de empresas, não somente aquelas ligadas ao agro no seu sentido mais restrito, tanto que fazem parte da ABAG desde empresas do ramo de sementes até a TV Globo, ou seja, o agribusiness é algo muito mais amplo que a produção agrícola e pecuária em si.

Nessa dinâmica do agronegócio, o produtor deve ser “moderno”, ter uma visão empresarial de sua propriedade, abandonar antigas formas de produzir, aderir à racionalidade científica e à técnica, a fim de aumentar a produção e a produtividade. Mas, muitos não são considerados aptos a tal missão, pois são considerados conservadores, principalmente os pequenos produtores. Entretanto, ter uma produção altamente capitalizada, dotada de tecnologias modernas, como foi possível observar até aqui, nem sempre é possível para muitos produtores. Alguns pequenos até conseguem e inserem sua produção em cadeias agroindustriais, no entanto, isso nem sempre é possível devido à falta de incentivo, à falta de uma política agrícola eficiente. Assim, essa imagem de campo que muitas vezes é divulgada sobre o município de Uberlândia parece tentar escamotear a realidade que inúmeras propriedades rurais desse município vivem, afinal, nem todas elas têm suas produções capitalizadas, equipadas com alta tecnologia. Então, isso leva ao questionamento dessa imagem distorcida que se dissemina sobre o município de Uberlândia, no qual os seus distritos são inseridos como lugares do passado, do bucolismo.

Os distritos não têm autonomia administrativa, conforme salienta George José Pinto, ao analisar a criação do município de Córrego Fundo-MG:

O distrito é uma subdivisão do município que tem como sede a vila, que é o povoado de maior concentração populacional. Ele não tem autonomia administrativa. Funciona como um local de organização da pequena produção e

²⁷⁹ Essa imagem de Uberlândia e da região do Triângulo Mineiro como centro do agronegócio pode ser observada em diversas reportagens. Cf., por exemplo, Agricultura no cerrado. **Jornal Correio**, 14/04/1998, p.06; Agricultura é a saída. **Jornal Correio**, 23/10/1998, p.06; Agricultura no Triângulo. **Jornal Correio**, 11/04/1999, p.06; Embrapa inaugura unidade em Uberlândia. **Jornal Correio**, 07/05/1999, p.A-5.

²⁸⁰ Agribusiness pode alavancar desenvolvimento. **Jornal Correio**, 25/03/1994, p.07.

²⁸¹ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n°32/33, 2005, p.118.

*atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município.*²⁸²

Os canais de comunicação institucional dos distritos com a administração municipal são os Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Rural. O Conselho de Martinésia foi criado no ano de 1982, o primeiro do município. A SEMAD (Secretaria Municipal de Administração dos Distritos), criada na gestão do prefeito Zaire Rezende (1983-1989) e extinta em julho de 2003, exercia um papel importante junto à população dos distritos, uma vez que o secretário responsável por essa pasta, principalmente no início, participava freqüentemente das reuniões dos Conselhos, discutindo com os moradores suas reivindicações. Essa Secretaria foi extinta e, atualmente, existe uma Superintendência de Operações dos Distritos, ligada à Secretaria de Governo, criada pela Lei Delegada nº02 de 30/05/2005.

O distrito não está só administrativamente submetido à cidade. Os seus moradores são, muitas vezes, obrigados a recorrer a ela, não por escolha própria, mas porque não têm outra alternativa, já que a infra-estrutura do distrito não atende às necessidades básicas dos seus moradores. Daí a importância de refletir essa relação do distrito com a cidade, como ela se dá de formas diferentes, pois muitos, principalmente os mais velhos, vão à cidade só para “resolver os seus negócios”, como eles mesmos afirmam (vão à cidade para ir a médicos, contadores, comprar alguns produtos, tais como vacinas e remédios), outros têm nela o lugar da diversão, do estudo e até mesmo do trabalho.

Desse modo, refletir sobre a relação campo/cidade significa pensar sempre na interação, visto que não se pode dizer simplesmente que os valores da cidade invadiram o campo, é preciso ir além e perceber como esses valores estão, na verdade, interagindo o tempo todo no viver das pessoas, ou seja, valores urbanos passam a fazer parte da realidade do homem do campo, assim como valores rurais fazem parte da vida de moradores das cidades. Assim, esse campo “urbanizado”, equipado com televisores, antenas parabólicas e todo tipo de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, telefone e acesso à internet não apaga alguns hábitos e valores do homem do campo.

Todos os proprietários rurais do distrito de Martinésia têm energia elétrica em suas casas. Quando perguntei ao Seu Argentino se a chegada dela tinha melhorado a vida dele e de sua família, respondeu:

Que que é isso, uai, nossa senhora, já viu, você quer ver o que que é num ter energia, deixa o dia que vocês ficar no escuro lá aí se vai falar, não gente, Deus me livre, morar na roça igual nós já morou, você tem que tomar banho no

²⁸² PINTO, George José. **Do sonho à realidade**: Córrego Fundo-MG – Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, UFU/Uberlândia, 2003, p.57.

*chuveiro de, daqueles de, enche uma lata de água e tem a torneira, né, ali a água morna, né, e ali você ensaboa e depois solta a água e toma o banho, agora hoje você vê, passar roupa era aqueles ferro de brasa, pelo amor de Deus, nossa. Roça minha fia, é bão demais se tiver energia, você num tiver num vai não, Deus me livre, e o escuridão que fica, né, você às vez, aqui o dia que farta, eu tem um lampião a gás, ele até quebra um galho, ele clareia, mais se você pegar uma lamparina, nossa senhora, e a lamparina também, se você usar ela demais você chupa aquele carvão, no outro dia o nariz está tudo preto.*²⁸³

Seu Argentino fala de vários aspectos que foram facilitados pela chegada da energia elétrica, como o banho, o passar roupa e, principalmente, a iluminação da casa, pois ele fala como os equipamentos antes utilizados, a lamparina e o lampião, eram precários se comparados à luz elétrica. Dona Carmem evidenciou, além desses aspectos citados por Seu Argentino, a facilidade trazida pelos eletrodomésticos:

*Aí a gente tinha, logo a gente arranhou televisão que antes não tinha, tinha rádio, né, rádio a pilha, depois arranhou a televisão, depois os outros conforto, os eletrodoméstico que é do dever, da nossa facilidade, não eu tenho mesmo, lá na roça eu tinha todos os eletrodoméstico, era bom demais, facilidade [...]*²⁸⁴

As falas de Dona Carmem e do Seu Argentino, assim como de todos os outros proprietários entrevistados, enfatizam a melhoria em suas vidas proporcionadas pela energia elétrica, algo nem sempre fácil de se obter, como narrou Seu José Geraldo. Ele falou de sua romaria aos bancos em busca de financiamento para que ele e mais dois outros vizinhos conseguissem o dinheiro para tornar possível a chegada da energia elétrica em suas propriedades. Mas o fato é que a eletricidade transformou a vida desses proprietários tanto no que diz respeito à produção, pois foi possível ter acesso a alguns maquinários que dependiam dessa energia para funcionar, quanto na vida dentro de casa, com a chegada de eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Um exemplo é a televisão, um objeto que passou a reunir em torno de si as famílias da zona rural.

Assim, no que diz respeito ao acesso às tecnologias, os proprietários rurais do distrito de Martinésia não vivem uma vida muito diferente das pessoas que moram nas cidades, pois muitas delas têm acesso à internet e, quando não têm telefone fixo contam com os aparelhos celulares, proporcionando, assim, um contato muito intenso com a cidade, seus valores, hábitos e costumes.

Um outro aspecto que evidencia essa interação entre os modos de viver urbanos e rurais é a alimentação. Seu João mantém uma certa restrição a determinados alimentos que as pessoas da cidade comem sem problemas:

[...] se eu chegar numa casa de amigo eu pego às vezes esses frango que faz forçado a natureza, eu ponho um pedacinho no prato pra não desagradar, mas

²⁸³ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

²⁸⁴ Carmem Martins da Silva, 67 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

*eu não como, na minha casa eu não como essas coisa de jeito nenhum. Gosto demais de carne, às vezes os menino chega, vem meus parentes, família mora tudo pra cidade [...] eles traz, traz aquelas carne, vai passar um bife do boi que foi engordado no cocho, confinado, pensa que eu não conheço a carne, eu não como aquilo.*²⁸⁵

Para as pessoas da cidade é comum ir ao supermercado e comprar carnes congeladas, mas Seu João faz questão de que as carnes consumidas por ele e sua família sejam *caipiras*, ou seja, os animais devem ser criados na propriedade de uma forma mais tradicional. Já Seu José Geraldo, apesar de na sua casa cozinhar na banha e comer a carne do porco que eles cuidam, diz que, por diversas vezes, é necessário passar no açougue para comprar a carne porque as que eles têm em casa estão congeladas e isso para ele é algo natural, além disso, ele diz não gostar muito de frango caipira, prefere o de granja.

Assim, como as pessoas vão à cidade com mais frequência e não se produz mais na propriedade tudo o que é necessário para o consumo familiar, as pessoas do campo acabam incorporando hábitos alimentares antes típicos das cidades, tornando-se normal, por exemplo, o consumo de carnes oriundas de animais criados em granjas e a substituição da banha de porco pelo óleo de soja. Da mesma forma, muitos moradores da cidade, especialmente aqueles que viveram parte de suas vidas no campo, conservam o hábito de comer na banha de porco, comer preferencialmente carnes de animais caipiras e ainda hábitos como dormir e acordar muito cedo, por exemplo.

O hábito de cozinhar no fogão à lenha ainda é mantido por vários proprietários rurais de Martinésia, como na casa do Seu Francisco e da Dona Regina:

Seu Francisco: *Fogão de lenha nosso é sagrado.*

Vocês fazem comida todos os dias no fogão à lenha?

Dona Regina: *Todos os dias [...]*

Seu Francisco: *Eu por exemplo não sei fazer comida no fogão a gás.*

Dona Regina: *E nem eu.*

Seu Francisco: *A comida esfria rápido, você tem que fazer e comer rápido, é complicado.*

Dona Regina: *O dia que sobra pra mim fazer no fogão a gás eu não dou conta.*

Seu Francisco: *Agora fogão a lenha não, você faz, deixa em cima da chapa, aquilo ali conserva, põe um foguinho ali, a comida cozinha mais devagar.*²⁸⁶

O fogão a gás na casa do Seu Francisco e da Dona Regina serve apenas para fazer coisas rápidas, como café e ferver leite, uma vez que toda a comida da casa é feita no fogão à lenha. Entretanto, Seu José Geraldo enfatiza que o fogão à lenha de sua casa é pouco utilizado, devido à praticidade do fogão a gás. Em muitas casas na cidade existem fogões à lenha, muitas vezes nas casas de pessoas da classe média, mas nesses casos eles

²⁸⁵ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

²⁸⁶ Francisco Fernandes Pimentel, 59 anos e Regina Helena de Oliveira Pimentel, 45 anos, entrevista realizada na residência do casal, no dia 26/07/2005.

têm, na grande maioria das vezes, um caráter exótico, ou seja, eles não fazem parte dos referenciais de vida dessas pessoas, apesar delas os utilizarem principalmente nos finais de semana. Isso evidencia cada vez mais essa interação que venho procurando tratar, a qual se dá de diferentes maneiras, na sociedade atual.

Muitas vezes a manutenção de hábitos rurais na cidade se deve a uma questão prática, ou seja, à economia de dinheiro. Batista faz uma análise do viver dos moradores do bairro Vila Marielza e como esses se utilizam de fogões à lenha, a fim de economizarem no orçamento doméstico: “*No caso do gás de cozinha, não é só comprar onde está mais barato (bairros vizinhos), é usar o fogão à lenha para poupar e não ter mais um gasto a sobrecarregar as despesas essenciais*”[...]²⁸⁷. As plantações de legumes e verduras e também de ervas medicinais, assim como a criação de animais, são outras estratégias encontradas pela autora que evidenciam como hábitos rurais são mantidos em vidas urbanas, mas com esse aspecto que deixa claro a precariedade do viver na cidade para muitos moradores que, desprovidos das condições básicas de sobrevivência, encontram formas alternativas de driblar essa situação.

Uma reportagem do *Jornal Correio* é bastante pertinente para essa discussão que vem sendo travada, na medida em que tem como tema a existência de *bolsões rurais* na cidade de Uberlândia:

*Uberlândia está entre as maiores cidades do interior. Tornou-se um centro de referência em saúde, em agronegócios, em turismo de negócios e tem quase todos os confortos e facilidades das grandes metrópoles. Mas guarda um contraste que passa a ser um atrativo para aqueles que de alguma forma estão ligados às suas raízes: tem bolsões rurais em diversos bairros, alguns bem próximo ao Centro, onde as famílias vivem uma espécie de fuso horário diferente do ritmo de vida do uberlandense comum, já “contaminado” com o mal das cidades grandes: o estresse provocado pela correria do dia-a-dia.*²⁸⁸

Na reportagem, a forma como as pessoas que vivem nesses “*bolsões rurais*” são colocadas parece que elas estão fora da realidade da cidade, que seria a correria da vida moderna, ou seja, dá a idéia de que elas não estão no mesmo tempo que o restante da cidade. Entretanto, essas pessoas não estão fora da realidade, uma vez que elas fazem parte de uma cidade, de uma sociedade complexa, marcada pelas contradições, pelos conflitos, pelas interações, isto é, essas pessoas encontram nesse modo de viver na cidade uma identificação com uma vida que foi vivida no campo, como é elucidado pelo conteúdo da reportagem, e que tem, portanto, significado para elas e, além do mais, são

²⁸⁷ BATISTA, Sheille Soares de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres**: relações entre campo e cidade. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003, p.90.

²⁸⁸ “Roças urbanas” resistem ao progresso. **Jornal Correio**, 31/08/2002, p.B-6.

alternativas de renda, pois a criação de animais e as plantações possibilitam a comercialização de alguns produtos, além de prover alimentos necessários à família.

Em suma, modos de vida urbanos e rurais coexistem no viver dos moradores tanto da cidade quanto do campo e, no caso do distrito de Martinésia, a proximidade com a cidade de Uberlândia – 32 Km de distância do distrito sede – e a relação cada vez mais intensa com ela, devido ao acesso facilitado e também à transformação na vida dos proprietários rurais, não implicam o abandono de hábitos, costumes e valores rurais, ou seja, não significam a predominância absoluta do urbano sobre o rural, pois a relação é bem mais complexa, visto que dela fazem parte as incorporações, bem como as manutenções de viveres. Assim, não se pode tratar essa questão a partir de uma dicotomia campo/cidade, rural/urbano, atrasado/moderno, pois o que se faz necessário é colocar em discussão o viver das pessoas, o modo como elas experimentam as relações que estabelecem, seja com a cidade ou com o campo. Nesse sentido, Carneiro é uma referência que, ao falar das transformações no rural, atualmente, instiga a refletir justamente sobre a forma como as pessoas vivem:

*[...] importa, mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais a partir da expansão da sociedade urbano-industrial, buscar os significados, do ponto de vista dos agentes, das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros [...]*²⁸⁹

Assim, analisar a relação campo e cidade significa lidar com algo que tem se tornado cada vez mais complexo, devido às transformações vivenciadas pelo homem do campo e que, sem dúvida alguma, modificam sua forma de se relacionar e de compreender a cidade. E essa é uma relação que está em constante mudança, como salienta Williams: “*A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.*”²⁹⁰ Desse modo, cabe ao historiador investigar como, ao longo da história, os homens vivenciam essa relação de formas diferenciadas.

²⁸⁹ CARNEIRO, op. cit., p.4.

²⁹⁰ WILLIAMS, op. cit., p.19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo, muito além de um espaço geográfico marcado por uma paisagem peculiar composta por diferentes espécies animais, vegetais, cursos d'água, é um espaço vivenciado, ou seja, é muito mais que o contrário da cidade, que seria o lugar dos prédios, dos muros, do asfalto, do cimento, dos carros. Ele é construído a cada dia por aqueles que o vivenciam, sendo, então, fruto da ação humana que o transforma constantemente.

Assim, falar de campo significa falar de algo que além de manter, também transforma, logo, o campo que é vivenciado, hoje, não é o mesmo que o de cinquenta anos atrás, na medida em que a maneira como os homens o vivenciam passou por mudanças, uma vez que as políticas implementadas, a economia, enfim, a sociedade se transformou.

Desse modo, é fundamental perceber essas modificações por que tem passado o campo, não só como espaço físico, apesar de que esse é um aspecto verdadeiro – basta observar o desgaste ambiental e as interferências na paisagem natural causada por um tipo de atividade agrícola e pecuária que visa, antes de tudo, o lucro –, mas ele se modifica também na medida em que os viveres do homem do campo vêm se transformando. No distrito de Martinésia, as culturas de subsistência foram substituídas pelas de comercialização, o que não significa a eliminação completa desse tipo de atividade; as novas tecnologias foram chegando, provocando uma reordenação nas formas de trabalhar; os vizinhos se relacionam de uma maneira diferente; a família também está se modificando, pois os filhos cada vez mais estão buscando a cidade como possibilidade de uma vida melhor; as festas religiosas também sofreram modificações a fim de se adaptarem à nova vida que as pessoas levam.

Nesse sentido, permanecer no campo significa uma contínua reelaboração nos modos de viver, trabalhar e se relacionar, logo, se as políticas para o campo implementadas a partir da década de 1960 foram excludentes e beneficiaram determinados grupos de produtores, elas não fizeram com que todos aqueles que não foram beneficiados por elas deixassem o campo. Para muitos, essa foi a única solução, mas para outros, a busca incessante pela permanência foi uma experiência vivenciada com muita luta para driblar as dificuldades de produção, reinventando constantemente os viveres.

Assim, permanecer no campo é uma contínua disputa que se dá no seio da sociedade e implica em inúmeras estratégias, que vão desde a reordenação da atividade realizada até a execução de melhorias na propriedade com recursos próprios, quando o crédito não

chega, adequando-as ao que é possível no orçamento familiar. Portanto, esses proprietários não podem ser tratados apenas como vítimas, pois eles agem frente aos problemas colocados por uma realidade que nem sempre é favorável, devido a políticas opressoras e a uma situação econômica favorável aos ricos e poderosos. Também não são apenas heróis, mas sim, pessoas reais que ao vivenciarem suas experiências diárias, disputam na sociedade a persistência no seu lugar, apesar de todas as tentativas de os expulsarem.

Os problemas, as lutas, as derrotas e as vitórias dos proprietários rurais do distrito de Martinésia, apesar de revelarem uma realidade local, pois dizem respeito às formas como eles enfrentam essas questões em suas vidas diárias, trazem a possibilidade para uma reflexão mais aprofundada do social, pois a partir da experiência dessas pessoas é possível colocar em discussão uma realidade mais ampla que aflige não só as pessoas desse distrito, mas também do município e do próprio país. Apesar da experiência dos proprietários rurais de Martinésia ser particular, isolá-la significaria entender o social compartimentado, ou seja, é como se essas pessoas não estivessem vivenciando na sua realidade transformações políticas, econômicas e culturais que se dão em âmbito nacional. Assim, esses proprietários de Martinésia trazem à tona questões que são experimentadas por outros que estão em outras regiões do país, e indo mais além, permitem reflexões sobre problemáticas ainda mais amplas, como o próprio capitalismo e a forma como ele influencia o viver no campo, seja nos aspectos da produção ou das relações familiares e de vizinhança.

O campo é um espaço profícuo para a reflexão das contradições que o sistema capitalista carrega, pois se ele possibilitou o desenvolvimento de novas tecnologias, que facilitam, sem dúvida, o trabalho do homem, por outro lado, essas mesmas tecnologias geraram desemprego e, além do mais, elas são mal distribuídas, pois só aqueles que têm capital podem ter acesso a elas. Isso evidencia a desigualdade característica desse sistema, que também submete os produtores rurais a uma lógica de mercado que os oprime ainda mais, pois não podem colocar em suas mercadorias os preços justos que cobririam os gastos com a produção, tendo em vista que essa lógica é regulada pela lei da oferta e da procura.

Falar de campo implica, então, uma pluralidade de experiências, viveres, valores e hábitos, o que leva o pesquisador que se debruça sobre essa temática a obrigatoriamente ter o cuidado de não cair em generalizações. Uma grande lição dada pelos proprietários rurais do distrito de Martinésia foi justamente perceber como, apesar de existir na sociedade uma visão do campo hegemônica que o associa ao agronegócio, às grandes

plantações para exportação, aos rebanhos compostos por animais premiados internacionalmente, ou seja, a um campo extremamente vinculado ao lucro, existem outras maneiras de vivenciá-lo, uma vez que muitos o valorizam pelo que ele proporciona como possibilidade de um viver, muito mais que simplesmente a geração de lucros e riquezas.

Essa imagem do campo associada ao lucro é recorrente na imprensa de Uberlândia, que procura disseminar uma idéia que esse município é todo feito de grandes plantações e tecnologia de ponta. Entretanto, a realidade é bem mais complexa e, em meio a essa imagem, aparecem os distritos como lugares do passado, do bucólico, do idílico, o que leva a uma reflexão sobre pertencimento, pois parecem que estão fora, ou seja, eles comporiam a realidade do município, mas de uma forma destoada daquilo que seria o meio rural aceito como revelador de Uberlândia, o que pode ser uma forma de escamotear os problemas e as mazelas daquela população. No entanto, essa é uma questão que aqui foi apontada, mas que necessita ser aprofundada em outras pesquisas, uma vez que pouco se tem enfrentado a reflexão sobre os distritos do município de Uberlândia. Só mais recentemente têm surgido trabalhos sobre essa temática que, sem dúvida alguma, precisa ser melhor trabalhada, a fim de que não se caía na própria lógica dessa memória hegemônica que os relega a segundo plano.

Discutir a problemática do campo brasileiro é, então, um desafio colocado aos historiadores, pois as questões que o afligem datam do início da colonização desse país e a solução foi sendo protelada ao longo desses mais de 500 anos, tendo em vista que a reforma agrária necessária a uma justa distribuição de terras ainda não foi realizada. Por isso, é fundamental que pesquisas sejam feitas para discutir a realidade do homem que vive no campo e também daquele que teve que deixá-lo e hoje tenta retornar, mas sem grande sucesso, a fim de que essa discussão lançada na sociedade possa, quem sabe algum dia, dar frutos. Desse modo, o papel do historiador é fundamental, pois se ele acredita que a realidade dessa sociedade precisa e pode ser transformada, então, suas pesquisas tornam-se importantes meios de, discutindo os problemas e os desafios colocados por essa realidade, propor alternativas a ela.

É necessário, pois, que se reflita constantemente sobre a desigualdade que assola esse país e que atinge o campo em cheio. No que diz respeito aos maquinários agrícolas, muitos pequenos produtores jamais tiveram acesso a eles, o que leva a pensar que não foi a introdução da máquina e das novas tecnologias que criou o problema do homem do campo, mas sim a forma como ela foram introduzidas por meio de políticas desiguais, que beneficiaram a poucos. Assim, a solução não é voltar a uma agricultura de subsistência,

uma agricultura “rudimentar” movida a enxada, a arado de boi, o que é preciso é que haja uma reformulação da estrutura fundiária brasileira, acompanhada de uma política agrícola que seja capaz de promover o desenvolvimento rural e não só o tecnológico. É necessário o desenvolvimento social do campo, permitindo às pessoas ficarem nele, o que historicamente não ocorre nesse país, pois o que se pôde perceber pelas falas dos proprietários rurais de Martinésia é que a saída de seus filhos do campo, longe de ser uma escolha, significa que permanecer ali não é possível, uma vez que as dificuldades que eles vêm na produção agrícola e pecuária, hoje, são estímulos para que se busque a vida na cidade.

Para que haja uma transformação da realidade vivenciada pelo homem do campo, é preciso que se criem políticas de incentivo ao pequeno produtor, permitindo a ele e a seus filhos permanecerem em suas propriedades. Para isso, o papel do Estado é fundamental, pois como ele esteve à frente das transformações no campo nas décadas de 1960 a 1980, ele deve estar também para modificar a situação atual, porém, promovendo a igualdade de acesso aos benefícios das novas tecnologias, do crédito rural, e não como nessas décadas em que o que se promoveu foi a absoluta desigualdade. Hoje, o Estado não está ausente da condução de políticas públicas, mas ele continua tendo um caráter extremamente excludente, haja vista a preponderância dos investimentos no agronegócio e não na agricultura familiar; ele até faz algumas concessões aos pequenos produtores, aos sem-terra, mas somente para impedir que os conflitos sociais se acirrem e não para promover o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, assim, não é um Estado ausente, mas excludente.

Transformar a realidade do campo, hoje, também se faz urgente devido aos aspectos ambientais, pois esse tipo de atividade agrícola e pecuária que visa somente lucros, destrói grandes quantidades de floresta, polui cursos d’água, enfim, promove a degradação do meio-ambiente, a qual precisa ser freada para que os homens não sofram ainda mais as suas conseqüências. O discurso da sustentabilidade precisa sair da lógica do capital e partir da lógica dos seres humanos, a fim de que o foco seja verdadeiramente a qualidade de vida na sociedade e não a geração cada vez maior de lucros.

Por fim, espero que esse trabalho possa ter contribuído para a reflexão sobre o campo, os problemas que nele são vivenciados, bem como as alternativas de vida encontradas por muitos para continuar vivendo nele, reelaborando suas vidas, não só nos aspectos que dizem respeito ao trabalho com a terra, com os animais, mas também em suas vidas diárias. Há muito ainda que se discutir e aprofundar, como a temática dos jovens rurais e os caminhos que eles vêm tomando hoje, além das novas formas de se

vivenciar o campo que têm-se tornado cada vez mais comuns, ou seja, sua utilização como espaço de lazer, uma problemática que precisa ser refletida, uma vez que significa, em muitos casos, a absorção de pequenas propriedades para se construir hotéis-fazenda e outros empreendimentos desse tipo, além de outros desdobramentos.

FONTES

Atas do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia (Livro I: 1982-1989; Livro III: 2002-2005)

Censos Agropecuários de Minas Gerais (1970, 1980,1995)

PROGRAMA AGRÁRIO DA CAMPANHA PRESIDENCIAL DO PT – 2002. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**. v.3. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.211-232.

Periódicos:

- Jornal Correio (1964-2005)
- MERLINO, Tatiana. Pacote do governo privilegia agronegócio. **Agência Brasil de Fato**, 05/06/2006. Disponível: www.brasildefato.com.br. Acessado em: 15/06/2006.

Leis:

- Lei nº4.829 de 05 de novembro de 1965, que institucionaliza o Crédito Rural.
- Lei nº8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Sites:

- www.agricultura.gov.br. Acessado em: 16/04/2006.
- www.algar.com.br. Acessado em: 16/04/2006.
- www.incra.gov.br. Acessado em: 20/12/2005.
- www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

Entrevistas Orais:

Adelina Fernandes, 78 anos, proprietária rural no distrito de Martinésia, vive nessa propriedade de 13 alqueires há cerca de 30 anos. Tem 8 filhos. Entrevista realizada no dia 30/07/2005.

Adolfo José de Almeida, 65 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Possui uma propriedade de 73 alqueires e outra de 60 alqueires. A primeira ele começou a comprar em 1968 e a segunda foi herança do sogro. Tem 3 filhos e reside na cidade de Uberlândia. Entrevista realizada no dia 30/07/2005.

Agenor Antônio Fernandes, 84 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Sua propriedade tem 49 alqueires. Entrevista realizada no dia 30/07/2005.

Antônio José de Almeida, 62 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Sua propriedade tem 78 alqueires. Comprou a propriedade em sociedade com o seu irmão, que é o Senhor Adolfo José de Almeida e só recentemente eles dividiram as suas partes. Tem três filhos. Entrevista realizada no dia 31/07/2005.

Argentino Gomes de Melo, 72 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Sua propriedade tem cerca de 10 alqueires. Ele nasceu na cidade de Estrela do Sul e comprou essa propriedade por volta do ano de 1970. Tem 2 filhos. Entrevista realizada no dia 28/10/2005.

Zildo Dias da Silva, 83 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Sua propriedade tem 8 alqueires, uma parte é herança do seu pai e outra parte ele adquiriu posteriormente. Tem 3 filhos. Entrevista realizada no dia 30/07/2005.

Carmem Martins da Silva, 67 anos, é esposa do Senhor Zildo Dias da Silva. Eles viveram juntos nessa propriedade mais ou menos 43 anos e há cerca de 4 anos eles alugaram a propriedade e foram morar na vila do distrito de Martinésia. Entrevista realizada no dia 30/07/2005.

Duarte César Justino, 51 anos, ele vive na propriedade que é do seu sogro, o Senhor Agenor Antônio Fernandes, há 26 anos, desde que se casou. Antes ele vivia em outra fazenda na região de Martinésia. Tem 3 filhos. Entrevista realizada no dia 30/07/2005.

Elza Borges Rezende, 53 anos, seu esposo comprou, em 1977, uma propriedade no distrito de Martinésia em sociedade com um irmão. Antes eles moravam numa fazenda que era da avó do seu esposo que foi vendida porque a área foi desapropriada. Tem 3 filhos. Ela foi a última presidente do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia. Entrevista realizada no dia 25/07/2005.

Hélio Pereira Lima, 56 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Sua propriedade tem 17 alqueires e ele nasceu e foi criado nesse mesmo lugar. Entrevista realizada no dia 30/07/2005.

João Dias Neto, 77 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. A propriedade onde vive tem 20 alqueires. Nasceu e vive até hoje no mesmo lugar. Tem 2 filhos. Entrevistas realizadas no dia 31/07/2005 e 28/10/2005.

José Geraldo Pacheco, 50 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Sua propriedade tem 10 alqueires. Nasceu e vive até hoje na mesma fazenda. Tem 2 filhas. Entrevista realizada no dia 19/06/2005.

Leda Márcia Pacheco, 51 anos. Ela nasceu numa propriedade rural em Martinésia e há mais ou menos 30 anos ela veio para a cidade de Uberlândia,. Tem 2 filhos. Entrevista realizada no dia 12/07/2005.

Maria Esmeraldina de Almeida, 55 anos. Nasceu numa propriedade rural em Martinésia e depois de se casar veio para Uberlândia, há 33 anos. Após a morte de seu pai ela herdou uma parte da propriedade que ele possuía e adquiriu a parte de duas de suas irmãs, ficando, então, com 3 alqueires de terra, os quais se tornaram um lugar de descanso. Entrevista realizada no dia 25/07/2005.

Maria Juliana de Oliveira Pimentel, 19 anos. É filha de Seu Francisco e Dona Regina, sempre viveu na propriedade rural de seus pais, com exceção de 1 ano em que morou na cidade de Uberlândia. É estudante de Pedagogia e também trabalha em Uberlândia. Entrevista realizada no dia 01/10/2006.

Neila Fernandes Justino, 24 anos. É filha de Seu Duarte e sempre morou com ele na propriedade rural, mas há cerca de 6 anos passou a viver na cidade de Uberlândia para estudar e trabalhar. Hoje é estudante de Pedagogia. Entrevista realizada no dia 16/08/2006.

Regina Helena de Oliveira Pimentel, 45 anos. Ela nasceu em Uberlândia e com 1 ano de idade foi morar na vila de Martinésia. Há 20 anos, desde quando se casou, foi morar na propriedade na qual o seu esposo morava, a qual tem 16 alqueires. Tem 2 filhos. Entrevista realizada no dia 26/07/2005.

Francisco Fernandes Pimentel, 59 anos. É esposo de Dona Regina. Sua propriedade é herança dos seus pais. Entrevista realizada no dia 26/07/2005.

Rosangela Rastrelo e Silva, 45 anos, nasceu na zona rural do distrito de Martinésia e permaneceu lá até os 15 anos de idade, quando se mudou para a cidade de Uberlândia. Entrevista realizada no dia 07/08/2003.

Rubens Vieira, 59 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Sua propriedade tem 23 alqueires, ele nasceu e vive até hoje nesse mesmo lugar, a propriedade é herança dos pais. Entrevista realizada no dia 28/10/2005.

Valdo José Justino, 57 anos, proprietário rural no distrito de Martinésia. Ele nasceu e vive ainda na mesma propriedade, a qual tem 22 alqueires, no entanto, 11 alqueires são de sua mãe, que também vive na propriedade, e os outros 11 são dos três irmãos, porque com o morte do pai eles dividiram a terra, mas não demarcaram qual parte é de quem. Tem 2 filhas. Entrevista realizada no dia 14/10/2005.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. (org). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1997, p.33-55.

BARROS, Edgar Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1998, 125p.

BATISTA, Sheille Soares de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres**: relações entre campo e cidade. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.197-221.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; BUENO, Osmar de Carvalho. Agricultura familiar e poder local: um exercício de cidadania. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p.103-129.

BESSA, Kelly Cristine F. O. Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o local na era das redes. In: SANTOS, R. J.; RAMIRES, J. C. L. (org.). **Cidade e campo no Triângulo Mineiro**. Uberlândia: EDUFU, 2004, p.59-91.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto. **Trabalho e Movimentos Sociais**: Histórias, Memórias e Produção Historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). **História**: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.11-38.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio e Janeiro: IPEA, 1999, 23p.

CAMARGO, Cassiana Carrijo. **Cultura letrada e imprensa**: o Jornal Correio de Uberlândia 1938-1960. 49f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida. 6ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982, 284p.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Anais da XXXV Reunião Anual da Sober**. Natal-RN, 1997, p.1-12.

_____. Memória, esquecimento e etnicidade na transmissão do patrimônio familiar. In: CARNEIRO, Maria José, et alii (org). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, p.273-293.

CARVALHO, Rita Maria Ribeiro de. **O pão cotidiano contra a grandeza da nação**: um estudo da produção e da disciplina entre pequenos produtores rurais. 306 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Assentamentos entre o rural e o urbano. In: CARNEIRO, Maria José, et alii (org). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, p.223-246.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica marxista**, nº16, 2003, p.39-75.

COELHO, Carlos Nayaro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Ano X, nº03, Jul-Ago-Set/2001, p.01-56

COSTA, Maria Julieta (et alii). Agricultura familiar na região do Médio Paraíba do Sul. In: CARNEIRO, Maria José, et alii (org). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, p.247-259.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. As Paulo: Ed. Perspectiva, 1978, 250p.

FENELON, Déa Ribeiro, CRUZ, Heloísa Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p.05-13.

FERREIRA, Angela Duarte D. & ZANONI, Magna. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno & BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p.15-26.

FONTANA, Josep. Repensar a história para reprojeter o futuro. In:_____. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p.251-266.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabloca e inclusão social. FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira. **A pecuária leiteira na Comunidade da Canoa – Ituiutaba-MG**: persistência e resistência. 250f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU/Uberlândia, 2006.

GOLDIN, Ian & REZENDE, Gervásio Castro de. **Agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993, 119p.

GOMES, Renata Mainenti; CLEPS JÚNIOR, João. Transformações no mundo rural e a reforma agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no Triângulo Mineiro. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS Júnior, João. (org). **Debaixo da lona**: tendências e

desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.131-169.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997, 245p.

_____. Mudanças no Estado e na política agrícola brasileira. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. (org). **Relação cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000, p.219-245.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Espaço rural em transformação: um lugar de (qual) memória? **História e Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, nº29 e 30, jul-dez/2003, jan-jun/2004, p.33-70.

GOUBERT, Pierre. História local. **História e Perspectivas**, Uberlândia, nº6, jan/jun 1992, p.45-57.

GRABOIS, José (et alii). O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do noroeste fluminense. In: CARNEIRO, Maria José, et alii (org). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, p.209-222.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 4ªed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, 341p.

GRYNSZPAN, Mario. Conflitos agrários e acesso a terra. In: CARNEIRO, Maria José, et alii (org). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, p.139-150.

KAGEYAMA, Angela (et alii). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro. **Agricultura e políticas públicas**. 2ª ed. Brasília: IPEA, 1996, p.113-223.

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, Amélia Luisa, et alii (orgs). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p.214-220.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ideologia: os meios como discursos do poder. In: _____. **Ofício de cartógrafo**. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Edições Loyola, p.45-107.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital**. Capítulo XXIV, p.828-829.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992**. 4ªed. São Paulo: Editora Ática, 1996, 110p.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, 125p.

_____. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. (org) **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p.13-32.

_____. Entidades patronais rurais no Brasil recente: indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial. In: MENDONÇA, Sônia Regina de (org). **Estado brasileiro: agências e agentes**. Niterói: EDUFF/Vício de Leitura, 2005, p.141-157.

_____. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, nº32/33, 2005, p.93-134.

MIRANDA, Luciana Lilian de. **Adeus ao “Jeca Tatu”**: proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985. 147f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. Exposições agropecuárias: redimensão social dos pecuaristas. In: CARNEIRO, Maria José, et alii (org). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, p.297-310.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS Júnior, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.29-78.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 1981, 87p.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SILVA, Renata Rastrelo e; PAULA, Dilma Andrade de. Entre o rural e o urbano: modos de vida no distrito de Cruzeiro dos Peixotos no município de Uberlândia (MG). In: SOARES, Beatriz Ribeiro; OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; MARRA, Thiago Batista (org). **Ensaio Geográficos**. Uberlândia: UFU/PET-Geografia, 2006, p.73-92.

OLIVEIRA, Vanderlei Mendes de. **A agroindústria e produção rural integrada no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba (MG)**: um estudo sobre a avicultura. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, UFU/ Uberlândia, 2000.

ORTEGA, Antônio César. **Agronegócio e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005, 270p.

PAULA, Elder Andrade de. Introdução. Enigmas do “desenvolvimento sustentável”: a natureza mercantilizada. In: _____. **(Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rip Branco: EDUFAC, 2005, p.17-30; 263-342.

PEREIRA, Cloviomar Cararine. Crédito rural para assentamentos rurais no Brasil: do Procerá ao Pronaf A. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS JÚNIOR, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.79-106.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 164f. (Dissertação) Mestrado em Geografia, UNESP/Rio Claro, 1982.

PINTO, George José. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo-MG – Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte**. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geografia, UFU/Uberlândia, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**. São Paulo: Educ, n.14, fev. 1997, p.25-39.

_____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Dea, et alli (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004, p.296-313.

PORTILHO, Maria Sibeles Brasiense. **Extensão Rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor**. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFU/Uberlândia, 1998.

PROGRAMA AGRÁRIO DA CAMPANHA PRESIDENCIAL DO PT – 2002. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**. v.3. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 211-232.

QUEIRÓS, Eça de. **A cidade e as serras**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996; São Paulo: Publifolha, 1997 (Biblioteca Folha; 21), 224p.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil** (ensaios). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, 314p.

RIECHMANN, Jorge. **Tiempo para la vida**. La crisis ecológica em su dimensión temporal. Málaga, Es: Imprenta Montas, 2003, 45p.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, 84p.

ROSAS, Celso Antônio da Fonseca; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A cafeeicultura brasileira no contexto dos processos de globalização e de desregulamentação do mercado. **Revista Formação**. Presidente Prudente, nº10, v.2, 2003, p.25-50.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, nº19, set89/fev/90, p.219-243.

SANTOS, Joelma Cristina dos. Um breve ensaio sobre a questão agrária no Brasil – da colonização à modernização da agricultura: uma contribuição para o entendimento do sistema agroindustrial do leite. **Revista Formação**. Presidente Prudente, nº10, v.1, 2003, p.79-98.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo: EDUSP, 1997, p.55-64.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 192p.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001, 109p.

SILVA, Marcos A. A história e seus limites. **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia, nº6, jan/jun 1992, p.59-65.

SILVA, Renata Rastrelo e. **Memórias, vivências e festas religiosas em Martinésia**, 2004. 64f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de História, FU/Uberlândia, 2004.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro. In: SILVA, José Barcacchiello da; COSTA, Maria Célia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. (org). **A cidade e o urbano: temas para debate**. Fortaleza: EUFC, 1997, p.105-122.

_____. **Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro**. 347f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo, 1995.

SOARES, Beatriz Ribeiro, et alii. Dinâmica urbana – na bacia do Rio Araguari (MG) – 1970-2000. In: LIMA, Samuel do Carmo; SANTOS, Roosevelt José dos (orgs). **Gestão ambiental da bacia do Rio Araguari – Rumo ao desenvolvimento sustentável**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia / Instituto de Geografia; Brasília: CNPQ, 2004, p.125-161.

SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.164-190.

STÉDILE, João Pedro. Introdução. In: _____ (org). **A questão agrária no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.15-31.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.180-201.

_____. Prefácio. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.9-14.

_____. Introdução: costumes e cultura. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. A venda de esposas. In: _____. **Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.13-24; 267-352.

_____. Padrões e experiências. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.179-224.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, nº15, abr.1997, p. 51-71.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Narradores do sertão**: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses. 320f. Tese (Doutorado em História). São Paulo, PUC/SP, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo da fronteira em movimento. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976.

WALLERSTEIN, I. Sobre progressos e transições. Um balanço. In: _____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.83-119.

WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. **Marxismo e literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.111-117.

_____. **O campo e a cidade** - na história e na literatura. Trad.: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)